

LAZER & SOCIEDADE

Lazer e Ambiente: propostas, tendências e desafios



ISSN 2179-5371



LAZER & SOCIEDADE

Lazer e Ambiente:
propostas, tendências e desafios



EACH

Escola de Artes, Ciências e Humanidades
da Universidade de São Paulo



ALEPH

Presidenta da República
Dilma Vana Rousseff

Ministro do Esporte
Orlando Silva

Secretária Nacional de Desenvolvimento do Esporte e do Lazer
Rejane Penna Rodrigues

Escola de Artes, Ciências e Humanidades
Diretor: Prof. Dr. José Jorge Boueri Filho
Vice-Diretor: Prof. Dr. Edson Roberto Leite

Universidade de São Paulo
Reitor: Prof. Dr. João Grandino Rodas
Vice-Reitor: Prof. Dr. Hélio Nogueira da Cruz

REVISTA LAZER & SOCIEDADE

Editor Executivo Internacional
Prof. Dr. André Thibault (UQTR/Canadá)

Editor Executivo Nacional
Prof. Dr. Ricardo Ricci Uvinha (GIEL/USP/CNPq)

Coordenador Científico
Prof. Dr. Edmur Antonio Stoppa (GIEL/USP/CNPq)

Coordenadores temáticos
Profa. Dra. Juliana Pedreschi Rodrigues (GIEL/USP/CNPq)
Prof. Dr. Reinaldo Tadeu Boscolo Pacheco (GIEL/USP/CNPq)
Prof. Dr. Sidnei Raimundo (GIEL/USP/CNPq)

Comitê editorial
Prof. Dr. Helder Ferreira Isayama (UEMG/MG)
Profa. Dra. Leila Mirtes Santos de Magalhães Pinto (SINDELDF)
Prof. Dr. Nelson Carvalho Marcellino (UNIMEP/SP)

Equipe de apoio editorial
Alípio Rodrigues Pines Junior (GIEL/USP/CNPq)
Bianca Aparecida Araújo Pizzolito (GIEL/USP/CNPq)
Eduardo Motoyuki Fushiki (GIEL/USP/CNPq)
Fernanda Ribeiro de Moura (GIEL/USP/CNPq)
Iranilda Oliveira de Medeiros (GIEL/USP/CNPq)
Janaina Carrasco Castilho (GIEL/USP/CNPq)
Júlio Ramos Ferreira da Silva (GIEL/USP/CNPq)

Kleber Vinicius Barros Kachinski (GIEL/USP/CNPq)
Larissa Costa Silva (GIEL/USP/CNPq)
Rafaela Amorim Gomes (GIEL/USP/CNPq)
Rosana Fernandes dos Santos (GIEL/USP/CNPq)
Tamires Martins da Silva (GIEL/USP/CNPq)
Thais Helena Franceschini (GIEL/USP/CNPq)

Revisores ad hoc nesta edição
Profa. Dra. Alcyane Marinho (UDESC/SC)
Profa. Dra. Gisele Maria Schwartz (UNESP/SP)
Prof. Dr. Paulo dos Santos Pires (UNIVALI/SC)

Prof. Dr. Sandoval Villaverde Monteiro (IFRN/RN)
Prof. Dr. Sílvio Lima Figueiredo (UEPA/PA)

Editora Aleph

Rua Dr. Luiz Migliano, 1110 Cj. 301 – 05711-900 – São Paulo – SP – Brasil
Telefone: [55 11] 3743-3202 – www.editoraaleph.com.br – aleph@editoraaleph.com.br

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação
(Universidade de São Paulo, Escola de Artes, Ciências e Humanidades, Biblioteca)

Lazer & sociedade / Escola de Artes, Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo, – set. 2011. – São Paulo : EACH/USP : Aleph, 2011-v.; 23 cm

Irregular.

Resumos em inglês, francês e espanhol.

Subtítulo: Lazer e ambiente: propostas, tendências e desafios.

Edição brasileira da revista *Loisir et société* = *Society and leisure*, ISSN 0705-3436, originalmente publicada em francês e inglês pela Université du Québec à Trois-Rivières.

Editado em parceria com o Ministério do Esporte, Secretaria Nacional de Desenvolvimento do Esporte e do Lazer.

Editor Executivo Internacional: André Thibault; Editor Executivo Nacional: Ricardo Ricci Uvinha. ISSN 2179-5371

1. Lazer – Aspectos sociais. I. Universidade de São Paulo, Escola de Artes, Ciências e Humanidades. II. *Loisir et société*.

CDD-306.4812

As opiniões emitidas nesta publicação são de exclusiva e inteira responsabilidade dos seus autores, não exprimindo, necessariamente, o ponto de vista do Ministério do Esporte ou da Secretaria Nacional de Desenvolvimento do Esporte e do Lazer.

Venda proibida.

Sumário

Mensagem do editor executivo internacional.....	5
<i>André Thibault</i>	
Mensagem do editor executivo nacional.....	7
<i>Ricardo Ricci Uvinha</i>	
Encontros contemporâneos entre lazer e educação ambiental: um possível caminho para a educação ambiental pelo lazer.....	9
<i>Cae Rodrigues e Robson Amaral da Silva</i>	
O papel do lazer na apropriação territorial urbana: estudo dos parques lineares, cemitérios, praças e periferias.....	25
<i>Carla Rodrigues e Maria Luíza Abrantes</i>	
Parques urbanos: intersecções entre lazer e espaço na cidade.....	41
<i>Paulo Cezar Nunes Junior</i>	
Realidades e desafios de parques naturais em áreas urbanas: o Parque Estadual do Utinga, em Belém do Pará.....	55
<i>Patrícia Thatyane Miranda Cabral, Mirleide Chaar Bahia e Silvio Lima Figueiredo</i>	
<i>Glampings</i> e o apelo pró-ambiental: turismo verde com estilo e glamour	69
<i>Gisele Maria Schwartz, Cristiane Naomi Kawaguti, Giselle Helena Tavares, Ana Paula Evaristo Guizarde Teodoro e Juliana de Paula Figueiredo</i>	
O papel do profissional de Educação Física em atividades de lazer voltadas ao ecoturismo.....	87
<i>Ana Cecília Amaral Caetano e Humberto Luís de Deus Inácio</i>	

Mensagem do editor executivo internacional

A revista *Leisure & Society/Loisir et Société* tem sido publicada como um periódico científico internacional por quase 32 anos pela Universidade de Québec. A edição internacional é distribuída em 30 países e reúne colaboradores de diversos pontos do mundo. *Leisure & Society/Loisir et Société* é um periódico multidisciplinar dedicado à publicação de artigos temáticos sobre o Lazer e seus impactos nos mais distintos ambientes socioculturais.

Um agradecimento especial à Secretaria Nacional de Desenvolvimento de Esporte e de Lazer/Ministério do Esporte (SNDEL/ME), que apoiou essa importante colaboração bilateral entre a Universidade de São Paulo e a Université du Québec à Trois-Rivières. É realmente um orgulho que a primeira edição brasileira da *Revista Lazer & Sociedade* seja publicada. Nosso objetivo comum é convidar pesquisadores latino-americanos, em especial os brasileiros, para contribuir no debate internacional sobre os estudos do Lazer e seu papel no desenvolvimento de diversas sociedades pelo mundo. A qualidade dessa primeira edição nos dá uma grande confiança em atingir tal intento.

Prof. Dr. André Thibault¹

1. Vice-presidente da Organização Mundial do Lazer; diretor do Observatoire Québécois du Loisir; Université du Québec à Trois-Rivières, Canadá; <http://www.uqtr.ca/oql/>.

Mensagem do editor executivo nacional

A *Revista Lazer & Sociedade* é editada pelo Grupo Interdisciplinar de Estudos do Lazer da Universidade de São Paulo, Brasil, com apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (Giel/USP/CNPq), em conjunto com o Département d'Études en Loisir, Culture et Tourisme – Université du Québec à Trois-Rivières, Canadá (UQTR). Tal atividade consiste na publicação de três edições especiais da revista *Leisure & Society/Loisir et Société*, originalmente publicada em inglês e francês pela UQTR.

Trata-se de um periódico considerado um dos veículos de publicação mais respeitados pela comunidade científica internacional especializada na temática relativa aos estudos do Lazer. Visa-se, na edição brasileira, à divulgação exclusiva de artigos – originais e de revisão – submetidos por pesquisadores, em especial latino-americanos, e produzidos no idioma português, com resumos em inglês, francês e espanhol.

Nesta edição, a *Revista Lazer & Sociedade* contempla o tema “Lazer e Ambiente: propostas, tendências e desafios” com a apresentação de seis artigos. A análise dos artigos submetidos foi realizada por revisores *ad hoc*, convidados especialmente para essa edição, e por membros do Giel/USP/CNPq.

A *Revista Lazer & Sociedade* não tem custos de assinatura, com os exemplares de cada edição sendo prioritariamente distribuídos pela Secretaria Nacional de Desenvolvimento de Esporte e de Lazer/Ministério do Esporte (SNDEL/ME), principal colaborador do Giel/USP/CNPq na referida publicação.

Espera-se que a *Revista Lazer & Sociedade* possa abordar o Lazer numa ótica interdisciplinar, entendendo-o como componente universal da cultura humana, que assume formas e significados diferenciados de acordo com as características de uma dada sociedade. A realização desse projeto pode contribuir para uma necessária articulação entre os estudos do Lazer na América Latina e a produção acadêmica mundial acerca desse tema.

Prof. Dr. Ricardo Ricci Uvinhal

1. Membro diretivo da Organização Mundial do Lazer; líder do Grupo Interdisciplinar de Estudos do Lazer da Escola de Artes, Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo, Brasil; <http://www.each.usp.br>.

Encontros contemporâneos entre lazer e educação ambiental: um possível caminho para a educação ambiental pelo lazer

Caê Rodrigues¹
Robson Amaral da Silva²

RESUMO: Em meio à crise ambiental contemporânea, sustentada por uma estrutura social que tem como lógica a produção e o consumo, emergem diferentes possibilidades de articulação entre áreas distintas do conhecimento, buscando estratégias para lidar com os problemas ambientais. Nesse sentido, a educação tem papel fundamental, constituindo-se numa das principais forças regentes da estrutura de uma sociedade. Outro fenômeno social que tem se destacado nas últimas décadas é o lazer. Educação e lazer são temas que possuem relações que se estendem em diversos contextos e, tanto no escolar quanto no não escolar, a educação pelo lazer tem aparecido cada vez mais nos processos de ensino e de aprendizagem. Dentro dessa lógica, são apresentados os resultados de uma pesquisa teórica em três partes: a primeira tem o propósito de, por meio de uma contextualização histórica conceitual da educação ambiental, identificar as propostas críticas que estão em pauta na contemporaneidade; na segunda parte, buscou-se a compreensão de alguns elementos essenciais para a definição do conceito “lazer”; na terceira parte, já nas considerações finais apresentadas, procurou-se uma compreensão de lazer que possa realmente contribuir com as propostas críticas de educação ambiental, sugerindo, inclusive, um caminho para uma possível “educação ambiental pelo lazer”.

¹ Doutorando em Educação, pela Universidade Federal de São Carlos – UFSCar. Contato: avenida Tancredo de Almeida Neves, 457/344 – 13561-260 – São Carlos/SP; e-mail: cae_jah@hotmail.com.

² Mestre em Educação, pela Universidade Federal de São Carlos – UFSCar. Contato: rua Professor José de Camargo, 283 – CEP 13566-440 – São Carlos/SP; e-mail: juninhoamaral@bol.com.br.

PALAVRAS-CHAVE: educação ambiental crítica; educação pelo lazer; pedagogia dialógica.

ABSTRACT: Amid the contemporary environmental crisis, underpinned by a social structure that values, above all, production and consumption, different possibilities of cooperation emerge between distinct areas of knowledge in search of strategies for dealing with environmental problems. In this sense, education plays a fundamental role, becoming a major force of the social structure. Another social phenomenon that has emerged in recent decades is leisure. Furthermore, education and leisure are issues that have relations that extend in different contexts, and, both in school and in non-school contexts, education through leisure has appeared increasingly in teaching and learning processes. Within this logic, we present, in three parts, the results of a theoretical research: the first part aims to identify, through the analysis of the conceptual history of environmental education, the critical proposals that are on the agenda today; in the second part we present some of the essential elements for understanding the definition of “leisure”; in the third part, already in our final remarks, we seek an understanding of leisure that could really contribute with critical environmental education proposals, proposing a path towards a possible “environmental education through leisure”.

KEYWORDS: critical environmental education; education through leisure; dialogic pedagogy.

RÉSUMÉ: Dans le cadre de la crise contemporaine sur l'environnement, soutenue par une structure sociale organisée par la logique de production et de consommation, on regarde l'émergence des possibilités différentes de coordination entre différents domaines de la connaissance qui cherchent des stratégies pour faire face aux problèmes environnementaux. En ce sens, l'éducation joue un rôle fondamental car elle constitue l'une des principales forces régentes de la structure sociale. Un autre phénomène social qui a émergé au cours des dernières décennies est le loisir. Les thèmes d'éducation et du loisir se rencontrent dans des contextes différents, tant au contexte de l'école que en dehors, l'éducation par le loisir est apparue de plus en plus dans le processus de l'enseignement et l'apprentissage. Dans cette logique, on présente les résultats de cette recherche théorique en trois parties: à partir d'une contextualisation historique-conceptuelle de l'éducation à l'environnement, la première partie cherche à identifier les propositions critiques qui sont mis au jour; à la deuxième partie, on essaie de comprendre certains éléments essentiels pour la définition du “loisir”; ensuite, dans la troisième partie, déjà aux remarques finales, on

cherche une compréhension de “loisir” qui peut vraiment contribuer avec les propositions critiques de l'éducation à l'environnement, en tant que, on propose une voie vers une possible “l'éducation à l'environnement par le loisir”.

MOTS-CLÉS: éducation à l'environnement critique; éducation par le loisir; pédagogie dialogique.

RESUMEN: En medio a la crisis ambiental contemporánea, apoyada por una estructura social que sigue la lógica de la producción y del consumo, diferentes posibilidades de cooperación emergen entre las distintas áreas del conocimiento buscando estrategias para hacer frente a los problemas ambientales. En este sentido, la educación juega un papel fundamental, convirtiéndose en una fuerza importante de la estructura social. Otro fenómeno social que ha surgido en las últimas décadas es el ocio. La educación y el ocio tienen relaciones que se extienden en diferentes contextos, y tanto en la escuela cuanto fuera de la escuela la educación mediante el ocio ha aparecido cada vez más en la enseñanza y en el aprendizaje. Dentro de esta lógica, se presenta, en tres partes, los resultados de una investigación teórica: la primera búsqueda, por medio de una contextualización conceptual histórica de la educación ambiental, la identificación de las propuestas fundamentales que están en la agenda de hoy; en la segunda parte tratamos de entender algunos elementos esenciales para la definición de “ocio”; en la tercera parte, ya en las observaciones finales, buscamos la comprensión de ocio que puede realmente contribuir a las propuestas críticas de educación ambiental, proponiendo un posible camino a la “educación ambiental mediante el ocio”.

PALABRAS CLAVE: educación ambiental crítica; educación mediante el ocio; la pedagogía dialógica.

Introdução e objetivos

A motivação inicial para o desenvolvimento desta pesquisa fundamenta-se na afirmativa de que o lazer é um dos campos do conhecimento que compartilha alguns dos mesmos ideais da educação ambiental, em especial a busca pela legitimação por meio de um trabalho crítico e interdisciplinar. Segundo Gomes e Melo (2003), o lazer, nas últimas décadas, passou a ocupar um espaço significativo em jornais, periódicos de assuntos gerais e na comunidade acadêmica como um todo, destacando-se a organização de grupos de pesquisa oriundos das mais diversas áreas do conhecimento, a realização de eventos científicos relacionados ao assunto e o incremento do número de publicações específicas.

Diante desse crescimento quantitativo e qualitativo, cresceu também o número de trabalhos que investigam as sinergias entre o lazer e as questões ambientais, acom-

panhando a tendência de outras áreas. Entretanto, esses trabalhos, em sua maioria, têm como foco principal as relações entre as atividades na natureza (compreendidas como práticas de lazer) e a conscientização ambiental, que ocorreria especialmente pela sensibilização decorrente do envolvimento do indivíduo com uma natureza bela, distante e frágil (RODRIGUES, 2010). Nesse sentido, essas relações ficam demasiadamente presas a um conceito preservacionista, deixando de contribuir para o sentido mais amplo de educação ambiental, que reconhece que as raízes da aparente crise ambiental contemporânea se desdobram na natureza simbólica do ser humano, ou seja, estão associadas à maneira como o ser humano compreende o mundo, e se formam e reformam por meio de um projeto sociocultural que envolve o conhecer e o reconhecer num constante e permanente jogo de ideias e discursos.

Pensando em sinergias entre lazer e educação ambiental que possam contribuir para esse conceito mais amplo de educação ambiental, compreende-se lazer enquanto fenômeno historicamente constituído, e que possui relações dialéticas com a sociedade, ou seja, a mesma sociedade que o gerou e exerce influências sobre o seu desenvolvimento também pode ser por ele questionada na vivência de seus valores. Dessa forma, esse fenômeno não pode ser pensado isoladamente de outras práticas sociais nem de seu contexto. Nesse sentido, o lazer aqui se configura como prática social, que se constitui enquanto:

[...] dimensão da cultura capaz de promover a conscientização dos indivíduos através de suas vivências e experiências (lúdicas ou não lúdicas) de diversos conteúdos culturais em um tempo e espaço próprios, tendo como dimensão fundamental a intencionalidade do ser (SILVA, 2008, p. 20-21).

Diante do exposto, o objetivo deste artigo é investigar a sinergia entre a prática social lazer e a educação ambiental crítica, justificando-se na real necessidade de que tais sinergias sejam compreendidas para se pensar em trabalhos e projetos que possam (des)envolver esses dois grandes campos. Para tanto, o ponto de partida será um “olhar” fenomenológico, por acreditar-se que esse olhar busca elementos para superar as dicotomias enraizadas pelo dominante paradigma cartesiano.

A pesquisa teórica foi apresentada em três partes: a primeira tem o propósito de, por meio de uma contextualização histórica conceitual da educação ambiental, identificar as propostas críticas que estão em pauta na contemporaneidade; na segunda parte, buscou-se a compreensão de alguns elementos essenciais para a definição do conceito “lazer”; na terceira parte, já nas considerações finais apresentadas, procurou-se uma compreensão de lazer que possa realmente contribuir com as propostas críticas de educação ambiental, sugerindo, inclusive, um caminho para uma possível “educação ambiental pelo lazer”.

Educação ambiental – Contextualização histórica conceitual

*Na nossa casa amor-perfeito é mato
E o teto estrelado também tem luar
A nossa casa até parece um ninho
Vem um passarinho pra nos acordar
Na nossa casa passa um rio no meio
E o nosso leito pode ser o mar
A nossa casa é de carne e osso
Não precisa esforço para namorar
A nossa casa não é sua nem minha
Não tem campainha pra nos visitar
A nossa casa tem varanda dentro
Tem um pé de vento para respirar
A nossa casa é onde a gente está
A nossa casa é em todo lugar
(ANTUNES, 2004)*

O conceito de educação ambiental surgiu, em meados dos anos 1960, em meio à crescente capacidade de exploração dos recursos naturais, ao avanço do conhecimento científico e à ampliação do movimento ambientalista, “como resultado de uma onda universal de preocupação em preservar e restaurar o meio violentamente agredido” (FAGIONATO-RUFFINO, 2003, p. 5), ou seja, carregando em sua raiz conceitual uma definição fundamentalmente preservacionista. Como resultado dessa “onda ambientalista”, nas décadas seguintes, vários encontros, conferências, congressos e seminários por todo o mundo se propuseram a discutir a temática, consequentemente atribuindo novos significados para o conceito de educação ambiental.

Em 1975, como resultado da “Conferência de Belgrado”, foi formulada a “Carta de Belgrado”, documento que decretou parâmetros para uma nova ética global pelo crescimento econômico com controle ambiental, uma ética de “erradicação das causas da pobreza, fome, analfabetismo, poluição, exploração e dominação”, e, pela cooperação e coexistência das nações, uma ética de paz (FAGIONATO-RUFFINO, 2003, p. 6). Também nessa conferência se reconheceu a importância da escola para o desenvolvimento da educação ambiental em caráter interdisciplinar, porém, por meio de uma educação individualista e comportamentalista, centrada no indivíduo e na transformação de seu comportamento, buscando a transformação da sociedade pelo resultado da soma de seus indivíduos transformados, processo que “[...] não tem sido capaz de causar transformações significativas na realidade socioambiental” (VIEGAS & GUIMARÃES, 2004, p. 58).

Essa perspectiva de transformação da realidade pelo indivíduo transformado, ou seja, com um foco de ação no resultado, é uma visão simplista, pois reduz uma realidade que é complexa. Simplista, pois, ao restringir a responsabilidade dos problemas socioambientais à ignorância do indivíduo e às suas atitudes “ecologicamente incorretas”, desconsidera a responsabilidade de toda a dimensão pública e política na gênese desses problemas (Layrargues, 2003; Carvalho, 1995). Simplista, pois desconsidera a importância do movimento de transformação do sujeito inserido num processo coletivo de transformação da realidade socioambiental, e que é nas relações intrínsecas a esse processo que ocorrem o aprender e o ensinar da formação para uma cidadania não individualizada³, mas que se exerce, como aprendizagem, no movimento conjunto do coletivo. Essa perspectiva mais crítica, que compreende a realidade em suas relações, uma realidade complexa, busca a ação educativa no movimento, uma transformação simultânea dos indivíduos e da realidade socioambiental (Viégas & Guimarães, 2004).

Em 1977, em Tbilisi (Geórgia, ex-URSS), durante a “Conferência Intergovernamental sobre Educação Ambiental”, foi elaborada uma definição de educação ambiental que serviu de sustentação para essa visão mais crítica da realidade socioambiental, instituindo esse momento como um dos mais importantes na história conceitual da educação ambiental, ao defini-la como:

Processo de reconhecimento de valores e clarificação de conceitos, objetivando o desenvolvimento das habilidades e modificando as atitudes em relação ao meio, para entender e apreciar as inter-relações entre os seres humanos, suas culturas e seus meios biofísicos. A educação Ambiental também está relacionada com a prática de tomadas de decisões e a ética que conduzem para a melhoria da qualidade de vida.

Além do reconhecimento das relações natureza-sociedade, o evento destacou o caráter interdisciplinar da educação ambiental, e delineou como seus principais objetivos a consciência do meio ambiente global e a sensibilização pelas questões ambientais. Como consequência dessas orientações, surgiu uma corrente de educação ambiental que compreende a importância de formar cidadãos que entendam e incorporem os problemas de seu ambiente, e que ajam ativa e criticamente diante desses problemas, uma educação ambiental que busca superar a visão “ecológico-preservacionista”, uma

³ Guimarães (2004) denominou esse movimento de transformação da realidade socioambiental que o indivíduo vivencia na relação com o coletivo em um exercício de cidadania de “movimento coletivo conjunto”, nomenclatura que, apesar de parecer redundante (coletivo conjunto), objetiva reforçar a ideia de um “movimento complexo de ação conjunta que produz sinergia”, e não um movimento que agrupa forças individualizadas de forma aditiva.

vertente “socioambiental” da educação ambiental (MEDINA, 1997). É importante ressaltar que, apesar da força que essa vertente ganhou desde os anos 1980, não é exagero afirmar que as práticas alicerçadas na educação ambiental preservacionista são predominantes ainda hoje, dentro e fora da escola.

Em 1992, no Rio de Janeiro (Brasil), aconteceu a “Conferência das Nações Unidas sobre o meio ambiente e o desenvolvimento”, resultando na elaboração da Agenda 21 (dentre outros documentos), um programa de ações com o objetivo de promover, globalmente, uma nova forma de prática ambiental: a educação ambiental para a sustentabilidade, ou seja, uma educação ambiental baseada nos princípios do desenvolvimento sustentável⁴.

O “Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global”, também elaborado na Conferência (no Encontro da Sociedade Civil – Fórum Global), explicitou os princípios para essa educação ambiental: crítica e inovadora, individual e coletiva, que, socialmente orientada, mas centrada no educando, pretende o desenvolvimento íntegro do indivíduo, objetivando a participação ativa desse sujeito em busca da transformação social. Uma educação ambiental interdisciplinar, que, por uma perspectiva holística, relaciona ser humano, natureza e universo, tencionando, nessas relações, pela atuação consciente e pelo diálogo, a solidariedade, a igualdade, o respeito e a valorização pelas diversas culturas, etnias e sociedades. O educador, enquanto educador, assume-se, na impossibilidade de sua neutralidade política, no compromisso com a transformação, e, pela ênfase no aprender, busca a emancipação, o engajamento, a participação do educando, criando novos estilos de vida, desenvolvendo consciências éticas e trabalhando pela democratização dos meios de comunicação (FAGIONATO-RUFFINO, 2003; LEONARDI, 1997).

Esses pressupostos tornaram-se muito relevantes para a educação ambiental, que, partindo de um enfoque crítico e holístico, assume como objetivo buscar os valores que contribuam para a formação de cidadãos conscientes, aptos a tomar decisões e contribuir ativamente para a construção de uma sociedade sustentável, que, segundo Ruscheinsky *et al.* (2002, p. 8), pode ser definida como:

[...] a que vive e se desenvolve integrada à natureza, considerando-a um bem comum. Respeita a diversidade biológica e sociocultural da vida. Está centrada no pleno exercício responsável e consequente da cidadania, com a distribuição equitativa da riqueza que gera. Não utiliza mais do que pode ser renovado e favorece condições dignas de vida para as gerações atuais e futuras.

⁴ A concepção de educação ambiental baseada na sustentabilidade (Educação Ambiental para a Sustentabilidade) toma como referência o capítulo 36 da seção IV da Agenda 21.

Apesar do profundo senso ético, igualitário e justo dessa perspectiva ambiental pela sustentabilidade, há um problema de compatibilidade com a insustentabilidade do princípio do lucro e da constante busca pela expansão e movimentação de capitais inerentes ao modelo de desenvolvimento baseado em uma ideologia capitalista (GADOTTI, 2000; ALMEIDA & SUASSUNA, 2005). Em direta relação com esse modelo de desenvolvimento, associa-se o interesse das diversas esferas que compõem a sociedade (Estado, empresas, ONGs, movimentos sociais etc.), cada uma com seus distintos valores, em dirigir o processo social de acordo com suas posições, o que gera uma luta pelo poder (LIMA, 2004). Esse duelo é caracterizado por uma busca constante dos atores sociais pela legitimação de seus discursos e práticas, ao mesmo tempo deslegitimando os discursos e as práticas do outro, uma luta pela construção da credibilidade para tornar-se autoridade no campo, por exemplo, da sustentabilidade, podendo, assim, discriminar as práticas que são ou não sustentáveis. O problema maior é que a constituição da realidade por meio da legitimação do discurso escolta os interesses dominantes – hoje, a lógica do capital.

Nesse sentido, o que um lado – por exemplo, o movimento ambientalista – considera práticas insustentáveis, como a produção e o consumo desenfreados e a prioridade do lucro e do desenvolvimento econômico, o outro lado – como as empresas e o mercado financeiro – incorpora em seus discursos como práticas sustentáveis. Como exemplo dessa legitimação da sustentabilidade do desenvolvimento econômico pelo mercado financeiro, pode-se citar o crescente investimento de empresas em práticas de responsabilidade social e ambiental. As empresas continuam produzindo em larga escala, mas, blindadas por outras práticas, como o plantio de árvores ou investimentos em práticas de educação ambiental, legitimam-se como empresas ambientalmente responsáveis.

Adotando conceitos modernos, como o da sustentabilidade, por exemplo, as empresas incorporam feições transformadoras enquanto, na verdade, perpetuam um “conservadorismo dinâmico”, que, segundo Guimarães (1998, p. 16), é “a tendência inercial do sistema social para resistir à mudança, promovendo a aceitação do discurso transformador precisamente para garantir que nada mude”. A educação ambiental que não busca ou não consegue mudar essa realidade, denominada por Guimarães (2004) de “conservadora”, reproduz os paradigmas⁵ constituintes e constituídos da e pela sociedade moderna em sua ação educativa, tornando-se ela própria um dos

⁵ Segundo Guimarães (2004), paradigma pode ser definido como produto (e produtor) de uma construção histórica socialmente determinada (e determinante) que, pelas relações de poder constituintes (e constituídas) da (na) realidade social, reflete posições sociais predominantes de certos grupos e classe sociais. Já Morin (1997) compreendeu paradigma como estruturas de pensamento que, inconscientemente, comandam os discursos dos indivíduos.

mecanismos de sua reprodução e parte ativa do processo de conservação social pela legitimação dos interesses dominantes.

Em contraposição a essas práticas educativas “conservadoras”, surgem algumas propostas de educação ambiental com outros elementos estruturantes na organização dos processos de ensino e de aprendizagem. Nesse sentido, destacam-se a educação ambiental crítica, a ecopedagogia, a educação ambiental transformadora, a alfabetização ecológica, abordagens discutidas por diferentes autores no livro organizado pelo Ministério do Meio Ambiente, *Identidades da educação ambiental brasileira* (2004), além da ecomotricidade (RODRIGUES & GONÇALVES JUNIOR, 2009). Essas abordagens possuem como ponto comum pilares construídos a partir dos ideais da educação crítica, ideais defendidos e, em grande parte, construídos pelo educador Paulo Freire.

Ao trabalhar com a percepção do educando “sendo-com-outros-no-mundo”, visando à sua inserção crítica na realidade e buscando, por meio da problematização dos temas pertencentes ao seu universo vivido, o despertar da consciência, a pedagogia freireana propõe uma rica contribuição teórica e metodológica para a prática da educação ambiental (LIMA, 2004). A educação libertadora, sustentada por uma visão emancipatória de mundo, está fundada na importância do diálogo nos processos educacionais, na relação horizontal educador-educando, na valorização do conhecimento de experiência feito do educando, de sua historicidade, de sua cultura, de seus processos sociais, na liberdade pela crítica, pela reflexão, pela criatividade, no amor como ato de liberdade, como fundamento do diálogo, como princípio da busca curiosa do ser humano, ser inconcluso, incompleto e inacabado, pelo ser mais (FREIRE, 1983; 1987; 1992; 1996; 2000).

As práticas mais comuns de educação ambiental, sejam na escola, sejam no contexto não escolar, ainda estão demasiadamente presas ao ensino *sobre* a natureza, *para* a natureza e, especialmente nas últimas décadas, *na* natureza. Apesar de, como afirmou Barros (2000), haver realmente uma relação direta entre o envolvimento de indivíduos em práticas na natureza e a incorporação de uma ética voltada à conservação dos ambientes que gostam de frequentar, o contato esporádico do ser humano com a natureza não é o suficiente para justificar uma mudança de comportamento perante as questões ambientais, uma vez que esse indivíduo está cotidianamente envolvido por um contexto imerso nos valores de uma sociedade que segue a lógica do capital, ou seja, da produção e do consumo (RODRIGUES, 2010).

Isso significa que, apesar da reconhecida importância da criação de laços afetivos entre o ser humano e a natureza, papel bem desenvolvido pelas práticas de lazer na natureza, uma abordagem que objetiva, especialmente pela sensibilização, a admiração por uma natureza bela, a preservação de uma natureza frágil ou ainda o respeito por uma natureza distante, não só é demasiada simplista, como pode, na verdade, reforçar

a visão fragmentária entre ser humano e natureza, notoriamente uma das principais causas da crise ambiental contemporânea.

O lazer na contemporaneidade – “Olhar” a partir da natureza

Pensar nos encontros contemporâneos entre educação ambiental e lazer significa também, e não somente, “olhar” para a dinâmica dessa prática social hodiernamente. “Olhar” que é dotado de intencionalidade, no sentido de apreender o lazer em sua manifestação na vida dos seres humanos, levando-se em consideração aspectos de ordem histórica, política, cultural, social, econômica, ou seja, um “olhar” de compreensão, ou, segundo os dizeres de Merleau-Ponty (1996), de “reapoderamento da intenção total” desse fenômeno.

O lazer tem sido alvo de um processo intenso de valorização, que se revela em diferentes maneiras de consumo, de *objetos e bens culturais* – shows, livros, CDs, filmes, brinquedos –, de *equipamentos* – academias, centros de compras (shopping centers), parques temáticos, clubes – e de *serviços* – Internet, viagens, passeios –, bem como no que diz respeito à reivindicação de um direito, por parte da população, para uso efetivo de um tempo e um espaço passíveis de escolha e que não estejam predeterminados pela condição social (DE PELLEGRIN, 2006).

Essa valorização do campo abre grande espaço para a “indústria do entretenimento”, que investe de maneira pesada na veiculação da concepção de lazer enquanto consumo (DE PELLEGRIN, 2006), e o desejo pelo consumo aparece como uma das principais características da sociedade contemporânea. Diante de uma avalanche persuasiva realizada por diversos meios de comunicação, sucumbiu-se a um consumo desenfreado dos apetrechos desse diversificado mercado arquitetado pelo capital. Identificou-se, dessa forma, um processo que aponta para a subordinação do lazer à forma “mercadoria”, processo que se articula à mercantilização de todas as coisas, invadindo a cotidianidade e todas as esferas de sociabilidade, para consolidar-se como padrão dominante das experiências de lazer (MASCARENHAS, 2005).

Dimensionando a reflexão para as experiências de lazer em contato direto com a natureza, cuja expressão hegemônica nos dias atuais tem se referido aos esportes de aventura, observa-se que elas se constituem em um nicho de mercado por demais interessante. Além da mercadorização das paisagens naturais, os indivíduos são levados à aquisição de equipamentos, vestimentas e transportes que proporcionarão a (em geral falsa) sensação de um contato ainda mais próximo com o meio ambiente.

A fetichização da mercadoria, comprada e consumida, diante de uma necessidade criada por uma sociedade cuja essência está emaranhada às relações capitalistas,

permite, de maneira geral, uma valorização maior dos produtos utilizados do que da vivência propriamente dita. Esse ciclo gera um estilo de vida emblemático, ligado a determinado grupo social que tem em seu universo a possibilidade de adquirir/consumir certos produtos/serviços que não estão ao alcance de todos.

São os indivíduos que, durante a semana, trabalham nos grandes centros urbanos, num ritmo intenso, digno das grandes metrópoles, e que, aos fins de semana, almejam a tranquilidade proporcionada pelo contato com a natureza. Colocam em suas malas todas as roupas *dry fit*, tênis para *tracking* e equipamentos que utilizarão neste *hobby*, e arrumam tudo dentro do porta-malas de seu *off-road*, *eco* ou *weekend*, e seguem seu trajeto. Essa é uma das expressões da grande contradição existentes na sociedade contemporânea, um estilo de vida acessível a poucos, mas que se torna a referência para muitos.

A moderna sociedade urbano-industrial apresenta como uma de suas características marcantes o individualismo, a busca incessante pelo lucro, um grande número de informações e o consumo exacerbado, e vê no lazer mais um tempo/espço de desenvolvimento dessas características. Além disso, verificou-se uma grande adesão, por parte da população, a práticas alienantes e conformistas de lazer, que são desvinculadas de um compromisso maior com a sociedade. Nesse sentido, Marcellino (1995, p. 28) expôs que “[...] a observação da prática do lazer na sociedade moderna é marcada por fortes componentes de produtividade. Valoriza-se a *performance*, o produto, e não o processo de vivência que lhe dá origem”.

No entanto, se essa realidade em que o lazer se manifesta de forma alienante é construída pelo próprio indivíduo, é possível, igualmente, transformá-la no sentido de forjar essa prática social em uma perspectiva emancipatória, como “[...] força de reorganização da sociedade, agência educativa capaz de fomentar e colaborar para a construção de novas normas, condutas e valores para o convívio entre os homens [...]” (MASCARENHAS, 2000, p. 1).

Considerações finais: educação ambiental pelo lazer

Pensar o lazer inserido em uma proposta que aspire a uma sinergia com a educação ambiental requer um redimensionamento no “olhar” para essa prática social, assim como foi possível observar na estruturação de uma compreensão crítica da educação ambiental. A base que será estabelecida para esse outro “olhar” (despido da pretensão de ser “o olhar”, enquanto único, para a relação lazer-educação ambiental) funda-se em alguns aspectos relevantes para a Fenomenologia. Essa fundamentação justifica-se, consoante o pensamento que norteia o presente trabalho, pela crítica da filosofia fenomenológica às visões dicotômicas enraizadas na contemporaneidade,

principalmente pela longa dominância do paradigma cartesiano. Algumas dessas dicotomias estão na base de reconhecidos problemas filosóficos contemporâneos, como o problema corpo-mente (amplamente discutido inclusive na educação física) e a separação ser humano-mundo, um dos pilares da atual crise ambiental.

Ao se abordar um “possível caminho para a educação ambiental pelo lazer”, faz-se necessário, para que o intento aqui delineado seja pertinente, pensar no duplo aspecto educativo do lazer (objeto e veículo de educação). A ideia de uma *educação para e pelo lazer* foi inicialmente apresentada por Renato Requixa (1980) e posteriormente desenvolvida por outros autores, como Marcellino (1995) e Camargo (1998 e 2003). Para estes últimos, o lazer se configura enquanto objeto (educação para o lazer) e veículo (educação pelo lazer) de educação. O lazer enquanto veículo de educação (educação pelo lazer) significa aproveitar o potencial educativo que as vivências de lazer possuem para que possam ser trabalhadas questões como valores, condutas e comportamentos (MELO & ALVES JUNIOR, 2003), contribuindo, assim, para o desenvolvimento dos indivíduos.

Pensando no lazer como veículo para a compreensão da atual realidade da educação ambiental, aponta-se para a necessidade de uma visão para além dos esportes em contato com a natureza, que, apesar de notoriamente importantes para esse entendimento, se mostram insuficientes para a compreensão do conceito de educação ambiental apresentado neste trabalho, principalmente pela forte ligação com a indústria de entretenimento e pela visão predominantemente preservacionista ligada a essas práticas, que são realizadas, de forma geral, na “natureza distante”, como se teve oportunidade de discutir em tópico anterior.

Para tanto, o campo do lazer tem que ultrapassar a visão simplista apresentada pela indústria do entretenimento, uma visão que reproduz os valores da ordem vigente, regida pelo desejo do consumo. Assim como a educação ambiental tem que ultrapassar a visão conservadora e preservacionista, que apresenta a natureza como algo distante, longe do meio urbano, longe dos indivíduos em geral, homens e mulheres. O ser humano não está na natureza, ele é a natureza, e a educação ambiental pelo lazer começa na compreensão dessa relação, pela qual o mesmo ser humano, enquanto sujeito histórico, deve ultrapassar o viver, deve existir, que é mais do que estar no mundo, é estar com ele, numa “dialogação eterna” do ser humano com o ser humano, do ser humano com o mundo (FREIRE, 2000).

Segundo Sampaio (2006, p.96), “o primeiro ambiente no qual vivemos é nossa corporeidade e a partir dela fazemos nossa experiência de ser no mundo”. O corpo é tempo, é motricidade, é fala, é espaço, não é o “[...] simples resultado das associações estabelecidas no decorrer da experiência, mas uma tomada de consciência global de minha postura no mundo intersensorial” (MERLEAU-PONTY, 1996, p.143). Isso significa que a educação ambiental pelo lazer é mais do que uma simples associação de dois

campos distintos; é, por todos os indivíduos, “sendo-com-os-outros-ao-mundo”, uma experiência a ser vivida.

Para Merleau-Ponty (1996), pensar é experimentar, mas não um processo de experimentação segundo o pensamento operatório, via laboratório, mas um experimentar com o corpo, o vivenciar. Conhecer a coisa é vivê-la, uma vez que o mundo não é aquilo que cada um pensa, mas aquilo que se vive em abertura com o mundo, e o conhecimento do “ser-ao-mundo” é conhecimento do ser humano e do mundo em uma relação indissociável. Como esse conhecimento do ser humano só pode ser realizado em sua existência no mundo, e disso não há como fugir, deve-se encarar a relação lazer-educação ambiental de forma dialética e intencional, reunindo sujeito e objeto, existência e significação.

É no mundo que os seres humanos encontram sentido, e fazem dele um mundo humano, de tal maneira que o processo de transformação deste mundo é também um processo de transformação dos seres humanos. Analogamente, é possível pensar na transformação da unidade indissociável ser humano-meio ambiente por intermédio da educação ambiental pelo lazer.

A experiência da educação ambiental pelo lazer ultrapassa o mero conhecimento empírico e racional da relação entre lazer e educação ambiental, pois, no tempo e no espaço dessas relações, o corpo se movimenta, e o faz por intermédio de uma consciência sustentada por um “arco intencional”, considerando-se que toda consciência é de alguém ou de alguma coisa (MERLEAU-PONTY, 1996). Isso significa que a consciência dessa relação não se restringe somente aos aspectos simplesmente cognitivos, como a incorporação de comportamentos “ecologicamente corretos” em prol de uma aparente necessidade de preservação ambiental ou a aprendizagem de técnicas de esportes na natureza, mas se desenrola através de uma abertura a intencionalidades, e, perdendo-se e encontrando-se nesses caminhos, o Ser compreende que a educação ambiental é, assim como o lazer, uma necessidade fundamentalmente humana.

Dessa maneira, as experiências de lazer que se pautarem no contexto da “educação ambiental pelo lazer” só serão redimensionadas quando os sujeitos se dispuserem a assumir compromissos que superem posturas acríticas (visão preservacionista da natureza, consumismo exacerbado no lazer) para uma postura ativa e humanizadora, buscando recriar, “transfazer” sua prática, que se associa à ideia de que “[...] o ser humano, enquanto indivíduo sente o mundo e, a partir do que, lhe atribui significados. Significa ir além de, superar um simples fazer. É um ‘re-criar’ interminável e sempre inacabado, pois o ser humano é sempre um ser de possibilidades” (MARTINS, 1992, p.2).

Ao se conceber a “educação ambiental pelo lazer” como fenômeno e possibilidade de intervenção pedagógica no campo do lazer, pretende-se contribuir para que essa prática seja repensada, melhor conhecida e compreendida enquanto realidade múltipla, contraditória e complexa, que apresenta em seu interior a qualidade de

possuir inúmeras possibilidades de mudança na relação educação ambiental-lazer, ser humano-natureza. “Olhar” a prática pedagógica nesses termos é auxiliar na construção de outra realidade, provida de significação para todos os envolvidos, mas, para isto, o ser humano deve perceber-se enquanto “ser-ao-mundo”, compreendendo que o viver é sempre intencional, o que significa que todos estão, a todo momento, construindo e “re-construindo” a realidade.

Referências

- ALMEIDA, Arthur J. M. de & SUASSUNA, Dulce. A formação da consciência ambiental na escola. *Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental*, v. 15, p. 107-129, Rio Grande, jul./dez., 2005. Disponível em: <<http://www.remea.furg.br/>>. Acesso em: 12 set. 2006.
- ANTUNES, Antunes. *A nossa casa*. Rio de Janeiro: Sony & BMG, 2004. Disco sonoro.
- BARROS, Maria Isabel A. de. *Outdoor education: uma alternativa para a educação ambiental através do turismo de aventura*. In: SERRANO, Célia. *A educação pelas pedras: ecoturismo e educação ambiental*. São Paulo: Chronos, 2000. p. 85-110.
- CAMARGO, Luiz Octávio de L. *Educação para o lazer*. São Paulo: Moderna, 1998.
- _____. *O que é lazer?* 3.ed. São Paulo: Brasiliense, 2003.
- CARVALHO, Isabel Cristina M. Movimentos sociais e políticas de meio ambiente. A educação ambiental onde fica? In: SORRENTINO, Marcos; TRAJBER, Rachel & BRAGA, Tânia (Orgs.). *Cadernos do III Fórum de educação ambiental*. São Paulo: Gaia, 1995. p. 58-62.
- CONFERÊNCIA DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE O MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO (RIO 92). *Agenda 21*. 3.ed. Brasília: Senado Federal/Subsecretaria de Edições Técnicas, 2001.
- DE PELLEGRIN, Ana. Lazer, corpo e sociedade: articulações críticas e resistências políticas. In: PADILHA, Valquíria (Org.). *Dialética do lazer*. São Paulo: Cortez, 2006.
- FAGIONATO-RUFFINO, Sandra. *A educação ambiental nas escolas municipais de educação infantil de São Carlos-SP*. 2003. 109f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Departamento de Metodologia de Ensino da Universidade Federal de São Carlos. São Carlos: UFSCar.
- FREIRE, Paulo. *Educação como prática da liberdade*. 24.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.
- _____. *Educação e mudança*. 7.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.
- _____. *Extensão ou comunicação?* 10.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.
- _____. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. 25.ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996. (Coleção Leitura.)
- _____. *Pedagogia do oprimido*. 17.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- GADOTTI, Moacir. *Pedagogia da terra*. São Paulo: Fundação Peirópolis, 2000.
- GOMES, Christianne L. & MELO, Victor A. de. Lazer no Brasil: trajetória de estudos, possibilidades de pesquisa. *Revista Movimento*, v. 9, n. 1, p. 23-44, Porto Alegre, 2003.

- GUIMARÃES, Mauro. Educação ambiental crítica. In: BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. Diretoria de Educação Ambiental. *Identidades da educação ambiental brasileira*. Brasília: MMA, 2004. p. 25-34.
- GUIMARÃES, Roberto P. Modernidad, medio ambiente y etica: um nuevo paradigma de desarrollo. *Ambiente & Sociedade*, ano 1, n. 2, p. 5-24, São Paulo, 1998.
- LAYRARGUES, Philippe Pomier. *A natureza da ideologia e a ideologia da natureza: elementos para uma sociologia da educação ambiental*. 2003. 111f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Instituto de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade Estadual de Campinas. Campinas: IFCH/UNICAMP.
- LEONARDI, Maria Lúcia A. A educação ambiental como um dos instrumentos de superação da insustentabilidade da sociedade atual. In: CAVALCANTI, Clóvis (Org.). *Meio ambiente, desenvolvimento sustentável e políticas públicas*. São Paulo: Cortez, 1997.
- LIMA, Gustavo Ferreira da C. Educação, emancipação e sustentabilidade: em defesa de uma pedagogia libertadora para a educação ambiental. In: BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. Diretoria de Educação Ambiental. *Identidades da educação ambiental brasileira*. Brasília: MMA, 2004. p. 85-112.
- MARCELLINO, Néelson C. *Lazer e educação*. 3. ed. Campinas: Papirus, 1995.
- MARTINS, Joel. *Um enfoque fenomenológico do currículo: educação como poiesis*. São Paulo: Cortez, 1992.
- MASCARENHAS, Fernando. *Entre o ócio e o negócio: teses acerca da anatomia do lazer*. 2005. 308f. Tese (Doutorado em Educação Física) – Faculdade de Educação Física da Universidade Estadual de Campinas. Campinas: FEF/UNICAMP.
- _____. *Lazer e grupos sociais: concepções e método*. 2000. 122f. Dissertação (Mestrado em Educação Física) – Faculdade de Educação Física da Universidade Estadual de Campinas, Campinas: FEF/UNICAMP.
- MEDINA, Naná M. Breve histórico da educação ambiental. In: PADUA, Suzana M. & TABANEZ, Marlene F. (Orgs.). *Educação ambiental: caminhos trilhados no Brasil*. Brasília: IPÊ – Instituto de Pesquisas Ecológicas, 1997.
- MELO, Victor A. de & ALVES JUNIOR, Edmundo D. *Introdução ao lazer*. Barueri: Manole, 2003.
- MERLEAU-PONTY, Maurice. *Fenomenologia da percepção*. São Paulo: Martins Fontes, 1996.
- MORIN, Edgar. Complexidade e ética da solidariedade. In: CASTRO, Gustavo de; CARVALHO, Edgar de A. & ALMEIDA, Maria da Conceição de (Orgs.). *Ensaios de complexidade*. Porto Alegre: Sulina, 1997.
- REQUIXA, Renato. *Sugestões de diretrizes para uma política nacional de lazer*. São Paulo: SESC, 1980.
- RODRIGUES, Cae. Observando os “estudos do meio” pela lente da educação ambiental crítica. *Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental*, v. 24, p. 503-517, Rio Grande, jan./jul., 2010.
- RODRIGUES, Cae & GONÇALVES JUNIOR, Luiz. Ecomotricidade: sinergia entre educação ambiental, motricidade humana e pedagogia dialógica. *Revista Motriz*, v. 15, n. 4, p. 987-995, Rio Claro, out./dez., 2009.

RUSCHEINSKY, Aloísio; VICTORIA, Ana Paola Malichieski; BURGUEÑO, Ana Cristina Torma & BURGUEÑO, Luís Eduardo Torma. Educação ambiental: uma perspectiva freireana. *Revista Ambiente & Educação*, v. 7, n. 1, Rio Grande, 2002.

SAMPAIO, Tânia Mara V. Educação física, lazer e meio ambiente: desafios da relação ser humano e ecossistema. In: MARCO, Ademir de (Org.). *Educação Física: cultura e sociedade*. Campinas: Papirus, 2006.

SILVA, Robson A. da. *Lazer e processos educativos: o olhar de gestores de clubes de empresa*. 2008. 65p. Monografia (Pós-Graduação *Lato Sensu* em Lazer) – Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional, Centro de Estudos de Lazer e Recreação, da Universidade Federal da Minas Gerais. Belo Horizonte: EEFFTO/CELAR/UFMG,

VIÉGAS, Aline & GUIMARÃES, Mauro. Crianças e educação ambiental na escola: associação necessária para um mundo melhor? *Revista Brasileira de Educação Ambiental*, n. 0, p. 56-62, Brasília, 2004.

O papel do lazer na apropriação territorial urbana: estudo dos parques lineares, cemitérios, praças e periferias

Carla Rodrigues¹

Maria Luiza Abrantes²

RESUMO: Este estudo contempla o estudo do lazer em grandes centros urbanos, as restrições de espaços públicos voltados à convivência, à contemplação e às atividades físicas, além das oportunidades encontradas por meio da resignificação de locais que atendam a esta demanda. A pesquisa concentra-se no uso e na apropriação de parques, praças, cemitérios e periferias, tanto em comunidades quanto em favelas, pela população local dos grandes centros e pelos visitantes. A metodologia utilizada é a pesquisa bibliográfica e a observação em campo a partir de relatos de participantes de atividades de lazer no projeto LazerNaMata. Foram utilizados os conceitos de Cranz (1978), De Angelis *et al.* (2005), Freire Medeiros (2009), Lima *et al.* (1994), Scalise (2002), Sposito (2004) e Whately *et al.* (2008). O presente trabalho não se esgota com este levantamento e aponta para a necessidade de novos estudos mais aprofundados sobre a resignificação de espaços nos grandes centros urbanos.

PALAVRAS-CHAVE: lazer; resignificação; espaço.

¹ Bacharel em Lazer e Indústria do Entretenimento, pela Universidade Anhembi Morumbi; pós-graduada *lato sensu* em Esporte de Aventura; pesquisadora *ad hoc*; coordenadora do projeto LazerNaMata. Contato: rua São Turibio, 240/3 – 03557-070 – São Paulo/SP; e-mail: carlakim_@hotmail.com/lazernamata@gmail.com.

² Psicóloga formada pela Universidade de Mogi das Cruzes – UMC; mestre em Administração e Valores Humanos, pelo Centro Universitário Capital – UNICAPITAL; docente universitária; pesquisadora *ad hoc*; consultora organizacional. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3744052851642739>. Contato: luiza.abrantes@fnq.org.br.

ABSTRACT This research addresses the study of leisure in large urban centers, restrictions on public space aimed at interaction, contemplation and physical activities and the opportunities found through reinterpretation of sites that meet this demand. The research focuses on the use and ownership of parks, cemeteries and suburbs are communities or slums by the local population of big cities and visitors. The methodology is based on literature research and field observation reports from participating in leisure activities in the project LazerNaMata. We used the concepts of Cranz (1978), De Angelis and others (2005), Freire Medeiros (2009), Lima and others (1994), Scalise (2002), Sposito (2004), and Whately and others (2008). The search is not limited to this survey and points to the need for further more detailed studies on redefining spaces in large urban centers.

KEYWORDS: leisure; reframing; space.

RÉSUMÉ: Cette recherche porte sur l'étude du loisir dans les grands centres urbains, les restrictions sur l'espace public visant à l'interaction, la contemplation et des activités physiques et les possibilités de trouver à travers la réinterprétation des sites qui répondent à cette demande. La recherche se concentre sur l'utilisation et la propriété des parcs, les cimetières et les banlieues sont des communautés ou des bidonvilles par la population locale des grandes villes et les visiteurs. La méthodologie est basée sur la recherche de la littérature et les rapports d'observation sur le terrain de participer aux activités de loisirs dans le LazerNaMata projet. Nous avons utilisé les concepts de Cranz (1978), De Angelis et d'autres (2005), Freire Medeiros (2009), Lima et d'autres (1994), Scalise (2002), Sposito (2004) et Whately et d'autres (2008). La recherche ne se limite pas à cette enquête et des points à la nécessité de poursuivre des études plus détaillées sur la redéfinition des espaces dans les grands centres urbains.

MOTS-CLÉS: espace de loisirs; le recadrage.

RESUMEN: Esta investigación aborda el estudio del ocio en los grandes centros urbanos, las restricciones de espacio público destinado a la interacción, la contemplación y la actividad física y las oportunidades que se encuentran a través de la reinterpretación de los sitios que satisfagan esta demanda. La investigación se centra en el uso y la propiedad de los parques, cementerios y los suburbios son comunidades o las chabolas de la población local de las grandes ciudades y los visitantes. La metodología se basa en la investigación de la literatura y los informes de campo de observación de la participación en actividades de ocio en el proyecto LazerNaMata. Se utilizaron los conceptos de

Cranz (1978), De Angelis y otros (2005), Freire Medeiros (2009), Lima y otros (1994), Scalise (2002), Sposito (2004) y Whately y otros (2008). La búsqueda no se limita a esta encuesta y señala la necesidad de estudios más detallados sobre la redefinición de los espacios en los grandes centros urbanos.

PALABRAS CLAVE: espacio de ocio; reconfiguración.

Introdução

No processo de urbanização do Brasil, 43% da população total concentrada nas metrópoles enfrentam a falta de espaços para o lazer, a pobreza e a marginalidade; ao mesmo tempo, buscam-se modelos experimentais de instalações-piloto como resposta à necessidade de cada território. Como exemplo, o surgimento dos parques lúdicos envolvendo o SESC Itaquera e Parque do Carmo em São Paulo.

A capital de São Paulo construiu uma imagem de cidade séria, local voltado ao trabalho, caracterizada por centros fabris, comerciais e financeiros demarcando-lhe os limites com suas chaminés, seus corredores comerciais e sua arquitetura bancária. Uma cidade sem tempo de ludicidade para o lazer e para a convivência.

As populações são cada vez mais empurradas para as periferias que, por sua vez, veem-se transformadas em cidades-dormitórios, sem apropriação do espaço vivencial por parte dos habitantes que, muitas vezes, não se identificam com o local de residência. A falta de equipamentos públicos de lazer contribui para as pessoas “se fecharem em si mesmas”, em seus apartamentos, casas, cortiços e favelas.

Dentro do contexto dos territórios urbanos superpopulosos dos grandes centros, afastados do litoral, envolvidos por trânsito, poluição e muito concreto, surge o grande desafio do lazer como elemento transformador de uma realidade social, na busca da criação de soluções inovadoras para a melhoria da qualidade de vida da população.

Os grandes centros urbanos, ao mesmo tempo que convivem com as restrições do contato com o ambiente natural, seja pela industrialização, seja pelo comércio, pela habitação, por formação de grandes centros prisionais ou cemitérios, ainda se deparam com situações inusitadas, como acidentes e catástrofes, que acabam contribuindo para um afastamento da população das práticas de lazer.

Apenas por intermédio de uma ressignificação desses espaços públicos, essa mesma população poderá acessar equipamentos e apropriar-se de um território urbano de promoção à distração, à movimentação, ao encontro e ao convívio social.

Esta pesquisa tem o objetivo de demonstrar a apropriação do território dos grandes centros urbanos pelas populações locais e visitantes, pelo uso de equipamentos

públicos e/ou atividades de lazer, incluindo praças, parques, cemitérios ou periferias ressignificadas.

A metodologia utilizada foi a pesquisa bibliográfica e a observação em campo, que consiste no levantamento das teorias e considerações dos registros disponíveis, decorrentes de trabalhos anteriores, em documentos impressos, como livros, artigos, teses etc. Utilizaram-se dados ou categorias teóricas já trabalhados por outros pesquisadores, e devidamente registrados. A pesquisa bibliográfica forneceu instrumental para estudo, não podendo esgotar-se em si mesma. Outras observações e relatos colhidos durante a implantação do projeto LazerNaMata junto de seus participantes nas diversas atividades, de 2006 a 2010, foram somados ao referencial teórico.

Para os conceitos de lazer e apropriação dos espaços em território urbano, foram utilizadas as referências Marx (1980); Lima *et al.* (1994); Moreno (2009) e Grostein (2001); para os conceitos de ressignificação de espaços públicos como praças e parques, Scalise (2002); UNIPAR (2007); Whately *et al.* (2008); De Angelis *et al.* (2005); Macedo e Robba (2002) e Font (2003); para os conceitos de atividades em cemitérios, periferias e favelas, SINCEP (2005); Memorial Necrópole Ecumênica – MNE (2002); Moreno (2009); Grostein (2001); Sposito (2004) e Rodrigues (2010).

Os resultados apontam para a necessidade de atualização e revisão dos conceitos de atividades de lazer em grandes centros urbanos, à luz da influência do contexto social resultante da organização econômica, demográfica e territorial das grandes cidades e suas oportunidades de convívio e aproximação de pessoas.

Dos grandes parques aos parques lineares: surgimento e proposta

Para se entender o uso de espaços como parques, concebidos como área de lazer para a sociedade, é importante explicar a concepção de parque, como foi inserido nessa sociedade, quais suas funções e seus objetivos, bem como as múltiplas compreensões sobre suas origens, sua evolução e a inserção desses espaços livres nos meios urbanos, além da percepção das mudanças de seu significado e sua aplicabilidade diante de diferentes contextos.

Segundo o Dicionário Aurélio (2010), *parque* significa:

1. Área de lazer arborizada, ger. pública.
2. Área reservada para a proteção da natureza.
3. Fig. Área onde se concentra determinada atividade: *parque gráfico*, *parque industrial* (FERREIRA, 2010).

Quanto às funções e aos objetivos, não existe uma única e exclusiva definição, pois, dependendo das necessidades do parque, do pensamento, do gosto de um grupo ou de uma época, essas funções se adequam para suprir uma carência ou disponibilizar outros benefícios para a comunidade. Existem parques com foco em educação e preservação ambiental, parques com equipamentos esportivos e recreativos, com trilhas e outros tipos de atrações, até mesmo as culturais, como shows, museus e oficinas artísticas (SCALISE, 2002).

Difundidos, a princípio, em sociedades inglesas, francesas e norte-americanas, os parques concebidos como equipamentos públicos urbanos surgiram a partir de ações concretas, em situações geográfica e historicamente específicas. A elaboração e a instalação de parques públicos são previstas em lei pelos municípios e acontecem quando da necessidade da existência de tais equipamentos e das reivindicações por parques e áreas verdes (SCALISE, 2002).''

No final do século XVIII, nas cidades europeias, os parques surgiram com o intuito de amenizar as questões de insalubridade que ocorriam devido à intensificação da expansão urbana da cidade industrial. Esses espaços adquiriram grande importância social e passaram a disponibilizar equipamentos para atividades de recreação e lazer (UNIPAR, 2007).

Diferentemente dos parques europeus, no Brasil, o surgimento desses espaços veio com o objetivo de atender a uma demanda específica elitizada, instalando-se muito mais por uma questão de modismo do que por necessidade social como no outro continente. Os parques foram criados como figura complementar ao cenário das elites emergentes, que controlavam a nação e procuravam construir uma paisagem urbana semelhante aos modelos existentes na Inglaterra e na França (UNIPAR, 2007).

Os parques públicos no território brasileiro apareceram com a vinda da família real portuguesa para o Rio de Janeiro, em 1808, quando acontecia uma organização urbana através da fundação de bancos, higienização de ruas, policiamento e criação de imprensa. Assim, foram criados os primeiros parques públicos brasileiros: o Campo de Santana, o Passeio Público e o Jardim Botânico. Nesse período, os parques urbanos eram vistos pela sociedade da época como espaço apenas para contemplação e alheio às necessidades sociais da massa urbana contemporânea (UNIPAR, 2007).

Na segunda metade do século XX, iniciaram-se reivindicações quanto à escassez de espaços públicos e áreas de lazer para a população menos privilegiada em decorrência do grande aumento populacional e de pouco espaço. Depois de inúmeras transformações, nos anos 1960 e 1970, os parques se tornaram instrumentos de socialização comunitária, assumindo novas funções socioambientais, com a intervenção e a iniciativa pública ou, ainda, com a finalidade de lazer e recreação, e também a conservação e preservação da natureza (UNIPAR, 2007).

Nesse contexto, o verde se inseriu cada vez mais no cenário urbano brasileiro, tanto em decorrência da monotonia das cidades quanto em consequência das necessidades ambientais que se fizeram presentes, em virtude da expansão urbana e dos problemas daí emergentes. A percepção ambiental ganhou visibilidade e passou a ser materializada na produção de praças e parques públicos nos centros urbanos. Com o intuito de melhorar a qualidade de vida pela recreação, pela preservação ambiental, pela criação de áreas de conservação dos recursos hídricos e pelo estímulo à sociabilidade, essas áreas tornaram-se fundamentais no ambiente urbano (UNIPAR, 2007).

Assim como no Rio de Janeiro, em São Paulo, no final do século XIX e início do século XX, os parques eram criados com inspiração nos similares franceses e funcionavam como locais de cultura e pontos de encontro para a sociedade paulistana. São resultado desse período os parques Jardim da Luz, Buenos Aires, Tenente Siqueira Campos (antigo Trianon) e Ibirapuera, sendo este o último grande parque com tais características (UNIPAR, 2007).

Após a cidade alterar sua fisionomia e transformar-se em uma grande metrópole, foi detectado um segundo movimento em que parques foram criados a partir de remanescentes de grandes fazendas, chácaras e propriedades da elite paulistanas. São exemplos deles os parques do Carmo e Piqueri. Esse movimento veio com o objetivo de propiciar novas áreas verdes, em especial nas periferias da cidade que continuava a crescer. Nesses locais, foi detectado o surgimento de parques muitas vezes pequenos, porém necessários para proporcionar melhor qualidade de vida aos paulistanos. Essa situação permanece até os dias de hoje, quando há um grande esforço para ampliar a quantidade de parques na cidade (WHATELY *et al.*, 2008).

Outra motivação que leva à criação de parques em São Paulo é evitar ocupações irregulares de áreas que coloquem ainda mais em risco os mananciais de abastecimento. Assim, os parques passaram a ser vistos pelos órgãos e entidades desenvolvedoras não só como área de lazer, contemplação ou urbanismo, mas também como ferramenta necessária para a preservação do meio e, principalmente, como segurança das próprias comunidades (WHATELY *et al.*, 2008).

Surgiram em 2007 os primeiros parques lineares na capital paulista: Linear Tiquatira, na Penha – zona leste; Linear de Parelheiros, em Parelheiros – zona sul; e Linear Ipiranguinha, na Vila Prudente – zona leste. Os registros de maiores parques lineares pertencem ao Caminho Verde do Rio Platte (Denver, Estados Unidos), com 16 quilômetros, e o da Bacia Hidrográfica do Rio Don (Toronto, Canadá), com oito quilômetros. Contudo, nenhum desses parques foi construído em áreas urbanas densamente povoadas, como é o caso da zona leste da capital (PMSP, 2008).

O Parque da Integração Zilda Arns, por exemplo, é o décimo maior parque linear da cidade de São Paulo, com 224 mil metros quadrados de área. O projeto é

fruto de uma parceria entre a SABESP³ e a Prefeitura de São Paulo. Todo o conjunto do parque é composto por pista para pedestres, ciclovia, equipamentos esportivos e de lazer para diversas faixas etárias. Também possui bicicletários, bebedouros, sanitários e bases comunitárias para uso da Polícia Militar. O parque é totalmente aberto, sem a colocação de grades, com horta comunitária e viveiro de mudas. Para isso, uma série de encontros foi realizada com a comunidade local para que ela própria preservasse o ambiente local (PMSP, 2008).

As zonas leste e sul são as que concentram maior quantidade de parques nesse formato – são, respectivamente, 16 e 12 parques. O maior em extensão está na zona norte devido ao tamanho da área do Parque Anhanguera (WHATELY *et al.*, 2008).

Os parques lineares buscam a ampliação de áreas verdes, melhoria da qualidade de vida da população e evitação de problemas com o escoamento da água em época de chuvas. Está entre seus principais objetivos a recuperação de fundos de vales dos rios e córregos da cidade por meio da implantação de áreas de lazer, saneamento e limpeza dos rios. Sua implantação, determinada pelo Plano Diretor da Cidade, propiciará a conservação das áreas de proteção permanente (APPs), instituídas pelo Código Florestal, que margeiam os cursos d'água e minimizará os efeitos negativos das enchentes que assolam São Paulo. Para administrar esses novos formatos de parques, foram selecionadas pessoas com formação em meio ambiente (WHATELY *et al.*, 2008).

Por mais que os objetivos e as motivações que levam à criação de novos parques, lineares ou não, tenham se transformado desde sua primeira implantação até os dias atuais, a população continua a utilizá-los como equipamentos de lazer, área de práticas esportivas, convívio social, expressão cultural e reaproximação com a natureza. O lazer, nesse sentido, é utilizado como ferramenta estratégica pelos idealizadores de parques como meio de incentivar o uso e a preservação desses espaços pela população, além de urbanização e recuperação ambiental para os centros urbanos e áreas degradadas. A criação de parques mantém as áreas movimentadas, portanto vivas e com menos riscos à comunidade.

Praças públicas: uma proposta ao longo do tempo

No decurso dos tempos, as praças passaram por diversas funções, usos e concepções, e sofreram significativas mudanças; entretanto, ainda hoje representam um espaço público de grande importância no cotidiano urbano. De maneira ampla, a praça pode ser definida como qualquer espaço público urbano, livre de edificações, que propicie convivência e/ou recreação para os seus usuários. Sua função primordial

³ Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo.

é aproximar e reunir as pessoas, seja por motivo cultural, seja econômico (comércio), político ou social (DE ANGELIS *et al.*, 2005).

Na Grécia antiga, a praça era um espaço aberto, normalmente delimitado por um mercado, no qual se praticava a democracia direta, visto ser este o local para discussão e debate entre os cidadãos. No século XVIII, os espaços livres existentes nas cidades e nos mercados pelas aglomerações humanas estavam, em geral, relacionados à existência de mercados populares (comércio) ou ao entorno de igrejas e catedrais (MACEDO & ROBBA, 2002).

No Brasil, o conceito de praça está associado à ideia de verde e de ajardinamento urbano; por esse motivo, os espaços públicos formados a partir do pátio das igrejas e dos mercados públicos é comumente chamado de adros ou largos.

Atualmente, a cidade de São Paulo conta com cerca de 5,5 mil praças, administradas pelas 31 subprefeituras do município, e que consistem em espaços para pedestres, sendo palcos culturais e históricos da cidade, além de abrigarem, frequentemente, o comércio formal e o informal, como as feiras populares, coloniais e de artesanato, dentre outras (FONT, 2003).

As praças servem ainda como ponto de encontro, local aberto para apreciação da paisagem, além de disporem, muitas vezes, de outros atrativos destinados ao lazer da população, como coretos para apresentações culturais, fontes que jorram água, bancos para descanso, quiosques com vendas de lanches, barras de ginástica, pistas de caminhada e ciclovias, parquinhos para crianças, dentre outros (MACEDO & ROBBA, 2002).

Os grandes centros urbanos da modernidade perdem cada vez mais os espaços de lazer e de convivência espacial, apontando para a tendência de as pessoas se confinarem em shoppings, cafés, restaurantes, bares. Assim, o local público deixa de ser o espaço de convívio, perdendo força como espaço simbólico.

A falta de espaços públicos nos centros urbanos e a necessidade de recuperação de muitas dessas áreas fazem com que as pessoas se utilizem da sua recuperação, ressignificando-as como praça com equipamentos de lazer. No Brasil, e particularmente em São Paulo, locais de tortura, de menosprezo e discriminação de seres humanos, como as construções prisionais ou os espaços onde um ato terrorista ou acidente aéreo colocou fim à vida de muitas pessoas, ou ainda lugares onde entes falecidos ficam depositados, sítios geralmente evitados pela população, passaram a ser recuperados e ressignificados como praças que promovem atividades e lazer e de convivência social.

Unidades prisionais, prédios desocupados, escombros e cemitérios viram-se transformados em praças direcionadas à convivência social, às atividades de lazer em centros urbanos que já não têm para onde crescer tampouco como oferecer espaços destinados à troca e à qualidade de vida. A utilização desses espaços pela população é uma forma de prestar homenagem a todos que sofreram naquele espaço físico, uma espécie de reconciliação com um espaço associado a traumas.

Assim, foram construídos as praças e os parques em espaços como o que ocupava a Casa de Detenção, no Carandiru, o Complexo do Quadrilátero do Tatuapé da antiga FEBEM-SP⁴, o espaço da TAM Express em frente à avenida Washington Luís, no Aeroporto de Congonhas, em São Paulo, e o prédio do DOPS⁵, na Estação da Luz, como área de exposição de arte, possibilitando à população o acesso a atividades de lazer, como caminhadas, exercícios físicos, ciclismo, leitura, descanso e contemplação.

A resignificação de espaços pelo lazer é uma tendência mundial, como a praça em Hiroshima, no Japão, as praças nos locais de campos de concentração na Europa, a praça onde havia o World Trade Center, nos Estados Unidos, dentre outros.

Cemitério: resignificação de um espaço público

A ideia de cemitério como um espaço de tristeza, perda, morbidez e, até mesmo, local de assombrações, de manifestações do movimento gótico ou, ainda, ambiente propício a rituais macabros vem passando por transformações.

Essa concepção, no imaginário popular, a respeito da imortalização de uma imagem negativa criada e reforçada pelo cinema, sobretudo no gênero de filmes de terror, onde os cemitérios são os cenários favoritos de sustos, fantasmas e acontecimentos inexplicáveis, que estão “além da imaginação”, contribui para essa imagem. A literatura brasileira também parte para essa vertente, como ocorreu com Carlos Drummond de Andrade, por exemplo, em seu conto “Flor, telefone e moça”, e ainda com Lygia Fagundes Telles, em seu não menos prestimoso conto “Venha ver o pôr do sol”, conforme comentado em SINCEP (2005).

Segundo essa fonte, mesmo para os que temem tais espaços, existe certo fascínio ligado aos cemitérios, despertado pelo medo ou por admiração. E é por isso que, atualmente, encontram-se diversas possibilidades de utilização de cemitérios, saindo da tradicional visitação aos entes e amigos que jazem ali. O principal e mais evidente deles é o turismo, que procura trabalhar com o lado artístico, histórico e de curiosidades.

Outro aspecto explorado fortemente é o de contemplação de jardins, ruas, alamedas e dos diferentes túmulos. Há ainda quem utilize os cemitérios como áreas de lazer e prática de esportes, como caminhadas e corridas, conforme relatou a reportagem feita pelo *Jornal da Tarde* em 25 de abril de 2005: “Cemitério vira pista de cooper e área de lazer”.

A reportagem aborda a questão da transformação dos cemitérios em espaços de lazer, causada pela falta de segurança em parques e nas ruas. A população usuária

⁴ Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor de São Paulo.

⁵ Departamento de Ordem Política e Social.

desses locais como áreas de lazer afirma que se sente muito mais segura em praticar alguma atividade física, como caminhar e correr, nesses espaços por serem fechados e possuírem seguranças. Outros usuários utilizam o sítio em referência para ler jornais e levar bebês para tomarem sol. O Cemitério de Congonhas, por exemplo, oferece um imenso gramado com flores, árvores comuns e frutíferas, pássaros, vigilância e nenhuma lápide acima do solo, o que propicia a prática dessas atividades. Não existe circulação de carros; portanto, não há perigo de atropelamento ou de se respirar a fumaça dos escapamentos. Estudantes, às vezes, frequentam o local para fazer suas tarefas escolares nos bancos (SINCEP, 2005).

No turismo, existem agências de viagens que oferecem visitas guiadas em determinados cemitérios; outra possibilidade são os cemitérios que oferecem guias para visitação. Em Campinas, o Núcleo de Fotografia promoveu, em outubro de 2010, uma caminhada fotográfica pelo Cemitério da Saudade, que foi escolhido por ser considerado um “museu de arte sacra a céu aberto”. O local abriga jazigos de personagens históricos, obras e esculturas de grande valor artístico. Outra proposta de atividade é recreacional, com desafios para os participantes em:

[...] descobrir as datas mais antigas de nascimento e sepultamento, quantos barões estão sepultados no local, onde estão os túmulos escritos em inglês e com inscrições em árabe, e número de figuras históricas (REDAÇÃO, 2010).

Em São Paulo, o Cemitério da Consolação (de 1858), o do Araçá (de 1887) e o São Paulo (de 1930), criados por meio de decretos municipais, fazem e demonstram parte da história da cidade, do estado e, até mesmo, do país. Antes, não existiam cemitérios a céu aberto, e o surgimento deles se deu por questões ligadas à insalubridade e a práticas sanitárias vigentes na época. Passear pelo Cemitério da Consolação proporciona um encontro com todas as transformações ocorridas na história de São Paulo.

Em poucas quadras, em cada jazigo, nas alamedas e ruas, passa-se pelo Brasil no período do Império, com personalidades como a Marquesa de Santos e o Barão de Itapetininga; pelo poder e ascensão da República do Café com Leite, com os presidentes Washington Luís e Prudente de Moraes; pelo apogeu e pela falência das famílias tradicionais, como os Prado e os Álvares Penteado; sem falar na mudança de poder e da riqueza para os imigrantes cujos nomes estão ligados à industrialização de São Paulo: Matarazzo, Jafet, Calfat, Crespi, também vinculados a um processo de apogeu e decadência. Enfim, são muitas as figuras que representaram e marcaram a história do país, e que podem ser observadas sob outro ponto de vista (SINCEP, 2005).

O lazer e o turismo em cemitérios podem servir como forma de preservação para esses locais, pois, uma vez conhecendo e respeitando o lado artístico e cultural a eles

relacionado, as pessoas entendem e ajudam a manter presente a sua própria história. Os cemitérios como atrativos turísticos constituem um novo mercado no Brasil.

Outro exemplo de cemitério utilizado como áreas de lazer é o Cemitério Vertical de Santos, que também tem seu espaço aproveitado para eventos culturais de lazer, como concertos e exposições, e é visto como ponto turístico oficial da cidade. Além desses eventos, o Memorial (nome do primeiro prédio) patrocina atletas de diversas modalidades, como boxe, ciclismo, triatlo, pedestrianismo e natação, com o objetivo de devolver a autoestima e promover a saúde, dando a oportunidade ao atleta de se profissionalizar. Além disso, o Memorial apoia eventos nacionais e internacionais (MEMORIAL NECRÓPOLE ECUMÊNICA – MNE, 2002).

Essas atividades podem parecer estranhas para muitas pessoas que pensam ser estes espaços destinados a “momentos tristes”, pois os associam à morte; entretanto, é preciso entender que a sociedade passou por diversas transformações antes de chegar a essas mudanças. As mudanças, aliás, são contínuas e, provavelmente no passado, muitas delas causaram impacto à primeira vista.

O conceito de morte no século XIX, época em que, quando acontecia o falecimento de alguém, envolvia a realização de rituais que incluíam festas com reunião de irmandades, parentes e amigos, cortejos nas ruas que desfilavam com os mortos com o objetivo de oferecer homenagens a fim de que a “alma” dessa pessoa não voltasse para assombrar sua família ou seus amigos.

Nos séculos XX e XXI, esse ritual se transformou, e os enterros já não eram mais feitos nas igrejas, e sim nos cemitérios, até então difíceis de ser aceitos pela sociedade. Já não se faziam mais festas, e os mortos eram enterrados em cemitérios planos ou verticais. Hoje, esses espaços, a princípio concebidos apenas para reverência aos mortos, tornaram-se sítios de lazer para a prática de esportes, além de ambientes para leitura, encontros e outros eventos (MORENO, 2009).

Periferias, favelas e comunidades

Grande parte das áreas periféricas dos centros urbanos é construída, basicamente, a partir de quatro fatores: (i) ocupações de terras vazias realizadas por grupos de baixa renda; (ii) loteamentos irregulares e clandestinos comercializados ilegalmente; (iii) conjuntos habitacionais para a população de baixa renda produzido pelo poder público; e (iv) favelas (GROSTEIN, 2001).

A evolução das cidades aponta para a existência de espaços diferenciados: o centro povoado pelos mais abastados e a periferia, locais densos, situados nos arredores, que servem de moradia para uma população de menos condições econômicas. A formação

de periferias pode ser estimulada tanto pelo poder público, com a implantação de conjuntos residenciais, quanto pelo setor privado através da realização de loteamentos populacionais (SPOSITO, 2004).

Na concepção de Grostein (2001), existe um padrão no processo de expansão, que forma um espaço dual: a cidade formal, que concentra os investimentos do poder público, e a cidade informal, que cresce na ilegalidade, sem o acompanhamento do Estado e reforçando as diferenças socioambientais e econômicas.

As periferias cinematográficas dos anos 1990, demonstradas nos filmes *Cidade de Deus* e *Central do Brasil*, com seus morros, favelas e cortiços, revelam territórios em que predominam a violência e a pobreza, não integradas ao resto da cidade. Ao mesmo tempo, são territórios acusados de assemelhar-se aos filmes de ação americanos, que proporcionam divertimento e entretenimento ao espectador.

As periferias dos grandes centros urbanos, bem como seus cortiços e comunidades, passaram a ser vistas como roteiro de *reality tours*. Trata-se de uma paisagem social que desperta nos seus visitantes um sentimento de aventura e deslumbramento, ao mesmo tempo que leva à experiência do autêntico, do exótico e do risco em um único lugar. Os maiores centros urbanos do Brasil, São Paulo e Rio de Janeiro, passam pela experiência das atividades de lazer nas suas periferias: favelas e comunidades, fábricas e galpões desativados.

As fábricas desativadas nas periferias de São Paulo e os galpões de cargas nas periferias do Rio de Janeiro começaram, na década de 1980, a ser ressignificados, dando lugar a casas de shows, danceterias, esportes como boliche, espaços culturais de exposições, bares e similares. Com essa nova abordagem das suas áreas destinadas ao lazer, as populações locais e visitantes de periferias próximas iniciaram um processo de apropriação do espaço destinado ao entretenimento, ao descanso, ao encontro e à diversão.

As atividades de lazer junto às periferias possuem características diferentes: algumas são caminhadas voltadas ao reconhecimento de ações sociais; há a visita a creches e ONGs; moradores são utilizados como guias e promovem ações para a comunidade; outras atividades são voltadas para o turismo de aventura e têm mochileiros como público-alvo; existem, ainda, guias locais que realizam um *tour* por conta própria. As periferias têm se tornado cada vez mais um território simbólico no imaginário dos visitantes, o que indica existir a possibilidade de um vasto campo de lazer a ser explorado e apropriado dentro desses territórios.

Em São Paulo, as favelas de Paraisópolis e Heliópolis são as mais visitadas, junto com a “cracolândia”, na região da Luz e do Glicério. Em 2009, 1,6 milhão de visitantes estrangeiros passaram pela favela de Paraisópolis, um crescimento de 33% em relação a 2004. A maior parte visita pontos tradicionais, mas um contingente cada vez mais relevante se interessa em visitar cantões mais pobres e, “antropologicamente,

mais interessantes”, além do perfil ávido do morador da capital por experiências do conhecimento de como funciona uma comunidade por dentro.

Para a Copa de 2014, a favela paulistana de Paraisópolis pretende trabalhar o programa “Visite a cidade paraíso”, mostrando o bairro para os visitantes e como vivem as pessoas que residem nele. Além disso, foram planejadas as seguintes visitas: à Casa Gaudí, um castelo de pedras que lembra obras de Antônio Gaudí; às obras de artes de outro morador, que tem profissão de soldador e expõe suas esculturas numa oficina; e ao morador João Poeta, que construiu toda sua casa com garrafas PET. Inicialmente, 20 jovens da comunidade passam por um processo de formação, aprendendo turismo, inglês e dados sobre a história do bairro (RODRIGUES, 2010).

No Rio de Janeiro, a comunidade da Rocinha também se prepara para a Copa de 2014. A comunidade já conta com seus *tours* há dez anos, com visitas ao ambiente de moradia das pessoas, aos trabalhos sociais e artesanais, às lanchonetes que vendem comidas típicas. Hoje, a comunidade chega a receber mais de mil pessoas por mês, sendo que, nos meses de janeiro a março, período do verão, o número de visitantes chega a 3,5 mil pessoas.

Considerações finais

A apropriação dos territórios para as atividades de lazer em grandes centros urbanos deve passar por uma nova conceituação, pois a disputa por espaços com outros atores sociais, como os responsáveis pela especulação imobiliária, o comércio e os serviços, acaba afastando a população da convivência social em áreas públicas, geralmente restritos a pequenas praças confinadas no meio de prédios cinza, com pouca ventilação e luz do sol, além da presença de poluição sonora, visual e atmosférica.

O desenvolvimento de ideias novas de recuperação de espaços públicos para as atividades de lazer, seja a leitura de um livro, seja uma caminhada, a contemplação ou a troca de conversas, surgiu como uma saída para o território urbano.

Locais como fábricas e galpões abandonados, velhas unidades prisionais e de reclusão de jovens, lugares de acidentes naturais e da vida moderna são ressignificados e utilizados como possibilidade de promoção para as atividades de lazer. Os parques lineares surgiram como oportunidade para a realização de atividades direcionadas àqueles que estão próximos aos rios e córregos centrais e periféricos. Ao mesmo tempo, eles promovem a implementação de lazer e de segurança às populações locais.

Cemitérios horizontais são ressignificados para as caminhadas; os verticais, para atividades culturais, com casa de chá dentro da sua estrutura. E até mesmo as favelas em São Paulo e as comunidades no Rio de Janeiro são palcos de atividades de lazer para as populações dos grandes centros e visitantes.

Os espaços são vistos como possibilidades de convivência, de realização de atividades físicas, culturais e de contemplação. As mudanças conceituais ainda são novas e, como tudo que sugere mudança, têm seu período de adaptação e compreensão por parte dos usuários dos sistemas.

Este estudo é apenas uma pesquisa inicial sobre as novas ocupações territoriais para o lazer. Muito deve ser pesquisado e aprofundado para se chegar a uma conclusão sobre a posição das políticas públicas de lazer: existe realmente a vontade do agente público no atendimento às necessidades da população? Ou o lazer é promovido como meio de realização de outras políticas, como a de preservação de ambientes naturais e patrimônios públicos; a de segurança, tendo em vista que os empreendimentos mencionados mantêm as localidades em permanente movimento; a de limpeza e manutenção, à medida que oferecem à população a realização de atividades em meios urbanos e periféricos?

As perguntas não respondidas neste levantamento inicial podem levar pesquisadores e leitores interessados no tema a aprofundar o papel do lazer dentro de uma sociedade moderna, urbana e sem espaços previamente planejados para a promoção de atividades lúdicas, esportivas e de convivência social. Será a ressignificação dos espaços sociais uma possibilidade de apropriação territorial e a saída para as atividades de lazer da população concentrada nos grandes centros urbanos?

Referências

- CRANZ, Galen. Changing roles of urban parks – From pleasure garden to open space. *Landscape*, v. 22, n. 3, Berkeley, 1978.
- DE ANGELIS, Bruno Luiz D.; DE ANGELIS NETO, Generoso; BARROS, Gabriela de Angelis; BARROS, Rafaela de Angelis. *Praças: história, usos e funções*. Maringá: EDUEM, 2005 (Coleção Fundamentum).
- DIZERO, Joselle Davanço. *Praça do interior paulista: estudos de caso nas cidades de Ribeirão Preto e Monte Alto/SP*. 2006. Dissertação (Mestrado em Urbanismo) – Pontifícia Universidade Católica de Campinas. Campinas: PUC.
- FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Dicionário Aurélio Básico da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2010.
- FONT, Mauro. *A praça em movimento: processos de transformações morfológicas e funcionais no Brasil do século XX*. 2003. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo. São Paulo: USP.
- GROSTEIN, Marta Dora. Metrópole e expansão urbana: a persistência de processos “insustentáveis”. *São Paulo em Perspectiva*, v. 15, n. 1, p. 13-19, São Paulo, jan./mar., 2001.
- LIMA, Ana Maria L. P.; CAVALHEIRO, Felisberto; NUCCI, João Carlos; SOUSA, Maria Alice de Lourdes B.; FIALHO, Nilva de O. & DEL PICCHIA, Paulo Celso D. Problemas de utilização na conceitual-

ção de termos como espaços livres, áreas verdes e correlatos. In: II CONGRESSO BRASILEIRO DE ARBORIZAÇÃO URBANA. *Anais...* São Luís: Imprensa EMATER/MA, 1994.

MACEDO, Sílvio S. & ROBBIA, Fábio. *Praças brasileiras*. São Paulo: EDUSP, 2002.

MARX, Murillo. *Cidade brasileira*. São Paulo: Melhoramentos/EDUSP, 1980.

MEDEIROS, Bianca Freire. *Gringo na laje*: produção, circulação e consumo da favela turística. Rio de Janeiro: FGV, 2009.

MEMORIAL NECRÓPOLE ECUMÊNICA – MNE. Cemitério Vertical de Santos, 2002. Disponível em: <<http://www.memorialsantos.com.br/atletas/atletas.html>>. Acesso em: 20 nov. 2010.

MORENO, Tânia Maria. O sagrado e o profano. In: CURSO DE HISTÓRIA DE SÃO PAULO NO SÉCULO XIX. *Aula 10*. São Paulo: CIEE – Centro de Integração Escola Empresa, 2009.

OLIVEIRA, Fabiano Lemes. O nascimento da ideia de parque urbano e do urbanismo modernos em São Paulo. *Arquitextos*, 120.03, ano 10, maio, 2010. Disponível em: <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/10.120/3433>>. Acesso em: 20 nov. 2010.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO – PMS. Plano diretor de parques lineares – para que servem. São Paulo, 2002. Disponível em: <http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/desenvolvimento_urbano/legislacao/plano_diretor/index.php?p=1386>. Acesso em: 25 ago. 2010.

QUEIROGA, Eugênio F. *A megalópole e a praça*: o espaço entre a razão de dominação e a ação comunicativa. 2001. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo. São Paulo: USP.

REDAÇÃO. Domingo tem caminhada fotográfica no Cemitério da Saudade, em Campinas. Campinas, Cultura, 2010. Disponível em: <http://campinas.com.br/conteudo/detalhe.asp?cod_agenda=3521>. Acesso em: 11 nov. 2010.

RODRIGUES, Gilson. Entrevista. União dos Moradores de Paraisópolis. São Paulo, 2010. Disponível em: <www.paraisopolis.org>. Acesso em: 20 nov. 2010.

SCALISE, Walnyce. Parques urbanos – evolução, projeto, funções e usos. *Revista Assentamentos Humanos*, Marília, v. 4, n. 1, p. 17-24, 2002. Disponível em: <<http://aprender.unb.br/mod/resource/view.php?id=26770>>. Acesso em: 10 mai. 2008.

SINDICATO DOS CEMITÉRIOS E CREMATÓRIOS PARTICULARES DO BRASIL – SINCEP. Cemitério vira pista de Cooper e área de lazer. *Jornal da Tarde*, São Paulo, 24 de abril de 2005, Disponível em: <<http://www.sincep.com.br/?key=00ac8ed3b4327bdd4ebbebc2ba10a00>>. Acesso em: 20 nov. 2010.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. Novos conteúdos nas periferias urbanas das cidades médias do Estado de São Paulo, Brasil. *Investigaciones Geográficas*, n. 54, p. 114-139, México-DF, Universidad Nacional Autónoma de México, agosto, 2004.

UNIVERSIDADE PARANAENSE – UNIPAR. Parques. Material de aula. Paraná: 2007. Disponível em: <http://virtual.unipar.br/courses/PAISAG011/document/AULA_PARQUES1.pdf?cidReq=PAISAG011>. Acesso em: 20 mai. 2009.

WHATELY, Marussia; SANTORO, Paula Freire; GONÇALVES, Bárbara Carvalho & GONZATTO, Ana Maria (Orgs.). *Parques urbanos municipais de São Paulo*: subsídios para a gestão. São Paulo: Instituto Socioambiental, 2008.

Parques urbanos: intersecções entre lazer e espaço na cidade

Paulo Cezar Nunes Junior¹

RESUMO: Este artigo trata da relação entre lazer e parques urbanos, buscando apontar elementos para que se pense sobre o significado dessas áreas no desenvolvimento das cidades. O tema é trabalhado a partir de uma reflexão teórica com autores de diferentes áreas, feita por meio de uma revisão bibliográfica não exaustiva. Como objetivo central, procurou-se relacionar as funções, os usos atuais e papéis desempenhados pelo parque urbano junto ao desenvolvimento das cidades. A discussão apresenta ainda ocorrências históricas importantes ligadas aos parques públicos, e discute a organização destes como produto de determinada concepção de tempo, lazer e trabalho.

PALAVRAS-CHAVE: atividades de lazer; história; parques urbanos.

ABSTRACT: This article narrates the relationship between leisure and urban parks, searching for elements that help us think about the meaning of this area for the city's development. The theme is worked from a theoretical discussion with authors from different areas, made through a literature review not exhaustive. As the main objective, seeks to link the functions, current uses and roles played by urban park with the development of cities. The text presents important historical facts about public parks, and discusses the organization of such areas as a product of time, leisure and work conceptions.

KEYWORDS: leisure activities; history; urban parks.

¹ Mestre em Educação Física, pela Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP; docente da Universidade Federal de Itajubá – UNIFEI. Contato: rua Benedito Borges, 205 – 37502-173 – Itajubá/MG; e-mail: pcn_junior@yahoo.com.br.

RÉSUMÉ: Cette article traite de la relation qui existe entre loisirs et parcs urbains, cherchant ce que nous pourrions penser sur les éléments significatifs de ces espaces dans le développement des villes. Le thème est travaillé à partir d'une discussion théorique avec des chercheurs dans différents domaines de la connaissance, par une revue de littérature non-exhaustive. Comme l'objectif principal, vise à relier les fonctions, les utilisations actuelles et les rôles joués par un parc urbain avec le développement des villes. Il présente des événements occurents historiques importants liés au sujet des parcs publics, et discute de l'organisation de ceux-ci comme résultat d'une conception déterminée de temps, loisirs et travail.

MOTS-CLÉS: activités de loisirs; histoire; parcs urbains.

RESUMEN: Este artículo trata de la relación entre ocio y parques urbanos a fin de señalar elementos para que pensemos en el significado de estas áreas en el desarrollo de las ciudades. El tema es trabajado desde una discusión teórica con los autores de distintas áreas del conocimiento, a través de revisión de literatura de forma no exhaustiva. El objetivo principal es buscar vincular las funciones, usos actuales y los roles jugados por un parque urbano con el desarrollo de las ciudades. El artículo presenta, además, ocurrencias históricas importantes relacionadas al tema de los parques públicos, y discute la organización de ellos como producto de una cierta concepción de tiempo, ocio y trabajo.

PALABRAS CLAVE: actividades de ocio; historia; parques urbanos.

Introdução

As reflexões a serem construídas neste artigo partem de um exercício de investigação, a princípio, simples: olhar para o parque urbano e perceber nele (na sua estrutura física, nos seus papéis ao longo da história e nos significados e usos que o rodeiam atualmente) pistas para o entendimento do lazer na dinâmica atual dos centros urbanos. Afinal de contas, conforme disse o geógrafo Milton Santos (1988), é preciso compreender o espaço como a soma de elementos materiais e imateriais, como um conjunto de elementos fixos, físicos, e de fluxos, condicionamentos e de modos de agir construídos socialmente.

Assim, muito mais do que um simples equipamento de lazer, um parque urbano pode revelar características de determinada cidade, de determinado sistema político, de grupos e interações sociais específicas. Pode ser também palco de momentos históricos e de ações transformadoras da realidade, apresentando-se como um ponto de intersecção interessante para pensar a relação entre homem e meio ambiente.

O desenvolvimento deste artigo buscará refletir sobre essa problemática, com três objetivos específicos, a saber:

- 1 – levantar autores e trabalhos publicados em torno da discussão sobre lazer e parques urbanos, em diferentes áreas do conhecimento e de forma não exaustiva;
- 2 – apresentar ocorrências e fatos históricos importantes ligados ao desenvolvimento dos parques urbanos;
- 3 – discutir a maneira pela qual os significados construídos em torno dos parques urbanos são produtos de determinada organização do tempo, lazer e trabalho, e, ao mesmo tempo, produzidos pelas apropriações feitas cotidianamente pelos sujeitos.

Para o tratamento do tema, é importante esclarecer que o conceito de *lazer* é referenciado aqui a partir de um tratamento que o pressupõe como *moderno*, adjetivo utilizado por uma série de pesquisadores, a exemplo de Amaral (2001), Mascarenhas (2006) e Rechia (2007), e cunhado pela justificativa de que as transformações provenientes do industrialismo do século XVIII foram substanciais para o formato de uma nova sociedade, da modernidade (AMARAL, 2001).

Nesse movimento, a criação de parques urbanos e áreas verdes específicas para o divertimento da população foi um dos indicativos concretos da mudança de concepção da ideia de cidade e usos do tempo livre. O urbanismo e os parâmetros do modelo industrial de desenvolvimento para o desenho físico das ruas, casas e prédios públicos, aliados à nova rotina e à marcação de tempo engendrada pelo relógio e pela definição dos turnos de trabalho, implicariam diretamente a nova reconfiguração dos lazeres da Europa setecentista.

Debatido principalmente dentro da categoria *espaço*, na área dos estudos do lazer, o assunto dos parques urbanos tem recebido a atenção de diferentes investigadores brasileiros, como é o caso das pesquisas na área da educação física. É possível citar, como exemplos, os trabalhos de Vilhena (2005) e Rodrigues (2001) sobre as memórias do Parque Municipal de Belo Horizonte; os estudos sobre acessibilidade em ambientes de lazer (MELO *et al.*, 2010), as relações entre brincadeira e espaço urbano (ARRUDA & MÜLLER, 2010), entre política pública e planejamento (ROTTA & PIRES, 2010; CAPRARO *et al.*, 2010), a discussão de Nunes Junior e Amaral (2010) sobre o uso do tempo livre e a apropriação do espaço urbano no Parque do Ibirapuera em São Paulo; e as produções acadêmicas do Grupo de Estudos “Espaços e Equipamentos de Esporte e Lazer na Cidade”, da Universidade Federal do Paraná, ligadas às discussões sobre marcas identitárias (RECHIA, 2005), escola (RECHIA, 2006), conjuntos habitacionais (GONÇALVES, 2008), segurança e diversidade (RECHIA, 2010), dentre outros assuntos.

No âmbito internacional, é possível dizer que vários dos eixos temáticos se repetem com os narrados anteriormente, como é o caso da discussão sobre classes sociais e apropriação do espaço urbano (KEMPERMAN & TIMMERMMANS, 2006). Aparecem ainda estudos correlatos aos observados na realidade brasileira, porém com enfoques diferentes do referencial bibliográfico levantado neste artigo, tal qual ocorre com o trabalho de Williams (2006), que discute a questão do poder e da democracia a partir do cotidiano dos parques públicos de Washington (EUA), e com o trabalho de Fraser (2007), que apresenta as tensões entre público e privado na ordenação espacial do Parque do Retiro, em Madri.

Principalmente na última década, as pesquisas envolvendo lazer e temas como meio ambiente, cidade e parques urbanos cresceram exponencialmente. E, como o lazer é um campo de pensamento interdisciplinar, a produção científica sobre o tema vem ocorrendo em outras áreas do conhecimento além da educação física: na arquitetura (OLIVEIRA, 2010), na história (LORCA, 1989), na geografia (CRUZ, BARBOSA & CARVALHO, 2005; MORAGAS & MORAGAS, 2009) e, até mesmo, na área da saúde coletiva (WESTPHAL, 2000).

Essa dinâmica endossa não só a conformação do lazer como um campo de estudos importante no meio acadêmico atualmente, mas mostra que o assunto dos parques urbanos e as manifestações do lazer e usos do tempo livre em áreas verdes e outros espaços urbanos são de grande relevância. Daí a iniciativa de engajamento neste debate, na espera de encontrar, em um sentido mais amplo, pistas e ideias que subsidiem a produção de conhecimento e a proposição de políticas públicas na área dos estudos do lazer, especificamente para o tema dos parques urbanos.

Em relação ao seu alcance acadêmico, este texto pretende servir de base para as reflexões teóricas e ações de estudiosos e gestores públicos do campo do lazer e planejamento urbano. Espera-se que os pontos tratados aqui propiciem material para fomentar a discussão de questões práticas, problemas e soluções para pensar a disposição e, sobretudo, os papéis e usos dos parques urbanos na atualidade.

Revisitando ideias sobre tempo, trabalho e lazer

O clássico texto do historiador britânico Edward Palm Thompson, “Tempo e disciplina de trabalho”, ainda hoje é central para auxiliar no entendimento da mudança do conceito de tempo. Thompson citou fatos e estabeleceu comparações que fornecem reflexões interessantes para se pensar a relação entre lazer e sociedade nos dias atuais.

Segundo o referido autor, a utilização de elementos de marcação de períodos, a perda de referencial de contagem do tempo na natureza e no fluxo das marés e, principalmente, a invenção do relógio influenciaram substancialmente a relação do

homem com o tempo. Os desdobramentos desse processo desencadeariam, mais tarde, o estabelecimento de turnos específicos de trabalho e lazer, cada qual com locais e hábitos próprios e consagrados pelos condicionamentos tecnológicos (THOMPSON, 1998) da nova sociedade:

O que estamos examinando neste ponto não são apenas mudanças na técnica de manufatura que exigem maior sincronização de trabalho e maior exatidão nas rotinas do tempo em qualquer sociedade, mas essas mudanças como são experienciadas na sociedade capitalista industrial nascente. Estamos preocupados simultaneamente com a percepção do tempo em seu condicionamento tecnológico e com a medição do tempo como meio de exploração da mão de obra (THOMPSON, 1998, p. 289).

Foram exatamente esses condicionamentos tecnológicos que trouxeram os trabalhadores para as fábricas e que passaram a contar o tempo de trabalho e de descanso, e a dizer como e onde divertir-se nas horas livres.

Num período logo posterior ao descrito por Thompson (1998), a rua e outros locais públicos transformaram-se em rota de passagem de mercadorias, perdendo aos poucos seu papel de espaço de convívio e sociabilidade. Os aglomerados populacionais cresceram ao redor das fábricas e, aos poucos, surgiu um novo modelo de cidade, organizada para atender às demandas de ocupação do solo e do tempo, ditadas pela indústria.

Do ponto de vista do planejamento urbano, iniciou-se uma política de projetos que tendeu a encurtar a distância entre as fontes de matéria-prima, as indústrias e os novos consumidores, movimento que implicou também a criação de um trajeto trabalhadores-fábrica para a marcação da rotina. Estabeleceram-se medidas de tempo mais lineares, e os hábitos cotidianos passaram a ser fixados mais pelos hábitos trazidos pelas fábricas do que pelas práticas agrícolas, cultos religiosos e jogos populares, como ocorria anteriormente.

É por esses motivos que se afirma, hoje, que o conceito de lazer foi criado a partir do conceito de cidade industrial: foi nela que ocorreu uma mudança da concepção de tempo, de atitude e de demarcação do espaço físico, condicionando e orientando todos ao parcelamento de suas atividades diárias entre o trabalho e o lazer.

Alguns problemas advindos da dinâmica de evolução das cidades começaram a ficar latentes: o êxodo rural, o inchaço populacional urbano, a ocupação excessiva do solo, a falta de moradia, a insalubridade, a poluição e a carência de áreas verdes, por exemplo, passaram a exigir novas formas de planejamento das cidades para facilitar seu desenvolvimento. Mas qual a relação de todas essas mudanças com a ocupação do solo e, mais especificamente, com a questão dos parques urbanos e das áreas de lazer?

Foi justamente nesse ínterim que o urbanismo surgiu como ciência e método de sistematização que serviria para o planejamento do desenho de quadras e áreas

habitáveis, comprimento de ruas, delimitação de áreas públicas e de medidas de saneamento básico. A criação de áreas específicas para o descanso e divertimento da população precisava ocorrer segundo essas medidas, e foi nesse cenário que se estabeleceram as primeiras iniciativas de criação dos parques urbanos nas regiões dos grandes aglomerados populacionais.

Segundo Oliveira (2010), o urbanismo emergiu no continente europeu no século XIX, onde apareceu também a ideia de parque urbano moderno, ou simplesmente parque urbano. Buscaram-se métodos científicos para enfrentar a questão urbana em resposta aos efeitos nocivos da revolução industrial, “que havia rompido com o equilíbrio entre campo e cidade” (OLIVEIRA, 2008, p. 447).

A partir de então, os parques urbanos tornaram-se quesito obrigatório no planejamento urbano, configurando-se basicamente como área destinada ao lazer da população. Não por acaso, as definições para esse termo são mais comumente encontradas em textos de arquitetura e urbanismo, já que o assunto foi historicamente tratado por essas áreas do conhecimento. Na definição da arquiteta Rosa Kliass (1993, p. 19), “os parques urbanos são espaços públicos com dimensões significativas e predominância de elementos naturais, principalmente cobertura vegetal, destinados à recreação”.

Já no século XX, fomentado principalmente por sua inclusão como pauta de discussão dos arquitetos e urbanistas no IV Congresso Internacional de Arquitetura Moderna² (CIAM) (1933), o lazer ganhou notoriedade entre os arquitetos e urbanistas, uma vez que apareceu como um dos preceitos centrais a ser pensado para o planejamento das cidades na Carta de Atenas (LE CORBUSIER, 1989).

Somado ao rápido crescimento de algumas cidades e, mais tarde, às discussões do movimento ambientalista da década de 1980 (MACEDO & SAKATA, 2002), esse contexto consagrou o parque urbano como equipamento imprescindível para os grandes centros urbanos.

O processo evidenciou-se a ponto de começarem a surgir novos parques públicos em lugar de grandes áreas livres ou obsoletas em diferentes cidades pelo mundo todo: antigas fábricas, estações de trem, pastos e terrenos alagadiços ou não ocupados. No Brasil, por exemplo, a área que hoje corresponde ao Parque do Ibirapuera, na cidade de São Paulo, era uma antiga região alagadiça, de parada para as boiadas que seguiam para os matadouros da região (PORTO, 1992). Outro fato foi a recente criação do Parque da Juventude no terreno do antigo presídio Carandiru, também na cidade de São Paulo.

² Os CIAMS abarcaram uma série de eventos organizados pelos principais nomes da arquitetura moderna europeia a fim de discutir os rumos da arquitetura, do urbanismo e do *design* na primeira metade do século XX. Um dos seus principais idealizadores foi o franco-suíço Le Corbusier, organizador das diretrizes do IV CIAM, compiladas na famosa Carta de Atenas (LE CORBUSIER, 1989).

A cidade de Barcelona (Espanha) apresenta ainda outros exemplos bastante ilustrativos: após a segunda metade do século XX, ela ganhou parques e áreas públicas onde antes funcionavam outros serviços: uma estação de trem (hoje, o Parque Del Clot) e uma antiga indústria (hoje, o Parque de La España Industrial).

Ocorrências históricas pertinentes

A ideia do uso público dos jardins e parques apareceu no século XVII e início do século XVIII em países como a França, onde Luís XIV mandava abrir os jardins do Palácio de Versalhes para o passeio dos parisienses aos domingos, e na Inglaterra, com a disposição do Hyde Park³ ao público em 1634 (LORCA, 1989).

Os propósitos liberais da ilustração e da ruptura com o antigo regime medieval implicaram mudanças para a construção e para o uso dessas áreas livres. Surgiram reivindicações do povo para o acesso aos parques e jardins dos privilegiados, assim como ocorreu uma maior sensibilização diante do papel da natureza na educação e na vida das pessoas, exposta por pensadores da época, como na obra *Emilio*, do filósofo francês Jean-Jacques Rousseau.

As mudanças geradas nas estruturas de produção agrária pelo desenvolvimento da Revolução Industrial, no século XVIII, determinaram um forte crescimento da malha urbana, com uma grande taxa de ocupação populacional que geraria zonas de densa aglomeração e propiciaria a ausência de áreas verdes no novo modelo de cidade que começava a se desenhar.

O parque urbano passava, então, a ser necessário, uma vez que oferecia aos grandes centros urbanos locais de natureza, seja para a contemplação, seja para o divertimento, ou ainda para a recreação do meio natural no espaço urbano. Ao mesmo tempo que eram feitas as instalações de fábricas, a abertura de ruas e vias de acesso e o loteamento e delineamento de espaços de uso privado, crescia a necessidade de criação de áreas de uso comum que servissem ao descanso e ao tempo livre, cada vez mais demarcado pelas rotinas e pela nova forma de trabalho que se instaurava naquele período.

A cidade passou a ter áreas específicas para os parques urbanos, fato até então desnecessário pela proximidade existente entre cidade e natureza. Com o desenvolvimento urbano, a ausência dos espaços naturais acabou criando a necessidade de resgatar áreas verdes para a metrópole. O contato com a natureza, experiência que pode

³ É preciso mencionar a intenção naturalista que esse parque apresentava, que teria um amplo desenvolvimento no romantismo da época, e que muitos autores não duvidam em designar como "o parque autêntico" (LORCA, 1989).

potencializar o descanso agradável, cedeu ao tempo livre dessa época características marcadas pela contemplação e pelo contato harmônico do homem com o ambiente, mas agora inseridos em outro contexto. Os arquitetos Macedo e Sakata (2002) endossaram essa ideia quando disseram que:

O parque urbano é um produto da cidade da era industrial. Nasceu, a partir do século XIX, da necessidade de dotar as cidades de espaços adequados para atender a uma nova demanda social: o lazer, o tempo do ócio e para contrapor-se ao ambiente urbano. Como definiu Frederick Law Olmsted em um de seus relatórios sobre o projeto do Central Park de Nova York: “duas classes de melhorias deveriam ser planejadas com este propósito: uma dirigida para assegurar o ar puro e saudável, para atuar através dos pulmões, a outra para assegurar uma antítese de objetos visuais àqueles das ruas e casas que pudessem agir como terapia, através de impressões na mente e de sugestões para a imaginação”.

A partir daí, a forma clássica do parque urbano sofreu alterações na medida em que os modelos de planejamento urbanístico se sucederam. Se, em um momento, eles correspondiam a antigos jardins reais e espaços livres destinados a algum uso particular, agora eles passaram a compor a lista de necessidades dos projetos urbanísticos do século XIX como bem público em sua origem. Se essas heranças não corresponderam a modelos diretos dos parques que são conhecidos hoje, ao menos conferiram características centrais para se pensar o espaço e as áreas verdes de lazer do território brasileiro.

Os parques urbanos nacionais, ao contrário de seus congêneres europeus, não surgiram da urgência social de atender às massas urbanas da metrópole do século XIX. Segundo Macedo e Sakata (2002), o Brasil, até o início do século XX, não possuía uma rede urbana expressiva, motivo pelo qual o parque foi criado apenas como uma figura complementar ao cenário das elites emergentes, que controlavam a nova nação em formação e que procuravam construir um desenho urbano compatível com o de seus interlocutores internacionais, especialmente os ingleses e franceses.

Considerado o primeiro parque urbano do Brasil, surgiu, em 1783, o Passeio Público do Rio de Janeiro, uma forma de diversão reservada à nobreza carioca. O vaivém e as horas de contemplação vivenciadas entre os jardins e árvores à beira-mar na verdade correspondiam às redes de contatos e sociabilidades das famílias da alta sociedade (FURTADO, 2007), a exemplo do papel desempenhado pelo esporte moderno na época de sua gênese, na segunda metade do século XVIII.

Somente nas primeiras décadas do século XX é que o Rio de Janeiro e as principais cidades do país – Recife, Salvador e, mais tarde, uma série de outras capitais, como São Paulo, Belém e Porto Alegre – passaram por um franco processo de modernização,

especialmente nas suas áreas centrais e circunvizinhas, de modo que assumiram o papel de centros de irradiação de modelos de vida para as novas camadas dirigentes que se organizavam no território brasileiro.

Ao embelezar a cidade e livrar as áreas livres de usos inadequados e ambientes insalubres, os parques urbanos mostravam grande utilidade para o projeto de desenvolvimento e, principalmente, para a imagem da cidade, uma vez que era de sua alçada “tornar menos impura a atmosfera das cidades e proporcionar espaços para a prática da cultura física e dos passeios higiênicos [...] divididos segundo as suas funções” (OLIVEIRA, 2010, p. 434).

Grandes projetos-modelo de parques urbanos, levados a cabo pela modernidade no Brasil do início do século XX, podem ser encontrados no Projeto Pereira Passos, no Rio de Janeiro, e no Projeto Moreira Maciel, em Porto Alegre. Ambos estavam baseados nos ideais de modernização copiados dos modelos europeus, principalmente da cidade de Paris (AMARAL, 2001). O modelo clássico de desenho e arquitetura dos parques urbanos inspirados nas linhas simétricas dos jardins reais, como é o caso do Palácio de Versalhes, perdurou até o início do século XX. A partir daí, as linhas retas e os canteiros com arbustos bem aparados cederam lugar a novas construções e modelos paisagísticos, encontrando forte representatividade nos projetos desenhados por Burle Max e Oscar Niemeyer.

Esses dois modelos de parques marcaram épocas e formas diferentes de pensar a apropriação do espaço urbano. As duas figuras seguintes são bastante ilustrativas dessa ideia.

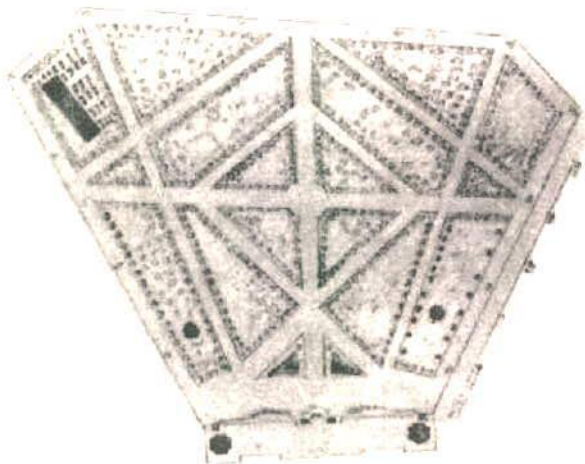


Figura 1 Planta do Passeio Público do Rio de Janeiro (1783)

Fonte: Wikipédia (2009).

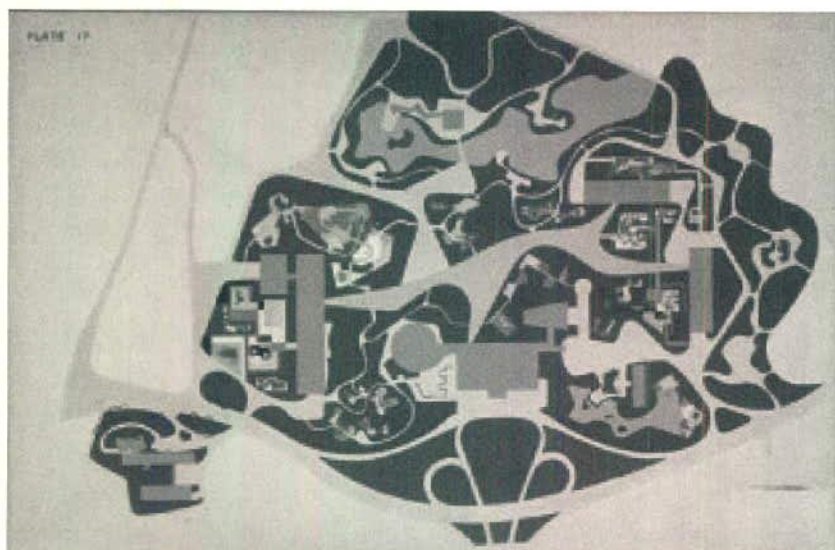


Figura 2 Projeto de Burle Marx e Oscar Niemeyer para o Parque Ibirapuera (1953)

Fonte: Park (2009).

Pelos esquemas de plantas apresentados, é notório observar as diferenças entre esses dois grandes projetos. De um lado, a métrica característica do modelo clássico de parque urbano, que impõe ao espaço a formalidade e a exatidão em voga nos séculos XVII e XIX, se apresenta na planta do Passeio Público no Rio de Janeiro, correspondendo diretamente aos anseios higiênicos da capital carioca. De outro lado, a ousadia de traços aparece decantada nas curvas sinuosas e quebras inesperadas do traço de Oscar Niemeyer e Burle Marx, materializando, nos espaços de lazer, os novos ares da modernidade do século XX engendrada pela capital paulistana.

Essa transição entre os modelos de parques clássicos (como é o caso do Passeio Público, no Rio de Janeiro, e do Jardim da Luz, em São Paulo) e modernos (a exemplo do Parque Ibirapuera, em São Paulo, e do Parque do Aterro do Flamengo, no Rio de Janeiro) marcou também as mudanças de valores de duas épocas, nos modos de comportar-se socialmente, nas formas de civilidade e de lazeres.

Antes, a simetria e a forma perfeita colocavam a contemplação e o culto ao belo como modelo de ócio a ser copiado. Bancos espaçados, pequenas grades margeando os canteiros de jardins e árvores de ornamentação tinham mais importância do que brinquedos para crianças, espaços de coletividade e uma boa sombra de árvore. O lazer “ativo” apareceria nos projetos posteriores, quase invariavelmente ao lado das atividades esportivas: os projetos de áreas públicas destinadas ao tempo livre ganharam

quadras poliesportivas, pistas de corrida e aparelhos de alongamento, marcando uma oposição clara entre a atividade presente nas novas formas de lazer e a contemplação “passiva” e tempo livre “mal utilizado” no ócio.

Todos esses modelos influenciaram a construção de parques urbanos pelo país afora, inseridos no desenvolvimento dos grandes centros urbanos⁴. Embora se tenha como referência apenas um conjunto limitado de parques, restrito às principais cidades e capitais brasileiras, é preciso entender que toda área verde urbana pode guardar, de um jeito ou de outro, relação com as características e os pontos que vêm sendo discutidos neste texto. Certamente, há modelos que se encontram em limites tênues, parques pequenos ou pouco estruturados, que podem ser, inclusive, confundidos com praças ou outros tipos de áreas livres, o que faz com que a definição de parque urbano proposta por Kliass (1993) no início deste texto se torne relativa. Porém, mais do que entender conceitos, considera-se importante pensar o papel que os parques ocupam hoje na configuração da cidade e das práticas de lazer do sujeito no espaço urbano.

Conclusões

Embora este texto tenha buscado tratar especificamente da categoria *parque urbano*, não se deve esquecer que o conceito de “parque” pode ser aliado a inúmeros outros adjetivos, tanto no imaginário popular quanto na produção científica ao redor do tema: parque de diversões, parque temático, parque aquático, parque ecológico, dentre outros termos que expressam o dinamismo que as formas desses espaços de lazer ganharam, principalmente ao longo das últimas décadas.

A importância assumida pelo papel das áreas verdes e dos parques urbanos durante o século XX – seja pelas recomendações da Carta de Atenas (LE CORBUSIER, 1989), seja pelo surgimento do ambientalismo e do apelo ao retorno à natureza ou, ainda, pelas próprias demandas criadas do desenvolvimento urbano acelerado – precisa ser repensada, tendo em vista as especificidades socioculturais de cada região e as implicações que determinadas ações de planejamento de lazer e implantação de áreas verdes terão no cotidiano da população e na dinâmica da cidade.

Em todo caso, o parque urbano é um ponto que materializa a intersecção do diálogo entre lazer e ambiente, e deve ser pensado à luz das pesquisas científicas feitas sobre o tema, buscando antecipar as repercussões que determinadas ações de plane-

⁴ Como o objetivo aqui não é fazer uma descrição ampliada dos modelos de parques brasileiros, preferiu-se não enveredar em citações e exemplos sobre os parques urbanos do Brasil. Para tanto, consultar a obra de Macedo & Sakata (2002) que traz uma descrição muito detalhada de dezenas desses equipamentos no país.

jamento terão sobre a sociedade. Projetos e ideias trazem consigo uma concepção de mundo e uma opinião política própria, e não há neutralidade quando se concebem ou executam ações na área do lazer e dos parques urbanos. Para tanto, é necessário que se possa pensar nos efeitos e nas consequências que os gestos e as decisões cotidianas de cada indivíduo trarão para o futuro, buscando refletir a partir das experiências trazidas pela história e procurando subsídios para propor novos projetos, novos equipamentos, novas formas de apropriação do espaço e usos do tempo livre, novas questões, novas saídas e maneiras de transformação da realidade.

Nesse sentido, é importante entender o modo como estão organizados os parques urbanos e quais os papéis desempenhados por eles para as práticas de lazer de cada sujeito. Para isso, pontos como localização, formas de acesso, infraestrutura e edificações, dentre outros, devem somar-se às questões de ordem não material para uma visão geral de seus significados: fluxos, grupos frequentadores, conflitos, interesses políticos etc.

Sem dúvida, questionar sobre estes e outros pontos levantados ao longo do texto é um exercício extremamente importante para refletir a relação entre lazer e ambiente. Somente a partir desse exercício de interpelação e investigação da realidade é que serão encontradas novas propostas, novas tendências, novas formas de ressignificar os problemas e desafios apresentados cotidianamente no âmbito dos usos do tempo livre e da apropriação do espaço urbano na sociedade brasileira.

Todas essas colocações, ainda abertas, guardam relação com o campo de estudos do lazer e com outros tantos que certamente tangenciam e influenciam a dinâmica dos parques urbanos atualmente: o esporte, a arte, a política, a psicologia ambiental, dentre outros tantos, o que demonstra que este é um tema de pesquisa em amplo processo de expansão.

Referências

- AMARAL, Sílvia Cristina F. Lazer/recreação: estudos de memória na cidade de Porto Alegre: uma proposta em andamento. *Licere*, v. 4, n. 1, p. 109-123, Belo Horizonte, fev., 2001.
- ARRUDA, Fabiana M. & MÜLLER, Verônica Regina. Brincadeiras e espaços urbanos. Um estudo da prática lúdica de crianças de diferentes classes sociais na cidade de Maringá – PR. *Licere*, v. 13, n. 4, Belo Horizonte, dez., 2010.
- CAPRARO, André M.; RIBAS, Bruna G.; MEZZADRI, Fernando M. & CAVICHIOLLI, Fernando Renato. A história de uma praça: sociabilidade, manifestações públicas e religiosidade na cidade de Curitiba. *Licere*, v. 13, n. 3, Belo Horizonte, set., 2010.
- CRUZ, Natália M. da; BARBOSA, Camila & CARVALHO, Pompeu F. Metodologia para avaliação e planejamento de espaços de lazer em cidades médias: o caso de Rio Claro-SP. In: I CONGRESSO LUSO-BRASILEIRO PARA O PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL INTEGRADO E SUSTENTÁVEL. *Anais...* São Carlos: USP/UNESP/Universidade do Minho, 2005.

- FRASER, Benjamin. Madrid's Retiro Park as publicly-private space and the spatial problems of spatial theory. *Social & Cultural Geography*, v. 8, n. 5, p. 673-700, Londres, 2007.
- FURTADO, Janaína L. Passeio de rico: os passeios públicos eram uma diversão reservada e nobre. *Revista de História da Biblioteca Nacional*, v. 2, n. 17, p. 29, Rio de Janeiro, fev., 2007.
- GONÇALVES, Felipe S. *Espaços e equipamentos de lazer da Vila Nossa Senhora da Luz: suas formas de apropriação no tempo-espaço de lazer*. 2008. 126f. Dissertação (Mestrado em Educação Física) – Universidade Federal do Paraná. Curitiba: UFPR.
- KEMPERMAN, Astrid D. A. M. & TIMMERMANS, Harry J. P. Heterogeneity in urban park use of aging visitors: a latent class analysis. *Leisure Sciences*, v. 28, n. 1, p. 57-71, Filadélfia, 2006.
- KLIASS, Rosa G. *Os parques urbanos de São Paulo*. São Paulo: Pini, 1993.
- LE CORBUSIER. *A Carta de Atenas*. São Paulo: Hucitec, 1989.
- LORCA, Andrés Miguel G. El parque urbano como espacio multifuncional: origen, evolución y principales funciones. *Paralelo 37*, n. 13, p. 105-112, Almería, 1989.
- MACEDO, Sílvio S. & SAKATA, Francine M. G. *Parques urbanos no Brasil (Brazilian urban parks)*. São Paulo: EDUSP, 2002.
- MASCARENHAS, Fernando. Em busca do ócio perdido: idealismo, panaceia e predição histórica à sombra do lazer. In: PADILHA, Valquíria (Org.). *Dialética do lazer*. São Paulo: Cortez, 2006. p. 53-74.
- MELO, Francisco Ricardo L. V. de; BRANDÃO, Débora Luciana dos S.; OLIVEIRA, Laise C. de; SILVA, Larissa Raquel K.; SANTIAGO, Lorena M. de M. & DELGADO, Renata N. Estudo da acessibilidade em ambientes de lazer da cidade do Natal/RN. *Licere*, v. 13, n. 2, Belo Horizonte, jun., 2010.
- MORAGAS, Rosana A. R. & MORAGAS, Washington M. *Revitalização dos espaços públicos de lazer: exemplo do Parque das Andorinhas – Presidente Prudente – SP – Brasil*. In: XII Encontro de Geógrafos de América Latina – EGAL. *Anales...* Montevideo: Universidad de Montevideo, 2009.
- NUNES JUNIOR, Paulo Cezar & AMARAL, Sílvia Cristina F. Entre a marquise e a pista central. Espaço para o tempo livre no Parque do Ibirapuera. *Movimento*, v. 16, n. 2, p. 249-265, Porto Alegre, 2010.
- OLIVEIRA, Fabiano L. de. O nascimento da ideia de parque urbano e do urbanismo moderno em São Paulo. *Arquitextos*, v. 3, ano 10, maio de 2010. Disponível em: <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/10.120/3433>>. Acesso em: 25 jan. 2011.
- _____. *Modelos urbanísticos modernos e parques urbanos: as relações entre urbanismo e paisagismo em São Paulo na primeira metade do século xx*. 2008. 488f. Tese (Doutorado em Teoria e História da Arquitetura) – Universitat Politècnica de Catalunya. Barcelona: UPC.
- PARK, Angela. *Algumas notas avulsas sobre novos e velhos rumos e assuntos*. São Paulo, 2009. Disponível em: <<http://images.google.com.br/imgres?imgurl=http://3.bp.blogspot.com>>. Acesso em: 24 nov. 2009.
- PORTO, Antônio R. *História urbanística da cidade de São Paulo: (1554-1988)*. São Paulo: Carthago & Forte, 1992.
- RECHIA, Simone. Curitiba cidade-jardim: a relação entre espaços públicos e natureza no âmbito das experiências do lazer e do esporte. *Revista Brasileira de Ciências do Esporte*, v. 28, n. 3, p. 89-108, Campinas, mai., 2007.

_____. O jogo do espaço e o espaço do jogo em escolas na cidade de Curitiba. *Revista Brasileira de Ciências do Esporte*, v. 27, n. 2, p. 91-104, Campinas, jan., 2006.

_____. Espaço e planejamento urbano na sociedade contemporânea: políticas públicas e a busca por uma marca identitária na cidade de Curitiba. *Movimento*, 2005, v. 11, n. 2, Porto Alegre, set./dez., 2005.

RECHIA, Simone & BETRÁN, Javier O. Parques urbanos de Barcelona: a relação entre a diversidade nas formas de apropriação e a segurança a partir de usos principais e combinados. *Movimento*, v. 16, n. 3, Porto Alegre, 2010.

RODRIGUES, Marilita Aparecida A. O lazer na cidade moderna: a Belo Horizonte no início do século XX. In: XIII Encontro Nacional de Recreação e Lazer – ENAREL. *Anais...* Natal: CEV/CEFET, 2001. 1 CD-Rom.

ROTTA, Ana Mara S. & PIRES, Giovani de L. “Se essa praça, se essa praça fosse nossa...” Espaços públicos e possibilidades para o lazer dos jovens de Caçador/sc. *Licere*, v. 13, n. 2, Belo Horizonte, 2010.

SANTOS, Milton. *O espaço do cidadão*. São Paulo: EDUSP, 1988.

THOMPSON, Edward P. Tempo, disciplina de trabalho e capitalismo industrial. In: THOMPSON, Edward P. *Costumes em comum – estudos sobre a cultura popular tradicional*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

VILHENA, Kellen N. Parque Municipal de Belo Horizonte: história e memória. *Licere*, v. 8, n. 2, Belo Horizonte, dez. 2005.

WESTPHAL, Márcia F. O Movimento Cidades/Municípios Saudáveis: um compromisso com a qualidade de vida. *Ciências e Saúde Coletiva*, v. 1, n. 5, p. 39-51, Rio de Janeiro, jan./mar., 2000.

WIKIPÉDIA. *Passeio público*. Disponível em: <<http://images.google.com.br/imgres?imgurl=http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/thumb/c/c2/Passeio1862JoaqManMacedo>>. Acesso em: 24 nov. 2009.

WILLIAMS, Brett. The paradox of parks. *Identities*, v. 13, n. 1, p. 139-171, Londres, Jan./Mar., 2007.

Realidades e desafios de parques naturais em áreas urbanas: o Parque Estadual do Utinga, em Belém do Pará

Patrícia Thatyane Miranda Cabral¹
Mirleide Chaar Bahia²
Silvio Lima Figueiredo³

RESUMO: Esta pesquisa tem como enfoque as vivências de lazer em áreas verdes urbanas, as quais vêm sendo reduzidas no contexto das cidades. Objetiva-se analisar de que maneira as vivências de lazer dos usuários do Parque Estadual do Utinga proporcionam-lhes uma possível mudança de atitudes em relação ao meio ambiente. A pesquisa tem uma abordagem qualitativa, composta por pesquisa bibliográfica, documental e de campo. Como instrumento para a coleta de dados, utilizou-se um roteiro de entrevista semiestruturado, direcionado aos usuários do PEUT. A análise dos dados aponta para uma mudança de atitudes na maioria dos usuários, após visita ao PEUT, devido à sensibilização em relação à questão ambiental, que ocorre durante a visita. Essas ações se refletem, por sua vez, no cotidiano dos usuários, que buscam cuidar do ambiente em que vivem. Em relação ao parque, observou-se que este ainda necessita de uma

¹ Especialista – Universidade do Estado do Pará – UFPA. Contato: rodovia Arthur Bernardes, Pass. Natal, 175, Bairro Telégrafo, Belém/pa; e-mail: thatyane_miranda@hotmail.com.

² Doutoranda em Desenvolvimento Sustentável, pela Universidade Federal do Pará – UFPA; docente da UFPA. Contato: travessa Angustura, 1961/504, Bairro Pedreira, Belém/pa; e-mail: mirleide@ufpa.br.

³ Doutor em Comunicação, pela Escola de Comunicação da Universidade de São Paulo – ECA/USP; professor e pesquisador do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos – NAEA. Contato: Universidade Federal do Pará – UFPA/Núcleo de Altos Estudos Amazônicos – NAEA – av. Perimetral, n. 1 – Cidade Universitária José da Silveira Netto – Setor Profissional, Bairro Guamá, Belém/pa; e-mail: slima@ufpa.br.

infraestrutura adequada para o real usufruto do espaço, tornando-se necessária a realização de ações que visem à revitalização do PEUT para que residentes e visitantes possam conhecer e desfrutar de um dos maiores parques localizados em região metropolitana do Brasil.

PALAVRAS-CHAVE: lazer; parques naturais; áreas urbanas.

ABSTRACT : This research focuses on leisure experiences in urban green areas, which are being reduced in the context of cities. Also, it is worth analyzing how leisure experiences of Parque Estadual do Utinga's users provide a possible change in attitudes towards the environment. The research was carried out through a qualitative approach, coupled with bibliographical and documentary surveys and fieldworks. A semi-structured interview guide was used as a data collecting tool, targeted at PEUT users. The data analysis indicates a change in most users' attitudes after visiting PEUT, as the awareness regarding environmental issues comes up during the visit. These actions exert influence on the everyday life of users, who seek to take care of their environment. The Park still requires an adequate infrastructure in order to utilize the area effectively, further carrying out actions aimed at revitalizing PEUT, so that residents and visitors may enjoy one of the biggest parks located in Brazilian metropolitan region.

KEYWORDS: leisure; natural parks; urban areas.

RÉSUMÉ Cette recherche s'agit des expériences de loisirs dans les espaces verts urbains, en réduisant dans le contexte des grandes villes. Elle vise à examiner comment les expériences de loisir des usagers du Parc Utinga fournit un changement dans les attitudes envers l'environnement. La recherche a une approche qualitative, consistant en recherche bibliographique, documentaire et sur le terrain. Comme un outil de collecte de données on a utilisé un guide d'entretien semi-structurées, sur les usagers du PEUT. Les analyses indiquent un changement d'attitude dans la majorité des usagers, après la visite au PEUT, en raison de la sensibilisation sur les questions environnementales, qui se produit lors de la visite. Ces actions se reflètent à leur tour dans la vie quotidienne des usagers, qui veulent préserver leur environnement. En ce qui concerne le parc, on a été noté que il nécessite encore d'une infrastructure adéquate pour la jouissance effective de l'espace, et il faut mener des actions visant a revitaliser le PEUT pour que les résidents et les visiteurs puissent se rencontrer et profiter d'un important parc situés dans une région métropolitaine du Brésil.

MOTS-CLÉS: loisir; parcs naturelles; zones urbaines.

RESUMEN: Esta pesquisa tiene como enfoque las vivencias de entretenimiento en áreas urbanas, las cuales siguen siendo reducidas en el contexto de las ciu-

dades. Se objetiva analisar de que maneira las vivencias de entretenimiento de los usuarios del Parque Estadual de Utinga proporcionan un posible cambio de actitudes hacia el medio ambiente. La pesquisa tiene una proposición cualitativa compuesta por pesquisa bibliográfica, documental y de campo. Como instrumento para recaudar datos se utilizó un esquema de entrevista semi-estructurado direccionado a los usuarios del PEUT. La análise de datos apunta para un cambio de actitudes en la mayoría de los usuarios, tras visita al PEUT, debido a la sensibilización con relación a la cuestión ambiental, que ocurre durante la visita. Estas acciones se reflejan, a la vez, en el cotidiano de los usuarios, que buscan cuidar del ambiente en el que viven. En relación al Parque, se observó que este aún necesita de una infraestrutura adecuada para la real utilidad del espacio, haciéndose necesaria la realización de acciones que visen la revitalización del PEUT para que residentes y visitantes puedan conocer y disfrutar de uno de los más grandes parques localizados en región metropolitana de Brasil.

PALABRAS-CLAVE: entretenimiento; parques naturales; áreas urbanas.

Introdução

O novo modelo socioeconômico, surgido a partir da Revolução Industrial, provocou mudanças socioespaciais significativas no Brasil, num processo contínuo de transformação e degradação ambiental, resultado do desenvolvimento industrial, da produtividade de bens materiais e do crescimento demográfico, trazendo, a reboque, consequências ambientais graves, que desrespeitam os elementos naturais e a dinâmica do meio ambiente.

Nas metrópoles, em sua grande maioria, as políticas urbanas são incapazes de garantir o pleno desenvolvimento das “funções sociais da cidade”, com a plena garantia do bem-estar dos cidadãos e da vivência de direitos básicos, como educação, saúde, saneamento, moradia e lazer, dentre outros.

A edição da Lei n. 10.257/2001, conhecida como o Estatuto da Cidade, a qual estabelece diretrizes gerais de política urbana, sem dúvida representou certo avanço na luta por um território mais justo e democrático, porém ainda existe uma lacuna muito grande entre a promulgação de leis e a efetiva aplicação de seus princípios no planejamento das cidades.

Fruto de uma herança histórica, condicionada a fatores econômicos, políticos, socioculturais de cada lugar, as cidades têm seu desenvolvimento, sua dinâmica e seu processo de urbanização diretamente associados a esses fatores.

As cidades são ecossistemas e, como tais, são fontes potenciais de recursos. Muitos desses recursos estão latentes, sub ou mal utilizados: solo urbano adequado ao cultivo, resíduos recicláveis, potencial para a economia de energia, de recursos financeiros e de água através de melhor manutenção dos equipamentos, da infraestrutura e das moradias (SACHS, 1994, p. 41).

Nessa lógica condicionada ao crescimento, sem maiores preocupações com a preservação e o estabelecimento de espaços verdes, as políticas urbanas vêm deixando à margem de suas ações alguns espaços das cidades, dentre eles os parques.

Os parques – sejam os caracterizados como áreas de proteção ambiental, sejam os caracterizados como parques urbanos – têm fundamental importância para a dinâmica de uma cidade, pois se transformam num lócus de representação de um espaço verde “conservado e preservado” dentro do caos urbano, o qual pode proporcionar melhoria da qualidade de vida para a comunidade dos bairros de seu entorno e da população da cidade, transformando-se num espaço destinado à vivência do lazer, ao contato com a natureza, a momentos de sociabilidade, a momentos de introspecção e sensibilização sobre a importância de espaços como estes, para os moradores da cidade.

Observa-se que a procura por áreas naturais para a prática de lazer não é algo recente. Entretanto, nota-se que essa prática se intensificou, na medida em que o ser humano passou a procurar lugares com características diferenciadas e distantes do agitado e intenso cotidiano vivido em seu dia a dia nas grandes metrópoles. Desse modo, torna-se necessário analisar as vivências de lazer em áreas naturais e de que forma estas podem contribuir para que seus usuários reflitam sobre a necessidade do cuidado e importância com o meio natural, possibilitando vivências de integração com a natureza.

Objetivos

O presente artigo se propõe a apresentar as realidades e os desafios vivenciados no Parque Estadual do Utinga (PEUT), localizado em uma área de proteção ambiental de Belém, no Pará, cuja característica principal é estar situado em espaço urbano, buscando demonstrar as relações estabelecidas entre as vivências de lazer dos usuários desta área e as possíveis mudanças de atitudes no que se refere à sensibilização sobre o meio ambiente e à sustentabilidade de áreas como esta.

O artigo nasce do recorte de uma pesquisa de pós-graduação realizada em 2010, a qual teve caráter exploratório, com abordagem qualitativa, combinando pesquisa bibliográfica, documental e de campo (SEVERINO, 2000). Como instrumento para a coleta de dados, foi utilizado um roteiro de entrevista semiestruturado (DENCKER,

2000), direcionado aos usuários do PEUT. O número de entrevistados que participaram da pesquisa foi de 13 usuários, definido com base no critério de saturação dos dados, pelo qual as entrevistas são encerradas quando as respostas tornam-se repetitivas (TRIVIÑOS, 1997).

Desenvolvimento

Lazer em áreas verdes

Após o advento da Revolução Industrial, a integração maior do ser humano com a natureza foi se tornando comprometida, à medida que foram surgindo os ambientes urbanos, resultando em uma diminuição de espaços verdes no cotidiano humano. Assim, a relação que antes era mais estreita, passou a ser distanciada com a urbanização.

Entretanto, com o passar do tempo, o sentimento de “retorno à natureza” foi se intensificando, impulsionando o ser humano a reaproximar-se das áreas naturais, levando-o a procurá-las, sobretudo, para vivências de lazer. Porém, essa euforia pelo “verde” vem sendo utilizada amplamente por mercados, nos quais, não raras vezes, se observa a disseminação de produtos “com nomenclaturas atrativas e vinculadas à temática ecológica” (BAHIA & SAMPAIO, 2005, p. 80), embora nem sempre haja a preocupação efetiva com as questões ambientais.

Ao mesmo tempo, foi desenvolvida a ideia de que é preciso apurar essa relação que se perdeu, e a educação também entrou em campo. Existe uma gama de maneiras de obter o aprendizado sobre o cuidado com o ambiente no qual se vive, para além dos moldes institucionalizados de educação ambiental aplicada em escolas. Uma delas se viabiliza por meio de vivências de lazer.

Para fins de compreensão, neste trabalho adotou-se a definição de lazer explicitada por Marcellino (1995, p. 31):

O lazer é entendido como a cultura – compreendida no seu sentido mais amplo – vivenciada (praticada ou fruída) no “tempo disponível”. O importante, como traço definidor, é o caráter “desinteressado” dessa vivência. Não se busca, pelo menos fundamentalmente, outra recompensa além da satisfação provocada pela situação (MARCELLINO, 1995, p. 31).

Nota-se que o autor não restringe o lazer à prática de alguma atividade de maneira independente e desconexa; ele o concebe como uma cultura vivenciada e que, conseqüentemente, não pode ser entendida de forma isolada, mas analisada de maneira integrada aos demais aspectos sociais, como o socioambiental.

O lazer praticado em áreas verdes propicia a vivência de vários conteúdos simultaneamente, pois, ao mesmo tempo que uma pessoa se exercita (interesse físico-esportivo), ela pode se encontrar com um grupo de amigos (interesse social) e ainda contemplar a natureza e conhecer melhor aquele ambiente, rompendo a rotina do dia a dia (interesse turístico).

Merecem destaque, dentre as possibilidades apresentadas, os esportes de aventura realizados no meio natural que apontam para um crescimento cada vez maior dessa atividade. Entre as diversas opções, encontram-se as seguintes: o rapel, o surfe, a canoagem, o *mountain bike*, o *rafting*, a escalada, dentre outros.

Independentemente da atividade exercida, é imprescindível que essa prática esteja subsidiada por um planejamento adequado, que respeite a capacidade de carga da área e oriente a conduta dos visitantes quanto ao cuidado com o espaço, visando, assim, ao equilíbrio entre as visitas, as práticas de atividades físicas nos ambientes naturais e a conservação do espaço visitado.

Bruhns (1997, p. 134) destacou a importância do contato do ser humano com a natureza, afirmando que, “se quisermos sentir a natureza, deveremos entrar em contato com ela; temos de vivê-la, ser permeados por ela, engajando nossos sentidos”, sendo, dessa forma, a natureza considerada como “espaço de celebração”, no qual as experiências vivenciadas tornam-se uma forma de diálogo entre ser humano/natureza.

Algumas áreas naturais que possibilitem essas vivências podem ser encontradas também no meio urbano, em formas de parques, bosques, jardins, tendo seu uso ordenado e controlado por leis, como é o caso do Parque Estadual do Utinga.

O surgimento de áreas de proteção ambiental teve seu marco em 1872, nos Estados Unidos, com a criação do Parque Nacional de Yellowstone, o qual tinha o intuito de proteger áreas naturais e, ao mesmo tempo, proporcionar ao ser humano um espaço propício à observação da natureza e à vivência de lazer.

No Brasil, em 18 de julho de 2000, foi aprovada a Lei n. 9.985, que instituiu o Sistema de Unidade de Conservação (SNUC), com objetivo de regulamentar a criação, implantação e gestão das unidades de conservação (UCs). De acordo a lei, as UCs podem ser administradas em âmbito federal, estadual e municipal. Estas se dividem em dois grupos: unidades de proteção integral e unidades de uso sustentável.

As unidades de conservação auxiliam na preservação dos recursos naturais, buscando conciliar a sustentabilidade ecológica com a econômica, a social e a cultural, de modo a proporcionar benefícios como a melhoria na qualidade ambiental. No Pará, sob administração do governo estadual, existem cinco unidades de proteção integral, dentre elas o Parque Estadual do Utinga (PEUT), objeto de estudo desta pesquisa.

O PEUT, por estar localizado em área urbana, sofre, constantemente, pressões antrópicas e perigos reais de “estrangulamento” de sua área por ação dos grupos

comandantes da especulação imobiliária. As áreas verdes de Belém cada vez mais são objeto de disputas de interesses, divididos entre interesses hegemônicos e interesses da população, mesmo estando tais áreas sob a égide das leis de proteção ambiental e sob a responsabilidade do Poder Público.

Não há como deixar de considerar que a cidade representa formas múltiplas de exercício de poder, de ocupação do espaço e de apropriação de seus recursos. Em todas as esferas se estabelecem relações de tensão, de competitividade, de disputas de espaços e de diferenciações, que afetam a organização social no seu conjunto (BAHIA & FIGUEIREDO, 2008).

O desafio da sustentabilidade urbana passa pela existência de instrumentos jurídicos ordenadores, mas neles não se esgota. A participação dos Poderes Públicos, o compromisso dos dirigentes políticos com a *res publica*, a ação das organizações não governamentais e demais setores da sociedade organizada e as comunidades locais, todos devem estar contemplados e envolvidos nas políticas sociais de melhoria da qualidade de vida na urbe e na restauração dos ecossistemas urbanos degradados. E isso diz respeito a uma série de questões em torno de determinantes socioeconômicos, políticos, culturais e biofísicos (MAQUINÉ, 2006, p. 45).

O Parque Estadual do Utinga (PEUT)

Criado pelo Decreto Estadual n. 1.552, de 3 de maio de 1993, o Parque Ambiental de Belém, situado no nordeste paraense, mais especificamente na região metropolitana de Belém, possui uma área de 1.340 hectares, sendo, no Brasil, um dos maiores localizados em área urbana. O nome do parque foi alterado para Parque Estadual do Utinga (PEUT), visando cumprir a legislação do SNUC, segundo a qual as áreas protegidas criadas pelo Estado devem incluir a terminologia “estadual” em seu nome.

O PEUT encontra-se inserido na área de proteção ambiental de Belém (APA Belém), também criada em 1993, pelo Decreto Estadual n. 1.551, que tem como objetivo principal a proteção dos mananciais de abastecimento de água da região metropolitana de Belém, os lagos Água Preta e Bolonha, os quais possuem, aproximadamente, um volume de 10 e 2,6 milhões de metros cúbicos, respectivamente.

O tipo de vegetação predominante no PEUT é a floresta de terra firme, sendo também encontradas as florestas de várzeas, matas secundárias, capoeirões e capoeiras. Quanto à fauna, estão presentes no parque 62 espécies de mamíferos, 112 espécies de aves, 65 espécies de répteis e, provavelmente, 49 espécies de anfíbios (BAIA JÚNIOR & GUIMARÃES, 2004).

Administrado pela Secretaria de Estado de Meio Ambiente (SEMA), o Parque Estadual do Utinga conta ainda com a presença de um posto do Batalhão de Policiamento Ambiental (BPA), responsável por fiscalizar o espaço, assim como de orientar e acompanhar algumas atividades previamente agendadas e com a autorização da SEMA, mediante o encaminhamento de documentos oficiais.

As principais atividades desenvolvidas no parque são enumeradas seguir: caminhada na estrada principal, ciclismo, trilhas ecológicas, esportes de aventura, palestras de educação ambiental no centro de visitas e eventos promovidos por grupos, como circuitos organizados por academias e visitação de crianças de escolas públicas e particulares.

O Parque Estadual do Utinga, tendo por base o artigo 3º do Decreto Estadual n. 1.552, de 3 de maio de 1993, que institui sua criação, tem, dentre seus objetivos, o seguinte:

1. propiciar um espaço de lazer para a comunidade, bem como possibilitar o desenvolvimento de atividades científicas, culturais, educativas, turísticas e recreativas.

A oferta de um espaço propício à prática do lazer e à realização de atividades científicas, educativas e turísticas está entre os primeiros objetivos do PEUT; entretanto, observa-se que esses objetivos não estão sendo cumpridos em sua totalidade, uma vez que o PEUT não oferece uma infraestrutura que possibilite a realização dessas propostas em sua plenitude.

O PEUT não é conhecido por ampla parcela da população belenense, e aqueles que o conhecem não o desfrutam em toda a sua potencialidade por falta de elementos que garantam tal uso, dentre eles, a insegurança que existe no parque, onde, não raramente, ocorrem assaltos, apesar da presença do Batalhão de Policiamento Ambiental no seu interior.

Os frequentadores do parque

Primeiramente, buscou-se traçar um breve perfil dos usuários. No que diz respeito à faixa etária, apesar da variação constatada, o público predominante é de adultos, com uma maior concentração na faixa etária de 41 a 50 anos, totalizando 46,15%, o que indica que tal espaço não é tão explorado por crianças e adolescentes no dia a dia, não sendo excluída a possibilidade de tal público ser mais frequente em atividades programadas em grupos, como as visitas de contingentes escolares.

Em relação à procedência dos entrevistados, durante a coleta de dados, não foi encontrado nenhum visitante oriundo de outras cidades, fora da região metropolitana

de Belém, demonstrando que o parque não é aproveitado nem utilizado como um dos atrativos turísticos da capital paraense, apesar de seu potencial.

A maioria dos entrevistados reside no bairro do Curió-Utinga (38,46%), região em que se localiza o PEUT, seguido dos bairros do Souza (15,38%) e do Marco (15,38%), também próximos ao parque. Isso evidencia, mais uma vez, que o parque não é conhecido nem usufruído por ampla parcela da população belenense, sendo frequentado mais por aqueles que residem no seu entorno, talvez pelo fácil acesso e por falta de outra área semelhante que pudesse ser utilizada como espaço de lazer.

Quando questionados sobre “qual a importância de áreas verdes para a prática do lazer”, a maior parte dos entrevistados ressaltou que esses espaços trazem benefícios tanto no aspecto paisagístico quanto na melhoria da qualidade do ar, na diminuição de ruídos, no contato com a fauna e a flora, dentre outros aspectos.

Toda a importância. Sem elas, a gente não consegue ter lazer, porque não adianta você estar correndo numa Almirante Barroso (avenida), cheia de poluição, tanto visual quanto sonora, você não consegue respirar. Pra onde você olha é só placa e pichação. Enfim, se você passar por lá e tiver um olhar clínico, você vai ver. Aqui não, você vê macaquinho, você vê aves, sente até o barulho do vento se você tiver sozinha falando com Deus e ele tá ali falando contigo também (Entrevistado 06) [grifo dos autores].

É muito importante porque, nas áreas verdes, até o ar é diferente. A gente se sente bem à vontade. Ter o verde, eu acho que também seria vida, muito importante também (Entrevistado 10) [grifo dos autores].

Em contrapartida, os usuários do PEUT, quando perguntados a respeito do que achavam “sobre as opções de áreas verdes em Belém”, infelizmente confirmaram a situação que pesquisas, como a do IMAZON, vêm mostrando nos últimos anos, como o fato da precariedade que há na criação e manutenção desses espaços na cidade de Belém, quando “a proporção de área verde por habitante vem diminuindo substancialmente, em 2000, era de 0,21m², atualmente chegando a um índice de 0,19m²” (BAHIA *et al.*, 2008, p. 69). É possível verificar esse fato na fala dos entrevistados:

Pouquíssimas, muito restritas (Entrevistado 06) [grifo dos autores].

Eu acho que tem poucas, deveria ter mais áreas verdes. Acho que falta o governo investir mais em áreas verdes, tem poucas. Se tivesse mais, seria bem mais saudável pra população (Entrevistado 10) [grifo dos autores].

Ao serem indagados sobre “que atividades você realiza no parque”, verificou-se que todas são relacionadas à prática de alguma atividade física, sendo as mais citadas a caminhada e a corrida, em sua ampla maioria. Apesar de as atividades físico-esportivas serem a principal motivação, notou-se também a presença de eventos sociais, por meio de grupos de caminhadas e de amizades construídas por meio das vivências no parque.

Apesar de haver uma limitação nos tipos de atividades desenvolvidas no parque, devido à precariedade de sua infraestrutura, os entrevistados apresentaram diversas opções que gostariam também de vivenciar no PEUT. Ao serem questionados sobre “que atividades você acha que poderiam ser oferecidas para a população no parque”, suas respostas foram as mais variadas (atividades esportivas, *camping*, turismo, parquinho para crianças, educação ambiental). Em suas falas, os usuários apresentaram um leque de possibilidades de ações que podem ser desenvolvidas no PEUT para o usufruto da população belenense e de visitantes de outras cidades.

O parque é muito extenso e deveria ser mais trabalhado, com, tipo assim, uma área de lazer, *devia ter uma parte que fosse pra fazer camping*; que as famílias no final de semana que quisessem sair da rotina (Entrevistado 01) [grifo dos autores].

O que deveria ser eu acredito que uma divulgação maior do nosso parque, inclusive tem gente que nem conhece aqui. Então eu acho que deveria ter assim mais um lazer com guias para o conhecimento dos turistas. Aqui em Belém está sendo divulgado muito o turismo, então tudo isso aqui deveria ser aproveitado (Entrevistado 12) [grifo dos autores].

Alguma coisa mais para as crianças, locais onde elas pudessem brincar, ter lazer; mas teria que ser alguma coisa bem planejada para evitar detritos, coisas que pudessem vir a prejudicar o parque (Entrevistado 08) [grifo dos autores].

O centro de visitação do parque está localizado a três quilômetros da entrada principal, o que dificulta o acesso, pois grande parte das pessoas que caminha sozinha no PEUT, elas não chegam nesse espaço por conta da insegurança que o trajeto oferece.

Nesse centro, apesar de existir uma sala disponível, não se encontra nenhuma exposição permanente sobre a história do PEUT, sua biodiversidade, e informações a respeito da fauna e da flora amazônicas, bem como algumas orientações sobre a conduta em uma área de proteção ambiental.

As trilhas ecológicas e palestras de educação ambiental são realizadas mediante encaminhamento prévio de ofício à Secretaria de Estado de Meio Ambiente (SEMA), e são orientadas por técnicos da SEMA ou do Batalhão de Policiamento Ambiental.

Em relação a essa exigência, o problema encontrado refere-se à má sinalização e má conservação das trilhas, constituindo-se em um grande risco para grupos que, sem a devida orientação, resolvam adentrar uma trilha, acabando por se perder em função de trilhas clandestinas e bifurcações abertas ilegalmente por pessoas não autorizadas.

A vivência de lazer em áreas naturais é uma significativa possibilidade para ser realizado um processo de sensibilização e conscientização em relação ao meio ambiente, pois, uma vez em contato direto com essa parcela do meio ambiente, tão importante e, ao mesmo tempo, tão explorada e devastada sem a preocupação com sua finitude, o ser humano pode começar a ter mudanças de atitudes favoráveis à preservação ambiental.

Com a pergunta “a visita ao parque traz alguma mudança no seu dia a dia, em relação ao meio ambiente? E, em caso afirmativo, de que maneira?”, procurou-se investigar se ocorreram mudanças no cotidiano dos entrevistados. Dentre a amostra pesquisada, 84,62% responderam positivamente, ressaltando que, após a visita ao PEUT, ocorreu uma mudança de atitude em seu dia a dia.

Torna-se importante explicar que os 15,38% que afirmaram não sentir mudanças específicas justificaram que estas não ocorreram em função de visitas ao parque, mas porque trabalham em área ambiental e suas atitudes em prol do meio ambiente advêm de seus conhecimentos profissionais, ou seja, estes já adotavam em seu dia a dia atitudes cuidadosas e responsáveis em relação ao meio ambiente.

Observou-se, nas falas dos entrevistados, que as mudanças de atitudes ocorreram, principalmente, por meio da sensibilização, do contato com a fauna e a flora, situações que foram acontecendo em meio às vivências de lazer. A percepção de que cada ato individual pode contribuir com a degradação ou minimizá-la é despertada durante e após a visita a uma área natural, neste caso o PEUT. Tais mudanças refletiram-se no cotidiano dos usuários, quando eles afirmaram, por exemplo, que, após visita ao parque, passaram a se policiar para não jogar lixo no chão, fazer a coleta seletiva, cuidar do meio em que viviam, fazendo uma reflexão sobre a importância de existirem áreas de proteção ambiental, como o PEUT.

É notória a relevância das experiências por meio do contato com o ambiente natural para a percepção direta dos problemas que afetam o meio ambiente. Assim, esta pesquisa compartilha do pensamento de Neiman (2004, p. 3), quando ele assegurou que:

Os marcos afetivos, gerados pelo contato sensorial e emocional com a natureza, introduzem grande diferença do ponto de vista motivacional e são mais significativos na vida dos indivíduos que a construção racional de uma “ideologia ambientalista” superficial e atrelada ao “senso comum” vigente.

O autor complementou seu raciocínio, defendendo o seguinte argumento, a respeito da relação entre ser humano e natureza:

Se for proporcionado o contato apropriado e a familiaridade com a natureza, através, por exemplo, da experiência de entrar numa mata, de respirar, ouvir a chuva caindo, de passar por uma enxurrada, pôr o pé no barro, de avistar finalmente um animal em suas atividades próprias, pode ocorrer uma conversão com a aquisição ou o melhoramento de sentimentos positivos sobre por que é preciso preservar e o que preservar (NEIMAN, 2004, p. 3).

Diante do exposto, verificou-se que houve uma mudança de atitudes positivas no dia a dia dos usuários do PEUT em relação ao meio ambiente, devido à sensibilização que ocorreu com as questões ambientais em meio às vivências de lazer nesse espaço.

Esta pesquisa pretende ser uma contribuição a mais nas reflexões sobre a discussão das áreas verdes urbanas. Nesse sentido, defende-se que é urgente e imprescindível um olhar mais atento dos gestores públicos, no que se refere à criação de políticas públicas nesse âmbito, para que a cidade de Belém, uma das principais metrópoles da Amazônia, não venha a ser uma referência em carência de áreas verdes disponíveis para o lazer e o turismo, em face da significativa importância que esses espaços possuem, como foi indicado na fala dos entrevistados.

O caminho traçado na pesquisa permite ainda perceber que a caracterização do urbano geralmente exclui as paisagens naturais, e as apresenta muitas vezes como contradição à paisagem urbana. Nesse sentido, é preciso inserir o verde, a “natureza” de alguma forma, e a criação de parques em determinados locais da cidade aparentemente resolve o problema de desnaturalização da feição urbana. Essa contradição é resolvida à proporção que os planejadores urbanos inserem, nos preceitos de planejamento da cidade, a necessidade da presença de áreas verdes. Apesar de sua aparente importância, elas geralmente são instaladas em locais não visados pela especulação imobiliária (só após sua instalação o entorno vira objeto de especulação).

Após serem inseridas por essas e outras razões, não se sabe muito bem o que fazer com elas, se a política pública não tiver realmente a cultura, o esporte e o lazer como prioridade, ou ainda a relação homem-natureza, essas áreas tendem a se transformar em gargalos, muitas vezes podem até ser abandonadas e, então, colocadas no circuito do mercado imobiliário.

Entretanto, elas contribuem, como bem mostrou a pesquisa, para recuperar a relação homem-natureza mesmo no seu aspecto utilitário. Essa relação implica, em contrapartida, a criação de espaços definidos para tal, e de diversas feições, dos parques urbanos às praças, das áreas de proteção ambiental aos parques de lazer. Redimensionar o urbano com a entrada do natural, mesmo que planejado, significa que algumas bases

dessa relação podem ser recuperadas e, portanto, a existência do homem pós-moderno pode ser redimensionada a partir de novos parâmetros de vida cidadina, mesmo na região amazônica, tão urbana quanto qualquer outra.

Considerações finais

As áreas verdes, tão significativas no contexto das cidades e propiciadoras de benefícios para a população, em Belém, vêm sendo alvo de esquecimento por parte das autoridades governamentais, ficando relegadas a um segundo plano no que se refere à elaboração de políticas públicas que se proponham a planejar, manter e promover ações educativas em áreas verdes urbanas, como o Parque Estadual do Utinga, por exemplo.

Também se torna imprescindível a contratação de profissionais com formação adequada para atuar no desenvolvimento de atividades de lazer e, de forma mais específica, nas atividades realizadas em áreas naturais, proporcionando aos visitantes uma programação diária e a oportunidade de múltiplas vivências nesse espaço.

O principal local de acesso ao parque necessita de uma estrutura que desperte a atenção e o interesse das pessoas em conhecê-lo, bem como informações gerais sobre a área. Os lagos poderiam ser aproveitados para passeios de barco, assim como as trilhas que, se sinalizadas e mais bem estruturadas, se tornariam um espaço importante de uso daqueles que caminham no parque, fato ressaltado e manifestado na fala dos entrevistados.

Como forma de melhor aproveitamento das potencialidades do referido parque, é relevante a criação de áreas para piquenique e *camping*, instalação de brinquedos para o público infantil e quiosques de venda de produtos artesanais, implementação de maior segurança na área, estruturação de um centro de visitação com mapas, painéis e fotos sobre o PEUT, bem como ações que envolvam a comunidade residente no entorno, como a capacitação destes para trabalharem como monitores no parque, por exemplo. Estas são apenas algumas das várias possibilidades de usufruto do potencial do parque e do seu aproveitamento para o ecoturismo e ações de educação ambiental.

As áreas verdes são de reconhecida importância para o sistema urbano. Além de seu valor paisagístico, contribuem para a purificação do ar, a redução de ruídos, o abrigo para a fauna, a melhoria do bem-estar e da qualidade de vida da população, sendo também um espaço de lazer e turismo, ao proporcionar ao ser humano a possibilidade de reencontro com o ambiente natural e o resgate de vivências que se viram distanciadas pela complexidade do ambiente urbano.

Sem a intenção de esgotar o assunto, mostrou-se, com esta pesquisa, o expressivo potencial de sensibilização ambiental que as vivências de lazer em áreas verdes proporcionam aos seus visitantes e a importância dessas áreas no contexto das cidades.

Torna-se urgente e relevante a realização de ações que visem à revitalização do PEUT para que a população residente e visitante possa conhecer e desfrutar de um dos maiores parques localizados em região metropolitana do Brasil.

Referências

- BAHIA, Mirleide C.; COSTA, Magda C.; CABRAL, Danielle M. & CARAVELAS, Denise C. Os equipamentos de lazer das cidades: o caso de Belém-PA. In: FIGUEIREDO, Silvio Lima. *Turismo, lazer e planejamento urbano e regional*. Belém: NAEA /UFPA, 2008.
- BAHIA, Mirleide C. & FIGUEIREDO, Silvio Lima. Os espaços verdes e os equipamentos de lazer: um panorama de Belém. *Licere*, v. 11, n. 2, Belo Horizonte, ago., 2008.
- BAHIA, Mirleide C. & SAMPAIO, Tânia. Na trilha dos sujeitos praticantes do lazer na natureza: um debate conceitual sobre lazer e meio ambiente. *Licere*, v. 8, n. 1, p. 79-92, Belo Horizonte, 2005.
- BAIA JUNIOR, Pedro C. & GUIMARÃES, Diva Anelie de A. Parque Ambiental de Belém: um estudo da conservação da fauna silvestre local e a interação desta atividade com a comunidade do entorno. *Revista Científica da UFPA*, v. 4, Belém, abr., 2004.
- BRASIL. *Lei n. 9.985, de 18 de julho de 2000*. Dispõe sobre o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza – SNUC, e dá outras providências. Brasília: DOU, 2000. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto/2002/D4340.htm>. Acesso em: 30 out. 2009
- BRUHNS, Heloísa T. O corpo visitando a natureza: possibilidades de um diálogo crítico. In: SERRANO, Célia Maria de T. & BRUHNS, Heloísa T. (orgs.). *Viagens à natureza: turismo, cultura e ambiente*. Campinas: Papirus, 1997.
- DENCKER, Ada. *Métodos e técnicas de pesquisa em turismo*. São Paulo: Futura, 2000.
- GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ. Decreto n. 1.552, de 03 de maio de 1993. Dispõe sobre a criação do Parque Ambiental de Belém e dá outras providências. Disponível em: <http://www.sectam.pa.gov.br/decretos_detalhes.php?iddecreto=6>. Acesso em: 20 out. 2009.
- MAQUINÉ, Dillings Barbosa. *Cidades sustentáveis e o princípio da função ambiental da cidade*. 2006. Dissertação (Mestrado em Direito Ambiental) – Universidade do Estado do Amazonas. Manaus: UEA.
- MARCELLINO, Nelson. *Lazer e educação*. Campinas: Papirus, 1995.
- NEIMAN, Zysman. Ecoturismo em unidades de conservação como estratégia para a educação ambiental. In: II ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM AMBIENTE E SOCIEDADE. *Anais...* Indaiatuba: ANPPAS, 2004. Disponível em: <http://www.anppas.org.br/encontro_anual/encontro2/#15>. Acesso em: 1º dez. 2009.
- SACHS, Ignacy. Estratégias de transição para o século XXI. In: BURSZTYN, Marcel. *Para pensar o desenvolvimento sustentável*. 2.ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- SEVERINO, Antonio. *Metodologia do trabalho científico*. São Paulo: Cortez, 2000.
- TRIVIÑOS, Augusto. *Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação*. São Paulo: Atlas, 1997.

Glampings e o apelo pró-ambiental: turismo verde com estilo e glamour

*Gisele Maria Schwartz*¹

*Cristiane Naomi Kawaguti*²

*Giselle Helena Tavares*³

*Ana Paula Evaristo Guizarde Teodoro*⁴

*Juliana de Paula Figueiredo*⁵

RESUMO: Este estudo, de natureza qualitativa, teve por objetivo refletir sobre os possíveis apelos pró-ambientais envolvidos na tendência turística referente ao *glamping*, evidenciando suas relações com o lazer, com o meio ambiente e com os aspectos culturais e sociais. O trabalho foi desenvolvido por meio da associação de pesquisas bibliográfica e exploratória, sendo esta última realizada por intermédio de uma coleta de dados em uma amostra intencional de blogs da

¹ Livre-docente, pela Universidade Estadual Paulista – UNESP; doutora em Psicologia da Educação e do Desenvolvimento Humano, pela Universidade de São Paulo – USP; mestre em Educação Física, pela Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP; coordenadora do LEL – Laboratório de Estudos do Lazer. Departamento de Educação Física, Instituto de Biociências da UNESP, Rio Claro. Contato: avenida 24 A, n. 1.515 – 13506-900 – Rio Claro/SP; e-mail: schwartz@rc.unesp.br.

² Doutoranda em Desenvolvimento Humano e Tecnologias, pela Universidade Estadual Paulista – UNESP; mestre em Ciências da Motricidade, pela UNESP; pesquisadora do LEL – Laboratório de Estudos do Lazer. Departamento de Educação Física do Instituto de Biociências da UNESP, Rio Claro. Contato: avenida 24 A, n. 1.515 – 13506-900 – Rio Claro/SP; e-mail: naomi_guti@yahoo.com.br.

³ Doutoranda em Ciências da Motricidade Humana, pela Universidade Estadual Paulista – UNESP; pesquisadora do LEL – Laboratório de Estudos do Lazer. Departamento de Educação Física do Instituto de Biociências da UNESP, Rio Claro. Contato: avenida 24 A, n. 1.515 – 13506-900 – Rio Claro/SP; e-mail: gi_htavares@yahoo.com.br.

⁴ Mestranda em Desenvolvimento Humano e Tecnologias, pela Universidade Estadual Paulista – UNESP; pesquisadora do LEL – Laboratório de Estudos do Lazer. Departamento de Educação Física do Instituto de Biociências da UNESP, Rio Claro. Contato: avenida 24 A, n. 1.515 – 13506-900 – Rio Claro/SP; e-mail: anapaulaguizarde@hotmail.com.

⁵ Mestranda em Ciências da Motricidade, pela Universidade Estadual Paulista – UNESP; pesquisadora do LEL – Laboratório de Estudos do Lazer, Departamento de Educação Física do Instituto de Biociências da UNESP, Rio Claro. Contato: avenida 24 A, n. 1.515 – 13506-900 – Rio Claro/SP; e-mail: julianapfig@hotmail.com.

Internet, utilizando a palavra-chave *glamping*, no site de busca Google. Foram consultados 20 blogs e coletadas informações expressas pelos organizadores e pelos participantes, por meio de postagens de mensagens. Os dados foram analisados descritivamente, utilizando-se a técnica de análise de conteúdo temático, sendo categorizados em quatro eixos temáticos referentes a *glamping* e lazer, *glamping* e meio ambiente, aspectos sociais e culturais do *glamping* e as expectativas das pessoas que expressam comentários nos blogs em relação ao *glamping*. Com base nos dados apresentados, pode-se inferir que o *glamping* se tornou mais uma opção de lazer, atendendo a um público específico, que busca por vivências no ambiente natural, sem abrir mão da comodidade, do luxo e da privacidade, sendo suas principais vantagens o conforto, o glamour e a segurança. As informações coletadas demonstraram que o *glamping* parece atrair um público com condições financeiras altas e, normalmente, com mais de 50 anos. Além disso, foi possível evidenciar uma grande preocupação dos *glampings* com o apelo pró-ambiental e de sustentabilidade, porém não sendo esta a mesma preocupação dos usuários.

PALAVRAS-CHAVE: meio ambiente; turismo; lazer.

ABSTRACT: This qualitative study aimed at reflecting on possible appeals involved in pro-environmental tourism trend related to glamping, showing its relations with leisure, environment and cultural and social aspects. The study was developed through the association of literature review and exploratory research, the latter being performed by data from an intentional sample of Internet blogs, using the keyword glamping in Google search site. 20 blogs have been consulted and the information was collected by the organizers' and the participants' posted messages. Data were descriptively analyzed, using thematic content analysis technique and were classified into four main themes relating to glamping and leisure, glamping and environment, social and cultural aspects of glamping and the Expectations of people who express comments on blogs in relation to glamping. Based on these data it can be inferred that the glamping became one more leisure option for a specific audience that seeks out experiences in natural environment, without sacrificing comfort, luxury and privacy, with its main advantages, comfort, safety and glamour. Data showed that the glamping seems to attract an audience with high financial conditions, and usually with more than 50 years. Furthermore, it became clear a major concern of glampings with pro-environment appeal and sustainability, but this is not the same concern for users.

KEYWORDS: environment; tourism; leisure.

RÉSUMÉ: Cette étude qualitative, visant à réfléchir sur les recours pro-environnementaux possibles dans cette tendance du tourisme liés à glamping, montrant ses relations avec les loisirs, l'environnement et les aspects culturels et sociaux. L'étude a été développée par l'association de recherche de la littérature et d'exploration, ce dernier étant effectué par un ensemble de données à partir d'un échantillon choisi à dessein des blogs Internet, en utilisant le mot-clé glamping dans le site de recherche Google. 20 blogs ont été consultés et ont exprimé des informations réunies par les organisateurs et les participants, via les messages. Les données ont été analysées de façon descriptive, en utilisant la technique d'analyse de contenu thématique et classées en quatre thèmes principaux relatifs à glamping et loisir, glamping et l'environnement, aspects sociaux et culturels de glamping et aux attentes des personnes qui expriment des commentaires sur les blogs par rapport à glamping. Sur la base des données présentées, nous pouvons en déduire que le glamping est devenu plus une option de loisir, donnée à un public spécifique qui cherche des expériences dans le milieu naturel, sans sacrifier le confort, le luxe et l'intimité, avec ses principaux avantages, de confort, de sécurité et de glamour. Les données ont montré que le glamping semble attirer une audience avec le haut des conditions financières, et en général avec plus de 50 ans. En outre, il est apparu clairement une préoccupation majeure des glampings avec l'appel pro-environnementaux et développement sustentable, mais ce n'est pas le même souci d'utilisateurs

MOTS-CLÉS: environnement; loisir; tourisme.

RESUMEN: Este estudio cualitativo, objetivó reflexionar sobre posibles recursos pro-ambientales que participan en esta tendencia del turismo relacionados con glamping, mostrando sus relaciones con el ocio, el medio ambiente y los aspectos culturales y sociales. El estudio fue desarrollado a través de la asociación de investigaciones de la literatura y exploratoria, siendo la última realizada por intermedio de recopilación de datos de una muestra intencional de blogs de Internet, utilizando la palabra clave glamping en el sitio de búsqueda de Google. 20 blogs han sido consultados y colectadas las informaciones de los organizadores y de los participantes a través de mensajes. Los datos fueron analizados de forma descriptiva, utilizando la técnica de análisis de contenido temático, y se clasifican en cuatro temas principales relacionados con glamping y ocio, glamping y el medio ambiente, aspectos sociales y culturales de glamping y las expectativas de las personas que expresen comentarios en los blogs en relación con glamping. Con base en los datos presentados, se puede inferir que el glamping se convirtió en una opción más de ocio, para un público específico que busca experiencias en el medio natural, sin sacrificar la

comodidad, lujo y privacidad, con sus principales ventajas, la comodidad, la seguridad y el glamour. Los datos mostraron que el glamping parece atraer a un público con condiciones financieras muy alta, y por lo general con más de 50 años. Por otra parte, se puede percibir una preocupación importante de glampings con las cuestiones pro-ambiental y sostenibilidad, pero estas no son las mismas preocupaciones de los usuarios.

PALABRAS CLAVE: medio ambiente; turismo; ocio.

Introdução

Ainda que a última crise financeira tenha atingido diversos países, parece ser exatamente nesse momento que a criatividade se faz presente, por intermédio de novas iniciativas que se concretizam. Essa versatilidade de ações se faz notar em diversos campos da vida cultural e social, inclusive no âmbito do lazer e de seus conteúdos culturais.

Em um desses conteúdos culturais, referente ao turismo, a palavra de ordem é sempre a originalidade dos destinos, ou de novos modos de apreensão de determinados destinos, já que a novidade atrai e revigora o desejo de consumo nesse aspecto. É com essa prerrogativa que a indústria do turismo se apropria das expectativas e dos desejos humanos, dando novas roupagens a velhas condutas e repaginando modelos já previamente instaurados, como é o caso da nova tendência de acampamentos, denominada *glamping*.

Para se compreender melhor essa perspectiva de tendência de consumo ligada ao usufruto do tempo disponível, tem-se de entender os aspectos histórico-contextuais que geraram o interesse por essa atividade turística. Com o ápice da crise financeira em 2008, tanto em países da Europa quanto nos Estados Unidos, pôde-se notar um crescimento pela procura de situações de vivências do lazer voltadas ao usufruto de atividades em ambiente natural e suas singularidades, o que, de modo geral, favoreceu o barateamento das experiências do campo do lazer, pela pouca necessidade de equipamentos sofisticados, tornando o custo-benefício bastante interessante.

Entretanto, em países com alto consumo voltado ao conforto, essas atividades mais rústicas começaram a deixar a desejar para o turista acostumado e interessado em melhores níveis de conforto e atenção, já que o interesse de um turista resvala, forçosamente, em questões referentes à segurança e ao conforto, dentre outros atributos ligados às suas expectativas. Sendo assim, certamente, deixar as facilidades do lar para buscar sensações de desconforto não é muito aprazível e atraente para alguns nesse contexto, mas, sim, o contrário. Visando sair da rotina ou viver experiências mais significativas, o turista valoriza os meios de transporte e hospedagem que possam diferenciar essa vivência de outras mais rotineiras.

Essa tendência levou a um comportamento de consumo voltado para o atendimento de expectativas por pernoite em camas confortáveis, com a possibilidade de usufruir um café da manhã pleno de opções, de buscar exotismo na hospedagem, sem deixar a perspectiva criativa e de convívio com o ambiente natural. Desse desejo de vivência de um acampamento mais sofisticado, que viesse ao encontro da perspectiva do nomadismo envolvido nos atrativos turísticos, nasceram opções interessantes, como a dos *glampings*, elemento foco deste estudo.

Esse termo é associado ao *camping*, porém, com glamour, em que, imitando os nômades dos desertos, os turistas se instalam em barracas ou tendas, customizadas como empreendimentos hoteleiros de primeiro porte, os quais oferecem o conforto necessário para uma experiência na natureza. Esses *glampings* representam a mistura da aventura com o conforto, atingindo plenamente a satisfação e a sofisticação exigidas para a atividade por quem procura esse tipo de equipamento turístico.

Com uma junção de verbetes referentes a *camping* e glamour, os *glampings* reavivaram a busca atual pela natureza, porém com requinte e sofisticação, tendo sido apropriado pelo turismo como alternativa para a reaproximação humana do ambiente natural. Para essas experiências na natureza, os aspectos ecologicamente corretos são ressaltados na ideia base, ainda que se estabeleça a atividade turística, a qual, geralmente, é considerada predatória, tendo em vista a necessidade de apropriação de locais, nem sempre de modo sustentável para que ela ocorra.

A filosofia de criação desses *glampings*, citando-se como exemplo o que foi criado na Patagônia, foi firmada a partir da perspectiva de se causar mínimo impacto ambiental dentro da esfera do turismo verde. As reservas nesses *glampings* são feitas pelas principais operadoras turísticas. No Brasil, esse formato ainda não está disseminado, mas alguns hotéis já utilizam conceitos similares para atrair turistas aventureiros que não deixam de lado o luxo e a excentricidade.

A palavra *glamping*, portanto, relaciona-se a um vocábulo composto (*glamour + camping*), representando uma forma de acampamento, o qual inclui equipamentos, facilidades, comidas e alojamentos luxuosos, dentro do conceito de sustentabilidade. Esse fenômeno turístico transformou, inclusive, outros conteúdos culturais relacionados ao lazer, já que sua disseminação ficou bastante forte, em festivais *outdoor*, apesar de não haver confirmação científica sobre isso. Nesses festivais, no lugar de barracas comuns, são incrementados diversos tipos de tendas sofisticadas para atender aos desejosos, porém exigentes acampantes, como estrelas de cinema e da música internacional. Houve, certamente, uma mudança de percepção pública sobre a noção de acampamento e da simplicidade típica dessa experiência.

Os projetos nesses empreendimentos focalizam a atenção na sustentabilidade, privilegiando a própria criação de hidroeletricidade, o que pode auxiliar a proteger as florestas, com alternativas para o comportamento predatório, que, geralmente,

envolve o turismo tradicional. Conforme Cole (2009) apregoou, a indústria do turismo geralmente é caótica, no sentido de que transformou o modelo de desenvolvimento prévio em um modo equacionado pela globalização, favorecendo a relação necessidade-demanda sem evidenciar a elasticidade necessária para um modelo com sustentabilidade.

Nesse mesmo sentido, Sullivan (2010) observou que a noção idealizada de sustentabilidade ambiental ligada ao âmbito do turismo foi transformada em uma *commodity*, que ele chamou de serviço de ecossistema. Conforme argumentou esse autor, as falas retóricas que dão grande valor à natureza também preconizam o distanciamento entre cultura e natureza, provocando linhas ficcionais que envolvem, inclusive, o setor turístico. Ainda sob essa ótica, o referido autor ressaltou outra vertente associada à possibilidade e à implicação de uma ecologia imanente, em que as experiências subjetivas e intersubjetivas se intensificam, provocando novos sentidos e ampliando a busca pelas experiências turísticas na natureza. Essas reflexões propostas pelo estudioso mencionado fazem sentido quando se procura compreender o apelo ecológico dos *glampings*.

A gestão de impactos das atividades do âmbito do lazer realizadas em ambiente natural é uma atividade científica relativamente nova, conforme relataram Monz *et al.* (2010). A administração dos fatores que afetam as condições ecológicas retrata alguns impactos relativos à depredação da vegetação e do solo, causados pelo uso de *trailers* ou outros tipos de veículos. Entretanto, para esses autores, devem ser evidenciados outros atributos dos ecossistemas e, para tanto, eles sugeriram que os estudos sejam alinhavados interdisciplinarmente e que examinem os efeitos sinérgicos das atividades do contexto da recreação ao ar livre.

A ecologia tem como propósito fundamental minimizar os impactos ambientais, na visão de Li *et al.* (2010). Esses autores salientaram que a indústria do turismo tem colaborado seriamente na destruição ambiental. Sendo assim, os mesmos autores evidenciaram a necessidade de novas discussões sobre o ecossistema turístico, para que se fortaleça a ideia de desenvolvimento sustentável aplicada a esse segmento econômico. Outro ponto ressaltado é que a indústria do turismo deve considerar uma reforma ecológica de produtos manufaturados, promovendo *design* e construções ecologicamente corretas e a adoção de tecnologias ditas *environmental friendly*.

Os *glampings* estão espalhados por todos os continentes e representam a sedução de se superar as possíveis desvantagens de dormir sob o céu, apresentando elementos bastante convidativos, como camas com algodão egípcio, travesseiros com maciez devidamente dosada, equipamentos eletrônicos de última geração, champanhe servido em temperatura controlada, além de serviços extras, como aulas de surf, prática da ioga ou, mesmo, a sofisticação de *spas*, tudo isso em parques preparados com tendas requintadas.

Porém, não são apenas tendas que são colocadas como meios de hospedagem para esses *glampings*. As tendas, geralmente de plástico ou de lona, podem ser substituídas por novos tipos de acomodações bastante interessantes, como os *trailers airstream*, os *eco-pods*, os *tipis* ou os *yurts*. Para cada uma dessas denominações de acomodação, há um tipo específico de habitação. No caso dos *trailers airstream*, eles são produzidos nos Estados Unidos, em Ohio, e fizeram parte do programa lunar da NASA, possuindo uma forma arredondada, com cor metalizada, com muito conforto e design arrojado.

Já os *eco-pods* são modernas cabanas pequenas, geralmente feitas de material reciclado, não poluente. Sendo assim, possuem um apelo *eco-friendly* ou verde, ou, ainda, ecológico, priorizando o baixo consumo de energia e dos recursos naturais onde são instalados. No caso dos *tipis*, essas acomodações lembram uma tenda indígena, com formato de cone, porém, em vez de peles de animais, a tenda é feita de lona para obter seu formato característico, mantendo também a proposta ecológica. Os *yurts* se assemelham às cabanas utilizadas na Ásia Central pelos nômades e são confeccionados com madeira e tecido, salientando, ainda, os conceitos relativos aos originais, referentes à baixa manutenção, fácil mobilização e durabilidade.

O conceito turístico dos *glampings* incorpora a ideia do desejo de ser uno com a natureza, mas não de maneira rústica, e sim de modo glamoroso, com requinte e sofisticação. Um dos primeiros sites no Google a divulgar esse conceito foi o *gogambling.net*, sendo considerado um dos websites favoritos sobre viagens e um dos principais blogs referentes ao tema. O site salienta diversos *eco-lodges*, nos quais se pode viajar em caravanas, com todos os equipamentos necessários para uma viagem com requinte, abordando a genuinidade de uma vida nômade, vivenciada de modo similar à perspectiva de acampamentos tradicionais, porém com muito conforto e sofisticação.

As tendas não se parecem em nada com aquelas dos acampamentos tradicionais, já que, nos *glampings*, elas são desenhadas com formatos inusitados, para as quais se utilizam materiais e cores atraentes, luzes e artefatos elétricos e eletrônicos; além disso, são climatizadas e livres de insetos. As atividades complementares geralmente envolvem as mesmas de uma experiência em acampamentos ao ar livre, como safáris, cavalgadas, *rafting*, porém tudo com conforto e alta performance. O serviço de hotelaria é completo, com lavanderia, refeições e guias altamente treinados para atender a todas as expectativas dos hóspedes. Sendo assim, existe a possibilidade de se vivenciar uma experiência de *camping*, porém sem as desilusões e os problemas geralmente decorrentes dessas atividades, podendo o turista viver uma experiência bastante positiva.

As empresas de equipamentos para *camping* têm se apropriado desse nicho de mercado, criando novas linhas de acessórios, com *designs* próprios e arrojados. Com a crescente popularização dos *glampings*, cada vez mais turistas se interessam por

vivenciar essa experiência do acampamento com conforto e luxo. Presumivelmente nascida na África, depois espalhada pela Europa e pelos Estados Unidos, essa ideia de turismo de luxo se estabeleceu em todos os continentes. Na América do Sul, já existe um *glamping* do tipo *yurt*, bastante visitado na Patagônia, tendo o atendimento, desde o traslado até o parque, incluído diversos passeios.

Entretanto, pouco se tem explorado no sentido de elucidar as questões relativas ao *glamping*, no que se refere ao fato de o mesmo ser uma crescente possibilidade de prática no contexto do lazer, as singularidades do contato com o meio ambiente, os motivos que levam os usuários a fazerem essa opção, bem como todo o contexto sociocultural em que estão envolvidos. A maioria das informações encontradas até o momento está disponibilizada em blogs, sites de relacionamento, YouTube e sites em geral. Raras, ainda, são as iniciativas que discutem o tema no contexto acadêmico, sendo estas provenientes das inquietações que motivaram a realização deste estudo. Sendo assim, o presente texto busca refletir sobre essa nova tendência do turismo na natureza, mais especificamente o *glamping*, evidenciando suas possíveis relações com o lazer, com o meio ambiente, com os aspectos culturais e sociais durante as práticas no ambiente natural.

Objetivos

O objetivo do presente estudo é refletir sobre os possíveis apelos pró-ambientais envolvidos nessa tendência turística referente ao *glamping*, evidenciando suas relações com o lazer, com o meio ambiente e com os aspectos culturais e sociais.

Método

Este estudo, de natureza qualitativa, foi dividido em duas partes, sendo a primeira referente a uma pesquisa bibliográfica, constituída de um levantamento sobre o referencial relativo às temáticas *glamping*, turismo, lazer e meio ambiente, e a segunda parte, destinada a uma pesquisa exploratória.

A pesquisa exploratória foi realizada por meio de uma coleta de informações em blogs da Internet, especificamente associados ao turismo e ao *glamping*, utilizando-se a palavra-chave *glamping* no site de busca Google. Segundo Quadros (2007), os blogs são considerados um grande fenômeno propulsor da comunicação, sendo uma estratégia interessante para os estudos científicos. A mesma autora justificou que a relação comunicativa, promovida pelos blogs, torna a ciência mais viva, pois a dinâmica da

teoria é possibilitada por essas vias de comunicação em conjunto com as conexões culturais geradas.

Para a realização da pesquisa exploratória, utilizou-se uma amostra intencional relativa a 20 blogs da Internet, para que, assim, fossem captadas informações veiculadas nessas fontes, tanto pelos organizadores quanto pelas postagens de usuários dos blogs. Os dados provenientes da pesquisa exploratória foram analisados de forma descritiva, por meio da utilização da técnica de análise de conteúdo temático, e ilustrados numericamente para facilitar a visualização dos mesmos. Conforme prevê essa técnica de análise, os dados foram categorizados em quatro eixos temáticos: *glamping* e lazer, *glamping* e meio ambiente, aspectos sociais e culturais dos *glampings*, e as expectativas dos usuários de blogs quanto ao *glamping*. Essa forma de análise permite gerar informações sobre as abordagens dominantes e as mais emergentes (BARDIN, 2004), sendo indicada para materiais qualitativos.

Resultados e discussão

Foram pesquisados 20 blogs, por meio do site de busca Google, utilizando-se a palavra-chave *glamping*, tendo sido selecionados intencionalmente aqueles cujas informações estivessem completas e com comentários. Foram, assim, encontrados nove blogs que discutiam especificamente a temática do *glamping*, oito que falavam sobre turismo, dois sobre o Patagônia Camp e um sobre turismo sustentável. Desses 20 blogs pesquisados, foi feita, ainda, a distribuição dos temas em quatro eixos temáticos, podendo, no entanto, um blog pertencer a mais de um eixo, ou seja, a somatória das incidências desses eixos temáticos não totalizaria um número de 20. Dessa forma, foram encontradas 15 incidências sobre expectativas dos usuários, seguidas de 12 sobre *glamping* e lazer, 11 sobre aspectos sociais e culturais e oito sobre meio ambiente. Os eixos temáticos foram discutidos individualmente e são apresentados a seguir.

Glamping e lazer

Os resultados categorizados nesse eixo temático faziam referência aos *glampings* como uma opção de vivenciar o lazer, de forma a entrar em contato com a natureza, sem, no entanto, abrir mão de sua comodidade. Dessa forma, os participantes do blog sugeriam esse tipo de atividade àquelas pessoas que tinham interesse em fazer uma visita a determinados locais tradicionalmente rústicos, mas que faziam questão de algumas facilidades da vida moderna, tais como uma cama confortável, chuveiro

quente, acesso à Internet, luz elétrica, fogão e, até mesmo, um bom serviço de quarto (lençóis limpos, café da manhã sofisticado, serviços de lavanderia etc.).

Os resultados ainda evidenciaram as principais vantagens do *glamping* como sendo o conforto, a sofisticação e a segurança. Assim, foram sugeridas as possibilidades, por exemplo, de se fazer uma visita a um deserto sem que se tenha de ficar em contato com a areia a todo momento; dormir em meio à natureza, sem a presença de insetos, podendo o visitante, também, ver as estrelas e a lua durante a noite; ou, ainda, visitar um local coberto pela neve, sem ter que enfrentar diretamente as baixas temperaturas. Além da comodidade, essa atividade geralmente oferece um roteiro de visitas a locais naturais, incluindo *trekkings*, *raftings* e caminhada ecológica, dentre outras possibilidades, viabilizando o contato com a fauna e a flora local e, assim, atender ao objetivo de um *camping* tradicional (aproximação dos elementos que compõem a natureza).

Dessa forma, esses dados corroboram os resultados de alguns estudos focalizando outros ambientes, os quais evidenciam a vontade dos praticantes de romperem com a rotina e se distanciarem do cotidiano urbano, ao procurarem se envolver em atividades junto à natureza, podendo, assim, vivenciar sensações e emoções diversas, tão ou mais intensas do que aquelas experimentadas diariamente (SCHWARTZ, 2002; TAHARA, 2006). Bruhns (2003) salientou, ainda, que essas práticas na natureza são responsáveis por conduzir as pessoas ao bem-estar e à alegria, proporcionando um efeito purificador, devido ao intenso contato com aspectos peculiares à natureza. Nesse mesmo sentido, Betrán (2003) afirmou que as atividades de aventura na natureza, em especial, possibilitam uma mistura de prazer, emoção, diversão e aventura, contribuindo, assim, para o bem-estar e a qualidade de vida.

Outra similaridade entre o *glamping* e as atividades de aventura na natureza é o chamado risco controlado. Segundo Le Breton (2006), nessas atividades, o risco é apenas um simulacro, ou seja, há o desejo do risco, mas sem que ele esteja realmente presente. Dessa forma, tanto nas atividades de aventura como no *glamping*, atividade turística na natureza, a segurança dos seus usuários é de suma importância; entretanto, há o desejo de o turista se envolver nas propostas de aventura.

Um aspecto que merece destaque nessa atividade é a sua associação com medidas educativas, as quais visem a uma transformação do conceito de turismo puramente mercadológico do cenário atual. Afinal, de acordo com Schwartz (2004), a natureza pode ser um espaço privilegiado para ação educativa, pois possibilita o envolvimento emocional e expressivo, catalisador motivacional para mudanças de atitudes e condutas. No mesmo sentido, Sampaio (2006) afirmou que o ambiente natural é um espaço propício e oportuno para se estabelecerem novas formas de convívio do ser humano com a natureza, rompendo a lógica dominante.

Dessa forma, essa nova modalidade de atividade turística pode e deve ser apropriada, de tal forma que desperte em seus clientes o comportamento pró-ambiental, aproveitando a riqueza que tais atividades podem oferecer. Segundo Marinho (2003), as atividades na natureza apresentam possibilidades de extrapolar o sentido de mera visitação consumista e, muitas vezes, alienada, podendo proporcionar mudanças de valores e comportamentos que permeiam a relação humana com o ambiente natural.

Glamping e meio ambiente

Em relação ao eixo *glamping* e meio ambiente, dos 20 blogs analisados, oito tratavam do tema meio ambiente, seja por meio de comentários, seja por reportagens que alertavam para as questões de preservação da natureza, ou, ainda, por intermédio de exemplos de hotéis que se preocupam com a sustentabilidade. Foram evidenciadas estratégias de sustentabilidade em alguns *glampings*, como a adoção do sistema de energia solar, a utilização de lonas recicláveis e madeira para confeccionar passarelas, com o objetivo de, assim, não agredir o meio ambiente. Outros exemplos de iniciativas adotadas nos *glampings* e citadas nos blogs se referem à criação de hortas orgânicas, à instalação de banheiros de compostagem, à reutilização da água para gerar energia e à utilização de fogões a lenha.

Para Trigo (2010), a maioria dos turistas contemporâneos prefere destinos que respeitem o meio ambiente natural e cultural, que sejam sustentáveis, com qualidade e comodidade, inclusive com acesso a Internet, sendo uma minoria os adeptos que não se importam com pernilongos e outros insetos e banhos frios. O setor hoteleiro, em todo o mundo, vem passando por transformações ligadas à questão ambiental e, mesmo sendo iniciativas recentes, já é possível acompanhar hotéis que se preocupam com os resíduos, com a construção da infraestrutura operacional e física bem planejada, sem agravar o meio ambiente ou impactar as comunidades receptoras (UVINHA, 2003). Mas, em se tratando dos comentários de algumas pessoas nos blogs pesquisados, a maioria refere-se mais à procura do glamour, da comodidade e da segurança do que à preocupação com questões voltadas ao meio ambiente. Ao contrário, nos blogs analisados relacionados às propagandas sobre os *glampings*, todos valorizam muito as questões ambientais e de sustentabilidade, tornando esse tema um apelo de marketing importante veiculado para atrair os que têm sensibilidade para a temática.

Portanto, a implantação de um sistema de gestão ambiental faz-se imprescindível nos *glampings*, uma vez que se trata de um meio de hospedagem que se assemelha a um hotel-fazenda ou aos eco-hotéis, principalmente ligados ao turismo rural, como é visto no Brasil. Segundo Silva Filho (2008), as empresas do ramo hoteleiro que se preocupam com o meio ambiente e adotam a “cultura verde” acabam ganhando

prioridade por parte do clientes/hóspedes, melhorando sua imagem no mercado, o que contribui, assim, para o marketing do hotel. Mesmo os comentários dos blogs não evidenciando essa preferência por parte das pessoas, a maioria dos *glampings* investe nessas iniciativas, como ficou patente nas propagandas postadas nos blogs.

Aspectos sociais e culturais dos *glamping*

Os resultados apresentados evidenciaram uma crescente procura pelo *glamping* por uma parcela da população que gosta do contato com o meio natural, porém não é totalmente favorável a algumas condições oferecidas nesse meio. Essas pessoas apresentam uma tendência a aceitar o apelo da natureza, entretanto não abrem mão de manter pequenos luxos, muitas vezes restritos no ambiente natural, como eletricidade e água corrente. Antes da criação dos *glampings*, as condições próprias do ambiente natural, como a terra, os insetos, a presença de animais, além da ausência do conforto e o isolamento tecnológico, excluía esse público específico desse tipo de vivência. Para Cardoso (2009), o *glamping* pode gerar um deslumbramento proporcionado pelo glamour, combinado com a natureza, criando, assim, sensações muitas vezes inexplicáveis para outros tipos de turistas.

Os dados mostraram que é possível, a partir da utilização do *glamping*, atender às necessidades de um público específico, ainda que essa atividade não possa ser democratizada, devido às características luxuosas que impedem o acesso de algumas camadas sociais a ela. Foi evidenciado também que esse público efetivamente demanda vivências em paisagens naturais, o contato com culturas primitivas, povos e regiões nativas, gastronomias locais, elementos aliados à boa acessibilidade, à segurança, ao conforto e à tranquilidade.

No mundo contemporâneo, são várias as possibilidades de atividades no contexto do lazer, e as vivências na natureza estão cada vez mais presentes nesse âmbito. Muitas dessas envolvem altos recursos financeiros para que sejam realizadas, como é o caso do *glamping*, o qual acaba sendo restrito a camadas sociais mais abastadas. Ainda que vários países tenham passado, ou ainda passem, por crises financeiras, é possível evidenciar uma parcela da população mundial que não é tão afetada com isso, ou, por outro lado, por ser diretamente afetada, acaba por criar mecanismos que possam ir ao encontro de suas expectativas, revitalizando a procura por esse segmento turístico.

Na mesma linha de raciocínio, Trigo (2010) também evidenciou que a maioria dos praticantes de atividades na natureza se sente incomodada com a existência de insetos, falta de eletricidade e de água corrente, dentre outros aspectos, e, por esses motivos, procura atualizar essas possibilidades do contexto do lazer, indo ao encontro do desejo de qualidade do turista. O desejo por produtos luxuosos sempre esteve em

expansão no segmento turístico, porém essa característica pode variar de acordo com o nível cultural, com as necessidades, com o poder aquisitivo de cada classe social específica e, inclusive, com a faixa etária, já que o conceito de luxo é bastante dinâmico.

Enquanto viagens menos dispendiosas atraem bastante alguns jovens, as férias de luxo, cruzeiros marítimos e, até mesmo, o *glamping* atraem os ricos, com idades mais avançadas, especialmente as pessoas com mais de 50 anos e com boa posição social, conforme os dados evidenciaram. Além da questão da faixa etária, o *glamping* também atende à necessidade de pessoas que buscam atividades diferenciadas do comum, como uma tenda romântica ou um cenário como os das montanhas centrais de Portugal, ou, ainda, um acampamento de férias em um *yurt* luxo, incluindo café da manhã diferenciado, servido sob as árvores, por exemplo.

Nesse sentido, no que se refere ao perfil socioeconômico dos praticantes do *glamping*, nota-se que os adeptos dessa modalidade de *camping* parecem não se preocupar com os gastos e procuram o máximo de conforto, praticidade e segurança. Segundo Burger e Carpenter (2010), apesar de o luxo, por si só, estar fora de moda, uma adaptação desse segmento atrai os consumidores, os quais possuem uma viabilidade financeira inquestionável.

Por meio da pesquisa exploratória realizada nos blogs consultados, não foi possível identificar um contexto mais aprofundado sobre as ressonâncias proporcionadas por essas vivências, talvez decorrente da forma como as informações foram postadas nesses sites. Brito e Brunhs (2008) afirmaram que experiências efêmeras como essa talvez pudessem ser mais bem interpretadas se os praticantes se preocupassem mais com as informações obtidas com base em seus sentidos, as quais poderiam contribuir de forma mais íntima para uma interpretação mais envolvente sobre o meio que os cerca e onde estão inseridos. Talvez, com isso, fosse possível obter experiências menos superficiais e mais significativas, inclusive no que tange ao meio ambiente.

Expectativas dos usuários de blogs quanto ao *glamping*

O objetivo central dos *glampings*, conforme os sites consultados, é o “turismo verde”, baseado na sustentabilidade e de forma a proporcionar conforto e todo o suporte aos acampantes. Essa intenção vai ao encontro do que Gomes e Isayama (2009, p. 70) chamaram de turismo “ecologicamente correto”, o qual se refere a uma tendência, a partir da metade da década de 1980, de pessoas que defendem a sustentabilidade e a preservação ambiental. Entretanto, o que se percebe é que um número grande de visitantes dos blogs consultados, que possuem reportagens referentes ao *glamping*, está mais preocupado com a comodidade, com o luxo e em não ter que se preocupar com nada a mais, pois o local garante uma excelente infraestrutura, conforme informado

nos blogs, deixando os hóspedes sem inquietações com o apelo ambiental inicialmente vinculado à proposta. Sendo assim, ainda que a proposta parta da iniciativa do proprietário do equipamento turístico, não parece haver a mesma preocupação explícita por parte dos turistas que postaram mensagens nos sites visitados.

Quanto aos resultados desse eixo, a maioria dos comentários postados nos blogs é de pessoas que não conheciam o *glamping*, mas que se interessaram pela ideia, ficaram fascinadas com as informações e se sentiram motivadas a conhecer a proposta. Os locais destinados às tendas, geralmente, contam com muita privacidade, reservando-se a atender de seis a oito pessoas simultaneamente, o que representa, assim, uma boa opção para programas a dois ou, até mesmo, para casais em lua de mel, com direito a contemplar uma vista panorâmica da natureza pela janela e das estrelas pelo teto.

No entanto, surgiram inquietações no que tange ao tipo de público que esses locais podem atender, referentes à preocupação dos usuários dos blogs em obter mais esclarecimentos acerca do atendimento ao público infantil. Outra dúvida encontrada diz respeito a alguns atrativos tecnológicos necessários para a permanência no acampamento, já que, à guisa de exemplo, em um dos sites, surgiu o questionamento quanto à necessidade de se possuir um carro com tração 4x4 para o deslocamento nesses locais. Esses aspectos podem, inclusive, tornar a experiência bastante seletiva. Os autores dos blogs alertaram que é mais barato esse tipo de atividade de acampamento do que passar as férias em hotel de luxo, já que afirmaram que, algumas vezes, procura-se manter os preços normais dos pacotes em feriados.

Entretanto, conforme informaram os usuários dos sites, o *glamping* ainda é muito mais caro do que acampar em um parque convencional, o que levou alguns sujeitos a comentarem que, devido à questão do valor, preferiam continuar acampando em barracas mesmo. Com referência aos impasses encontrados, em alguns casos já ocorreu também a propaganda enganosa, tornando-se o glamour somente um termo atrativo para esconder os problemas, os quais acabam sendo semelhantes aos enfrentados em um acampamento comum.

No que concerne à propaganda, ainda de acordo com Gomes e Isayama (2009), os meios de comunicação representam espaços de grande divulgação das atividades turísticas no meio ambiente natural, representando um dos fatores que contribuem para o aumento da adesão de pessoas a essas práticas. Nesse sentido, cabe aos interessados se informar melhor, podendo utilizar os blogs como uma das opções de fonte de informação, visto que estes, de acordo com Rocha (2003), favorecem a visitação e a circulação de diversos indivíduos no ambiente virtual, devido ao acesso fácil, o que permite a socialização de informações em rede, com dinamismo e interatividade, mantendo os conteúdos atualizados e contribuindo para a troca de conhecimentos de comum interesse, experiências e ideias. Mas deve-se, também, visitar os sites dos

próprios acampamentos, solicitando-se melhores esclarecimentos, a fim de se garantir uma boa experiência ao desfrutar dessa nova opção de lazer.

Conclusão

A partir dos resultados apresentados, pode-se concluir que o *glamping* vem conquistando seu espaço junto a um público seletivo, que gosta da natureza, mas que não abre mão do conforto e da tranquilidade, normalmente não presentes em atividades nesse contexto. Nota-se que essa atividade tornou-se mais uma opção de lazer, especialmente por estar em consonância com a necessidade dos praticantes de se distanciarem das atividades restritas do cotidiano urbano, rompendo, assim, com a rotina, já que se envolvem em atividades junto ao meio ambiente, o que lhes permite experimentar sensações e emoções diversas.

Os dados demonstraram que o *glamping* parece atrair um público com condições financeiras altas, e normalmente com mais de 50 anos, justamente pelo fato de propiciar aos praticantes a possibilidade de vivenciar novas experiências e desafios na natureza, sem deixar de lado a boa infraestrutura e o conforto. O *glamping* atende às necessidades de pessoas que buscam atividades diferenciadas do comum, por isso vem se tornando um atrativo no ramo do turismo e do lazer. Com base nos resultados, foi possível perceber que os praticantes dessa modalidade buscam na atividade estudada a possibilidade de deixarem de lado as preocupações, pois os locais garantem excelente infraestrutura.

Alguns dados encontrados referiram-se aos comentários de pessoas que ainda não vivenciaram a atividade, mas, devido às informações expressas, se sentiram motivados a praticá-la, sendo estas, principalmente, pessoas que buscam privacidade e lugares diferenciados para a atividade turística. Ficou claro, em alguns blogs, que a questão financeira pode ser um fator limitante para a prática dessa atividade, pois o glamour, o conforto e a segurança nem sempre são aspectos baratos de ser obtidos.

No que tange às questões ambientais, foi possível observar, a partir das propagandas dos *glampings* contidas nos blogs, que a maioria atende às questões referentes à necessidade de preservação do meio ambiente, optando pela “cultura verde”, por meio de ações de conservacionistas e de sustentabilidade, como a adoção de sistema de energia solar, lonas recicláveis, madeira para confeccionar passarelas, hortas orgânicas, banheiros de compostagem, reutilização da água para gerar energia, utilização de fogões a lenha tratada, dentre outros recursos. Porém, em descompasso, os comentários dos usuários dos blogs indicaram mais atenção aos aspectos do glamour, da comodidade e da segurança, como características principais para a escolha dos *glampings*.

Com base no exposto, torna-se relevante que essas experiências ressaltem, cada vez com maior dinamismo, a relevância dos apelos ambientais, no sentido de cativar pessoas para a vivência de atividades com ressonâncias mais significativas, de modo que elas possam interpretar o meio onde estão inseridas com maior sensibilidade. Tornam-se igualmente importantes outros estudos, no sentido de se abrirem espaços de discussão sobre possibilidades, desafios e tendências dos *glampings* e de outras inovações turísticas, para ampliar os subsídios teóricos que fomentam novas pesquisas e a produção de novos conhecimentos, capazes de gerar reflexões significativas.

Referências

- BARDIN, Laurence. *Análise de conteúdo*. 3.ed. Lisboa: Setenta, 2004.
- BETRÁN, Javier de O. Rumo a um novo conceito de ócio ativo e turismo na Espanha: as atividades físicas de aventura na natureza. In: MARINHO, Alcyane & BRUHNS, Heloísa T. *Turismo, lazer e natureza*. Barueri: Manole, 2003. p. 157-202.
- BRITO, Telma M. & BRUHNS, Heloísa T. Corpo, lazer e natureza: uma reflexão sobre os cruzeiros marítimos. *Turismo em Análise*, v. 19, n. 1, p. 125-136, São Paulo, mai., 2008.
- BRUHNS, Heloísa T. No ritmo da aventura: explorando sensações e emoções. In: MARINHO, Alcyane & BRUHNS, Heloísa T. *Turismo, lazer e natureza*. Barueri: Manole, 2003. p. 29-52.
- BURGER, Bruce M. & CARPENTER, Randy. Rural real estate markets and conservation development in the Intermountain West: perspectives, challenges, and opportunities emerging from the Great Recession. *Lincoln Institute of Land Policy*, product code: WP10BB1, Mar., 2010.
- CARDOSO, Joana A. *Dicionário Glamping*, 2009. Disponível em: <<http://blogspot.com/2009/08/dicionario-74-Glamping.html>>. Acesso em: 5 jan. 2010.
- COLE, Sam. A Logistic tourism model: resort cycles, globalization, and chaos. *Annals of Tourism Research*, v. 36, n. 4, p. 689-714, out., 2009.
- GOMES, Odila Carolina & ISAYAMA, Hélder F. Corridas de aventura e lazer: um percurso analítico para além das trilhas. *Motriz*, v. 15, n. 1, p. 69-78, Rio Claro, jan./mar., 2009.
- LE BRETON, David. Risco e lazer na natureza. In: MARINHO, Alcyane & BRUHNS, Heloísa T. (Orgs.). *Viagens, lazer e esporte: o espaço da natureza*. Barueri: Manole, 2006. p. 94-117.
- LI, Yafang; ZHU, Wanbin; CHEN, Fu & GUO, Lixin. A study on the approaches of ecological reform of tourism industry. In: INTERNATIONAL CONFERENCE ON INTERNET TECHNOLOGY AND APPLICATIONS. *Proceedings of...* Wuhan: ITAP, 2010. p. 1-7.
- MARINHO, Alcyane. Da aceleração ao pânico de não fazer nada: corpos aventureiros como possibilidades de resistência. In: MARINHO, Alcyane & BRUHNS, Heloísa T. (orgs.). *Turismo, lazer e natureza*. Barueri: Manole, 2003.
- MONZ, Christopher A.; COLE, David N.; LEUNG, Yu-Fai & MARION, Jeffrey L. Sustaining visitor use in protected areas: future opportunities in recreation ecology research based on the USA experience. *Journal of Environmental Management*, v. 45, n. 3, p. 551-562, Nova York, 2010.

QUADROS, Claudia Irene de. Sobre metodologias para pesquisar blogs. In: V ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM JORNALISMO. *Anais...* Aracaju: SBPjor/UFS, 2007.

ROCHA, Paula J. *Blogs: sentimentos em rede compartilhados na pós-modernidade*. Revista *FAMECOS*, n. 22, Porto Alegre, dez., 2003.

SAMPAIO, Tânia Mara V. Educação física, lazer e meio ambiente: desafios da relação ser humano e ecossistema. In: DE MARCO, Ademir (Org.). *Educação física: cultura e sociedade*. Campinas: Papirus, 2006.

SCHWARTZ, Gisela Maria. *Educação física no ensino superior: atividades recreativas*. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2004.

_____. Emoção, aventura e risco – a dinâmica metafórica dos novos estilos. In: BURGOS, Mirian S. & PINTO, Leila Mirtes S. M. (Orgs.). *Lazer e estilo de vida*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2002. p. 139-168.

SILVA FILHO, Antônio Romão A. da. Sistema de gestão ambiental como estratégia empresarial no ramo hoteleiro. *Revista Produção On-Line*, v. 8, n. 3, 2008. Disponível em: <www.producaoonline.org.br/index.php/rpo/article/download/110/152>. Acesso em: 03 jan. 2011.

SULLIVAN, Sian. “Ecosystem service commodities” – A new imperial ecology? Implications for Animist Immanent Ecologies, with Deleuze and Guattari. *New Formations*, v. 18, n. 69, p. 111-128, 2010.

TAHARA, Alexander K. Fatores de aderência às atividades de aventura. In: SCHWARTZ, Gisela Maria (Org.). *Aventuras na Natureza: consolidando significados*. Jundiaí: Fontoura, 2006. p. 113-126.

TRIGO, Luiz Gonzaga G. Lazer, hospitalidade, identidades e culturas regionais e locais. In: PINTO, Leila Mirtes S. M. (Org.). *Lazer, turismo e hospitalidade: desafios para as cidades sede e subdesdes de megaeventos esportivos*. Atibaia: Dinâmica Print, 2010. p. 33-36.

UVINHA, Ricardo R. *Turismo de aventura: uma análise do desenvolvimento desse segmento na Vila de Paranapiacaba*. 2003. Tese (Doutorado em Ciências da Comunicação) – Escola de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo. São Paulo: USP.

O papel do profissional de Educação Física em atividades de lazer voltadas ao ecoturismo

Ana Cecília Amaral Caetano¹
Humberto Luís de Deus Inácio²

RESUMO: Este trabalho analisa o papel do profissional de Educação Física (EF) em atividades de lazer voltadas ao ecoturismo, em específico nas práticas corporais de aventura na natureza (PCANS), partindo-se da análise de documentos do Conselho Federal de Educação Física (CONFEF), do Conselho Regional de Educação Física (CREF), do Ministério do Turismo, do Ministério do Esporte e das normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT). Analisaram-se também os posicionamentos relacionados à atuação tanto do Ministério do Turismo como do Esporte; levantaram-se conceitos e nomenclaturas diferentes; discutiu-se sobre a direção das atividades nas PCANS (sobre os saberes/conhecimentos e formação necessários para a realização dessas práticas). Apresentaram-se as opiniões de responsáveis/coordenadores de empresas em todo o Brasil e também de sujeitos da cidade de Pirenópolis, selecionados para participar da pesquisa por meio de entrevistas. Tais opiniões dos atores foram relacionadas aos conceitos de pesquisadores e, ao final, buscou-se um posicionamento quanto à necessidade de qualificação dos profissionais que atuam nessas práticas, e não da exigência de formação em qualquer curso de graduação. Observou-se que a formação pode acrescentar e auxiliar na realiza-

¹ Licenciada em Educação Física, pela Faculdade de Educação Física da Universidade Federal de Goiás – FEF/UEG.

² Doutor em Sociologia Política, pela Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC; mestre em Educação, pela UFSC; docente da Faculdade de Educação Física da Universidade Federal de Goiás – FEF/UEG.

ção/direção de tais práticas, mas não deve ser exigida, uma vez que cada prática tem suas especificidades e requer saberes não só teóricos, mas experiência e o curso de formação destinado à determinada atividade.

PALAVRAS-CHAVE: Educação Física; ecoturismo; práticas corporais de aventura na natureza; formação e regulamentação.

ABSTRACT: This article analyses the role of the physical education professional in leisure activities with the focus on ecotourism, specifically in corporal practices of adventure in nature (PCANS). The starting point of this study is the analysis of documents from the Council of Physical Education (CONFEF), the Regional Council of Physical Education (CREF), the Ministry of Tourism, The Ministry of Sport and the documents of the Brazilian Association of Technical Standards. We also (1) analyzed the reasoning of the performance of the Ministry of Tourism and the Ministry of Sport; (2) researched for different concepts and nomenclature; (3) discussed about the tendency of the PCANS activities (necessary knowledge and training in order to be able to work with these practices). In addition, we present opinions of company managers from all over Brazil, and also from participants from the city of Pirenópolis that were selected to participate in this piece of research by means of interview. The participants' opinions were related to concepts developed by known researchers. At last, we aim at showing our position in relation to the necessity of specific training regarding the professionals who work with those practices and whose training should not be compulsory in any under graduation course. We observe that training may have positive effects and help in implementing/directing such practices, but it should not be compulsory inasmuch as each practice has its specificities and requires different knowledge, not theoretical knowledge only, but experience in the course destined to such practice.

KEYWORDS: Physical Education; ecotourism, corporal practices of adventure in nature (PCANS); training and regulation.

RÉSUMÉ: Cet article étudie le rôle des professionnels de l'éducation physique (EP) dans les activités de loisirs orientées vers l'écotourisme, précisément sur les pratiques corporelles d'aventure dans la nature (PCANS), à partir de l'analyse des documents du Conseil Fédéral de l'Éducation Physique (CONFEF), Conseil Régional de l'Éducation Physique (CREF), le Ministère du Tourisme, le Ministère des Sports et des normes de l'Association Brésilienne des Normes Techniques (ABNT). Également analysé les postes liés à la performance à la fois du Ministère du Tourisme et des Sports; rassemblé les différents concepts et classifications; fait valoir quant à la direction des activités dans PCANS (sur les connaissances/

compétences et la formation nécessaires pour mener à bien ces pratiques). Présenté à la vue des fonctionnaires/coordonnateurs des entreprises à travers le Brésil et aussi pour individus de la ville de Pirenópolis sélectionnés pour *participer à la recherche au moyen d'entrevues. De telles opinions des acteurs ont été liées à des concepts de chercheurs et à la fin, nous avons cherché une position sur la nécessité de la qualification des professionnels qui travaillent dans ces pratiques, et non pas à l'exigence de formation dans tous les cours de graduation. Il a été observé que la formation peut ajouter et aider dans la réalisation/direction de telles pratiques, mais ne devrait pas être nécessaire, puisque chacun a des caractéristiques spécifiques et la pratique exige non seulement des connaissances théoriques, mais l'expérience et cours de formation pour une activité particulière.*

MOTS-CLÉS: Éducation Physique; écotourisme; pratiques corporelles d'aventure dans la nature; formation et réglementation.

RESUMEN: Este artículo analiza el papel del profesional de educación física (EF) en actividades de ocio orientadas al ecoturismo, específicamente en la Prácticas Corporales de Aventura en la Naturaleza (PCANs) sobre la base de un análisis de los documentos del Consejo Federal de Educación Física (CONFEF), el Consejo Regional de Educación Física (CREF), el Ministerio de Turismo, el Ministerio de Deportes y las normas de seguridad de la Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT). También tenemos en cuenta las posiciones relacionadas con la actuación tanto del Ministerio de Turismo y Deporte, elevar los diferentes conceptos y la terminología, hablamos de la dirección de las actividades em PCANs (en los conocimientos/habilidades y el entrenamiento necesario para llevar a cabo estas prácticas). Se presentan las opiniones de los líderes/coordinadores de las empresas en todo Brasil y también de personas de la ciudad de Pirenópolis seleccionadas para participar en el estudio a través de entrevistas. Estos puntos de vista de los actores se relacionan con los conceptos de los investigadores y al final tratamos de posicionarnos en la necesidad de cualificación de los profesionales que trabajan en estas prácticas y no el requisito de capacitación en cualquier curso universitario. Hemos encontrado que la formación puede agregar y ayudar a lograr/dirección de tales prácticas, pero no debería ser obligatoria ya que cada uno tiene características específicas y la práctica requiere no sólo conocimientos teóricos, pero la experiencia y el curso de capacitación para una actividad en particular.

PALABRAS CLAVE: Educación Física; ecoturismo; prácticas corporales de aventura en la naturaleza; formación y reglamentación.

Introdução

Este texto é fruto de uma pesquisa sobre as práticas corporais de aventura na natureza (PCANS), enquanto elemento significativo e constituinte do âmbito do lazer.

A expressão “práticas corporais de aventura na natureza” foi apresentada por Inácio *et al.* (2005) como uma opção de compreensão mais ampliada das mesmas, não as considerando meramente “atividades”, tampouco sinônimo de “esporte”. Para os autores em referência, ao identificá-las assim, lhes é conferida uma compreensão mais abrangente de manifestação da cultura corporal, com significados historicamente construídos e capazes de interagir dialeticamente com o meio que as constitui.

As PCANS são cada vez mais procuradas em função de um contato direto com a natureza, pela emoção, pela possibilidade de experimentar coisas novas e ultrapassar limites, e da busca pelo prazer. Essas práticas têm sido realizadas especialmente no âmbito do lazer, enquanto um conteúdo do setor turístico, e são chamadas, comumente, de turismo de aventura. Contudo, sendo uma manifestação da cultura corporal, encontra na Educação Física um campo privilegiado de debate e construção do conhecimento (INÁCIO & MARINHO, 2007).

Fruto de uma pesquisa de natureza qualitativa, discute-se aqui o papel do profissional de Educação Física (EF) no turismo de aventura, em específico nas PCANS. Como campo de investigação, além de documentos oficiais, reportagens e *websites*, foram aplicados questionários semiabertos com responsáveis de operadoras de turismo de aventura e guias especializados, buscando identificar, nesses dados, os diferentes discursos quanto à profissionalização/capacitação e atuação dos profissionais nessas práticas.

Práticas corporais de aventura na natureza: diversos atores, diferentes perspectivas

Historicamente, a EF esteve ligada à formação de um corpo disciplinado, visando à aptidão física, e passou por projetos higienistas, militaristas e esportivistas. Até que, na década de 1980, segundo Nozaki (2005), houve uma reestruturação de paradigmas, partindo-se de questões como: para quê e para quem a EF? Um processo que causou, assim, questionamentos quanto à formação profissional, uma vez que o campo de atuação das práticas corporais (objeto de estudo da EF) é bastante amplo.

Entende-se que a formação de qualquer profissional deve responder aos anseios e às necessidades da sociedade que o gera. No caso específico do profissional de EF, deve-se dar atenção à cultura corporal e às transformações pelas quais ela vem passando,

uma vez que novas tecnologias, novas exigências e novas possibilidades de trabalho surgem, aumentando os campos de atuações de todos os profissionais.

Para Marinho (*apud* NASCIMENTO & SANTOS, 2005), a atividade de aventura engloba as diversas práticas esportivas manifestadas privilegiadamente nos momentos de lazer, com características inovadoras e diferenciadas dos esportes tradicionais, pois as condições de prática, os objetos, a própria motivação e os meios utilizados para sua realização são outros.

Além de ser um direito legal, as práticas corporais representam uma possibilidade fundamental para a educação, o lazer e a manutenção da saúde. Mais do que isso, possibilitam o desenvolvimento da condição de humanidade, dado que o gênero humano, mais do que a espécie humana, permanece constituindo-se a partir de um conjunto de experiências que se constroem no corpo, a partir do corpo e por meio do corpo (DAMIANI & SILVA, 2005, p. 23).

Pociello (1995), quando argumentou que, “em meio ao prazer de praticar esportes, tão elegantemente, a parte – secreta e inconfessável – que vem do ‘prazer de ser visto’ nesta prática cresceu sensivelmente, ao longo dos últimos 25 anos”, mostrou que o prazer das pessoas em demonstrar que praticam essas atividades tem crescido e que elas se utilizam dessas tecnologias para uma melhor aparência. O autor em tela considerou ainda que essa instrumentalização leva ao aumento da individualização dos comportamentos esportivos, uma vez que o sujeito, explorando energias exteriores ao corpo e criando novas formas de utilização e dominação desses instrumentos, busca sensações diferentes das encontradas sem o uso dos mesmos.

Sant’Anna (2001, p. 92), não diferente de Pociello, considerou o atual desenvolvimento das tecnologias reprodutivas e das biotecnologias como um elemento constituinte, em grande medida, do confronto entre o ser humano e a possibilidade de uma modificação radical e inédita da vida, levando à diminuição de fronteiras, sejam elas “entre espécies diferentes [...], entre gêneros distintos [...] e entre aquilo que cada época e cada sociedade considera natural e artificial”.

Essa mesma autora discutiu não só a possibilidade de se estabelecerem relações entre os seres através das biotecnologias, mas em realizá-las sem considerar os interesses e as opiniões individualistas, criticando as relações de dominação. Ainda segundo ela, deveriam ocorrer “composições entre os seres”, nas quais os indivíduos não precisassem dominar ou ser dominados para adquirir força e importância, e sim manter uma relação de forças de composição entre as diferenças, que respeita as heterogeneidades, causando o fortalecimento de todos os envolvidos.

Miles (1990, p. 468 *apud* UVINHA, 2004, p.103) salientou que o termo *educação pela aventura*, em países como os Estados Unidos, tem sido utilizado, inclusive, como sinônimo de *esportes radicais*, pois ele reconheceu que, nessas práticas, “as pessoas

podem aprender sobre dedicação, compromisso, cooperação, confiança, empatia, compaixão, tolerância, sucesso, fracasso, paciência e satisfação, dentre outras coisas”.

Compreende-se que, nessas práticas, há espaço para realizar um trabalho educativo de grande importância não só para os indivíduos que as executam, mas para as comunidades que as acolhem, que as realizam, que coordenam as atividades, mesmo que a procura pela natureza seja apenas para o lazer ou pela adrenalina.

Por outra via, Consolo (2006) destacou que o esporte, em geral, é sempre o último no Brasil quando se fala de políticas públicas, principalmente quando se trata de esportes não olímpicos. Tanto que foi o Ministério do Turismo – e não o de Esportes – quem promoveu a criação de comissões técnicas para cada esporte de aventura, a fim de elaborar normas no âmbito da ABNT³, regulamentando as atividades esportivas recreativas do turismo de aventura, e ditar os requisitos os quais as empresas deverão preencher para ser certificadas.

Durante a audiência pública na Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE), no dia 10 de junho de 2009, exceto o representante da ABETA⁴, todos os presentes concordaram com a necessidade de regulamentar a prática de esportes radicais e de aventuras, visando reduzir o número de mortes em atividades como rapel, *bungee jump* e parapente. Esse debate teve como objetivo instruir o projeto do Senador Efraim Morais (PLS n. 403/05), que estabelece regras para a prática de esportes radicais ou de aventura no país.

Tal projeto foi aprovado pela Comissão de Assuntos Especiais (CAS), e aponta, dentre outras coisas, a exigência do selo de qualidade do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial (INMETRO) em equipamentos usados nos esportes radicais, além da obrigatoriedade de as empresas responsáveis pela venda desses equipamentos exigirem do comprador o “Certificado do Comprador”, emitido pelo Poder Público ao profissional autônomo ou à entidade que promover a prática desses esportes.

Esse selo de qualidade, emitido pelo INMETRO, foi criado por meio da parceria entre o Ministério do Turismo e a ABETA, com o apoio da Agência de Apoio ao Empreendedor e Pequeno Empresário (SEBRAE) e é entregue apenas às empresas que cumpram com a Norma n. 15.331 da ABNT.

Mas essa forma de regulamentação/segurança vem sendo criticada há anos. Consolo (2009) compartilhou com outros esportistas tal crítica, pois a mesma foi

³ Associação Brasileira de Normas Técnicas: trata-se de um órgão nacional de normalização e normatização, reconhecido formalmente pelo Estado brasileiro. É uma associação privada sem fins lucrativos.

⁴ Associação Brasileira das Empresas de Turismo de Aventura: é uma associação civil sem fins lucrativos, representante nacional dos interesses das empresas de ecoturismo e turismo de aventura no Brasil. Disponível em: <<http://www.abeta.com.br>>. Acesso em: 13 ago. 2009.

criada pelo Ministério do Turismo, considerando-se as práticas corporais e os esportes de aventura ou radicais enquanto turismo de aventura, ao regulamentar as atividades oferecidas por empresas de turismo.

Para o presidente da ABETA, Felipe Aragão Junior, no turismo de aventura, as atividades são oferecidas comercialmente para pessoas que não praticam o esporte, havendo, assim, a necessidade de um condutor que as auxilie nas atividades, o que constitui uma relação cliente/fornecedor; em muitos casos, essas pessoas “pegam gosto” pelas práticas e tornam-se praticantes/esportistas das mesmas. Já o esporte de aventura, ainda para Aragão Junior, envolve as atividades lúdicas desenvolvidas espontaneamente pelos praticantes ou esportistas, seja por lazer, seja por recreação ou em competições, não ocorrendo a relação cliente/fornecedor.

Em entrevista concedida ao atleta e instrutor de escalada Eliseu Frechou, no dia 5 de outubro de 2010, Cláudio Consolo, da Federação Paulista de Voo Livre (FPVL) e da Associação Brasileira de Parapente (ABP), expôs seu ponto de vista sobre a situação atual do embate entre os esportistas, a ABNT, a ABETA e o Ministério do Turismo. Ele apresentou as diferenças entre o antigo conceito de turismo de aventura, produzido pela EMBRATUR, em 2001, e o atual, do Ministério do Turismo, divulgado em 2005, reproduzidos, respectivamente, abaixo:

Segmento do mercado turístico que promove a prática de atividades de aventura e esporte recreacional, em ambientes naturais e espaços urbanos ao ar livre, que envolvam emoções e riscos controlados, exigindo o uso de técnicas e equipamentos específicos, a adoção de procedimentos para garantir a segurança pessoal e de terceiros e o respeito ao patrimônio ambiental e sociocultural (EMBRATUR, 2001).

Práticas conduzidas em ambientes naturais e urbanos que tenham ao mesmo tempo o caráter recreativo, sejam oferecidas comercialmente e envolvam riscos avaliados, controlados e assumidos (Ministério do Turismo, 2005).

Para Frechou, ao se olhar para o conceito mais atual, pode-se entender que até mesmo parques de diversões podem oferecer turismo de aventura, o que levaria à necessidade de seus funcionários terem os mesmos saberes dos condutores/guias turísticos e estarem regulamentados.

Contudo, segundo a Lei n. 10.683/200321, cabe ao Ministério do Turismo o planejamento, coordenação, supervisão e avaliação dos planos e programas de incentivo ao turismo, valendo para o turismo de aventura e, pela consideração do presidente da ABETA, para as práticas realizadas de forma comercial junto à natureza onde há a relação cliente/fornecedor.

Novamente, foi Consolo que apresentou uma discussão, entre os esportistas, quanto à regulamentação do profissional que dirige as atividades, ampliando a abrangência de suas críticas não somente ao Ministério do Turismo e à ABNT, mas também pelo fato de se exigir um profissional de Educação Física na direção dessas práticas. Para esportistas que pensam como Consolo, a formação não implica que tal pessoa esteja apta para realizar tais atividades: uma pessoa pode até fazer um curso de poucas horas e ser considerada capaz de realizar tais práticas, mas eles defendem que essa pessoa não está tão preparada quanto um esportista e que, por não ter uma formação, não pode dirigi-la.

Os discursos quanto à profissionalização/capacitação e atuação dos profissionais de EF nas PCANS

Com o aumento da demanda e com o acesso cada vez mais facilitado a lugares “naturais”, a exploração da natureza como um palco para as PCANS vem acarretando graves problemas não somente ao território, mas à população das regiões envolvidas; também aos praticantes, uma vez que os responsáveis e envolvidos não possuem, via de regra, as habilidades para as tarefas requeridas por essas práticas, e os praticantes não apresentam consciência dos impactos que elas podem causar ao meio ambiente nem dos riscos que correm por não dominarem o mínimo de segurança necessário ao seu exercício.

Inquietações sobre a necessidade de as PCANS exigirem profissionais com capacitação/formação para sua realização fizeram com que os Ministérios do Turismo (MTur) e do Esporte, assim como associações, federações e entidades, discutissem algumas mudanças sobre a utilização do espaço e dos equipamentos para a realização das PCANS, originando a necessidade de certificação dos profissionais que atuam nessas práticas (ABREU & TIMO, 2005).

Sobre isso, aponta-se que um ponto significativo desse debate situa-se na disputa entre os praticantes e o Ministério do Turismo: os praticantes entendem que cabe ao Ministério do Turismo apenas a coordenação da parte de alimentação e hospedagem, dentre outros aspectos, certificando a qualidade das mesmas; já o direcionamento, a realização e a regulamentação das práticas em si deveriam caber ao Ministério do Esporte.

Ampliando a querela, encontra-se outra instituição: o Conselho Federal de Educação Física (CONFEF). Cabe ao CONFEF, por meio de suas instâncias regionais (CREFS), registrar, fiscalizar, representar, promover os deveres e defender os direitos dos profissionais de Educação Física e das pessoas jurídicas que oferecem atividades físicas, desportivas e similares (CREF-14, 2008). Para ser registrado no CREF, deve-se necessariamente possuir diploma em Educação Física certificado pelo Ministério da Educação.

Concordou-se com Nozaki (2005) quando ele apontou que o graduado em Educação Física deve ter uma formação pautada em princípios éticos e com base no rigor científico, de natureza generalista, humanista, crítica e reflexiva; um profissional qualificado para o exercício da área de Educação Física, entendida como um campo de estudo multidisciplinar e de intervenção profissional que, por meio de diferentes manifestações e expressões da cultura do movimento humano, tem como finalidade possibilitar a todo cidadão o acesso a esse acervo compreendido como direito inalienável de todos os povos, parte importante do patrimônio histórico da humanidade e do processo de construção da individualidade humana.

Por outra via, conforme estabelece o Estatuto do CREF-14, é da competência exclusiva do profissional de EF:

[...] coordenar, planejar, programar, prescrever, supervisionar, dinamizar, dirigir, organizar, orientar, ensinar, conduzir, treinar, administrar, implantar, implementar, ministrar, analisar, avaliar e executar trabalhos, programas, planos e projetos, bem como prestar serviços de auditoria, consultoria e assessoria, realizar treinamentos especializados, participar de equipes multidisciplinares e interdisciplinares e elaborar informes técnicos, científicos e pedagógicos, todos nas áreas de atividades físicas, desportivas e similares.

É cabe ressaltar que, para o CREF-14, atividade física é:

[...] todo movimento corporal voluntário humano, que resulta num gasto energético acima dos níveis de repouso, caracterizado pela atividade do cotidiano e pelos exercícios físicos. Trata-se de comportamento inerente ao ser humano com características biológicas e socioculturais. No âmbito da intervenção do profissional de Educação Física, a atividade física compreende a totalidade de movimentos corporais, executados no contexto de diversas práticas: ginásticas, exercícios físicos, desportos, jogos, lutas, capoeira, artes marciais, danças, atividades rítmicas, expressivas e acrobáticas, musculação, lazer, recreação, reabilitação, ergonomia, relaxamento corporal, ioga, exercícios compensatórios à atividade laboral e do cotidiano e outras práticas corporais.

Nessa perspectiva, pode-se dizer que muito de atividade física ocorre na realização das PCANs, mas que uma possível fiscalização de todas pelo sistema CONFEF/CREF esbarraria em diversos obstáculos, já que as atividades junto à natureza apresentam muitas peculiaridades que restringem o acesso e a proximidade de outras pessoas que não aquelas que estão realizando as práticas em determinado momento.

O CREF-14 aponta as atividades físicas como um campo de atuação profissional; entretanto, cabe lembrar que o conceito de PCAN indicado no início deste texto indica certa compreensão restrita, contida na expressão *atividade física*.

Paixão, Costa e Gabriel (2009)⁵ consideraram necessário, para a realização de esporte de aventura e risco calculado, “o desenvolvimento de habilidades e adaptações de ordem física, psicológica, além de uma série de procedimentos ligados à integridade física e emocional do praticante e à preservação do ambiente natural”, levando em conta as habilidades necessárias para determinada prática e, também, a segurança na realização das atividades.

Os autores acima mencionados constataram ainda que:

[...] na grande maioria das vezes, as pessoas encarregadas pela condução deste segmento de esporte não possuem formação na área da Educação Física, em áreas afins ou qualquer tipo de formação acadêmica. Trata-se de um fenômeno comum nas modalidades de esporte de aventura no Brasil. [...] Outro ponto que merece ser destacado é o fato de os praticantes, ao buscarem essas práticas em condições arriscadas numa procura incessante de emoções e de lugares especiais, o estão fazendo sob a segurança de um condutor profissional competente ou se foram orientados de igual forma antes de autonomizar-se em suas atividades, o que poderia concorrer no sentido de minimizar riscos a que podem vir a ser submetidos (PAIXÃO, COSTA & GABRIEL, 2009).

Vageler (2006), colaborador da revista eletrônica *360 graus Esportes e Aventura*, considerou que qualquer atividade esportiva/recreativa ocorrida em ambientes naturais é de competência do profissional de Educação Física, pois não difere, assim, de nenhuma outra tradicionalmente classificada, como futebol, vôlei, tênis etc. Porém, Paixão, Costa e Gabriel (2009) destacaram que a prática de esportes de aventura exige cuidados específicos, pois os indivíduos estão mais expostos a situações de risco, e o responsável deve se preocupar com a integridade física e mental dos indivíduos, as habilidades necessárias para cada atividade, o condicionamento físico e a preservação do ambiente.

Em entrevista dada à *Revista E.F.*, n. 18, de novembro de 2005, do PCANS, Costa concordou que a orientação da atividade esportiva em si é de exclusiva responsabilidade dos profissionais de Educação Física, mas revelou acreditar que a interferência

⁵ Disponível em: <<http://www.efdeportes.com/efd134/o-instrutor-de-esporte-de-aventura-no-brasil.htm>>. Acesso em: 11 ago. 2009.

do Ministério do Turismo pode ser benéfica para o setor, para a sociedade e para esses profissionais.⁶

À medida que este estudo foi se desenvolvendo, inferiu-se que há uma disputa pela regulamentação e, principalmente, por uma reserva de mercado entre os Ministérios do Turismo e do Esporte. Há oito anos, já se discutiam as competências necessárias para a realização dessas atividades, quando associações de empresas de turismo ecológico e de aventura, junto à EMBRATUR, buscaram definir caminhos para organizar o turismo de aventura por causa do alto índice de acidentes em algumas atividades de esportes radicais mediados por “supostas” agências de turismo de aventura.

Dessa discussão, afirmou-se que, ao se tratar de atividades esportivas, a responsabilidade pela definição das normas, das competências e do credenciamento para as mesmas cabe ao setor esportivo:

Os delegados da II Conferência Nacional do Esporte reconhecem que as atividades e técnicas vinculadas à prática dos esportes de aventura são eminentemente esportivas, integrando, portanto, o conjunto de manifestações que constituem o Sistema Nacional do Esporte e Lazer e a Política Nacional do Esporte (CONSOLO, 2009).

No caso das PCANS, devido à exposição dos indivíduos ao improvável, ao incontável, às incertezas em relação ao meio, elas indicam, sim, a necessidade de uma pessoa competente⁷. Mas, necessariamente, essas práticas devem ser dirigidas por um profissional de Educação Física? Nenhum outro profissional poderia orientá-las?

Reconhece-se aqui, de antemão, que somente a formação adquirida na graduação em EF, *grosso modo*, não é suficiente para qualificar pessoas à direção de tais práticas; faz-se necessário o cumprimento das exigências quanto à segurança dos indivíduos envolvidos, o que requer cursos específicos para cada modalidade ou atividade a ser realizada.

Tardif e Raymond (2000 *apud* PAIXÃO, COSTA & GABRIEL, 2009) argumentaram que, além dos conhecimentos específicos, as experiências por meio da vivência/prática são fundamentais, pois assim são aprendidos e produzidos saberes práticos essenciais ao exercício da profissão. Na mesma linha, Costa indicou que:

⁶ O posicionamento de Costa, apresentado nessa entrevista, passou a ser o posicionamento oficial do CONFEF, especialmente ao indicar esta autora como sua representante na Comissão Especial de Esportes de Aventura, constituída pelo Ministério do Esporte em 2006.

⁷ Competente, aqui, é entendido como uma pessoa com os conhecimentos apontados nas leis e normas regulatórias das PCANS.

[...] nosso condutor esportivo, em sua maioria, não se profissionalizou ainda. O praticante não é, muitas vezes, profissional de Educação Física, mas profissional ou universitário de geologia, biologia, engenharia e de outras áreas, ou não tem formação acadêmica alguma, praticando a atividade como lazer, acompanhando outros que têm interesses comuns aos seus. Sua atividade é lúdica, no sentido estético, exploradora de outros territórios. Com a pressão por segurança e qualidade da certificação do turismo, os condutores da área esportiva também precisarão se reordenar (COSTA *apud* CONFEF, 2005).

Em relação à preservação da natureza, das trilhas, das hospedagens, do transporte, dos estabelecimentos de alimentação, dos materiais e utensílios necessários, do licenciamento para esses funcionamentos, da segurança dos turistas e de outros aspectos inerentes não à prática em si, mas ao seu contexto – aspectos estes relacionados também à melhor qualidade dos serviços – o CONFEF considerou que cabe ao Ministério do Turismo.

Assim como Vageler (2006) julgou necessário compreender que a “competência de um setor termina onde começa a do outro”, as atividades são compartilhadas e os órgãos envolvidos deveriam trabalhar juntos. A sintonia desses órgãos seria o melhor para todos os envolvidos, desde turistas até a população local. Mas o que se observou mesmo é que os ministérios que deveriam trabalhar juntos não se comunicam.

Nas reuniões do Conselho Nacional do Esporte, realizadas pela Comissão Especial de Esporte de Aventura (CEAV) nos dias 23 de março, 5 de abril e 24 de novembro do ano de 2006, foram encontrados outros indícios dessa disputa interministerial. Pelos relatórios, observa-se que o Ministério do Turismo compareceu apenas à última reunião, enquanto o Ministério do Meio Ambiente, que também tem interesse pelas PCANS, fez-se representar na primeira e na última reunião.

Pode-se, ainda, inferir que apenas nessas três vezes o Ministério do Esporte atuou e se posicionou sobre o tema, convocando essas reuniões que objetivaram inicialmente: (a) elaboração de políticas públicas para o esporte de aventura; a investigação de normas, conceitos e confederações (federações, associações e clubes) já existentes acerca do tema no Brasil; (b) busca por uma melhor nomenclatura a ser utilizada (“esporte de aventura” – a qual, assim como autores relacionados, preferiu-se substituir por PCANS); (c) análise sobre como está sendo realizado o trabalho do Instituto de Hospitalidade (IH)⁸ e do Ministério do Turismo; e (d) criação de um conceito de “esporte de aventura” e de “esporte radical”.

⁸ Primeira organização a desenvolver normas voltadas ao turismo. Foi criada em 1997. É uma associação privada sem fins lucrativos. Visa aprimorar o setor de turismo para contribuir no desenvolvimento social e econômico do Brasil, buscando promover a educação e a cultura da hospitalidade. Disponível em: <www.hospitalidade.org.br>. Acesso em: 27 out. 2009.

Os relatórios resultantes dessas reuniões indicaram que o Ministério do Esporte publicaria os conceitos apresentados na forma de uma resolução. Propunham, ainda, para o ano de 2007, dois eventos, um para esporte de aventura e um de esporte radical para discussão sobre uma política nacional voltada ao esporte de aventura, mas isso não aconteceu.

Conforme estabelece a regulamentação⁹, a capacitação do profissional para desenvolver essas práticas deve abranger conhecimentos sobre o local onde são realizadas, sobre seus indicadores socioeconômicos, sobre sua cultura, sua história; deve, ainda, ser capaz de desenvolver elementos de EA, apresentar noções de primeiros socorros, saber se comunicar e lidar com situações que possam causar constrangimento às pessoas, dentre outros. Nesse caso, a formação superior não garante, de antemão, tais conteúdos.

Na cidade de Pirenópolis, um dos campos de coleta de dados (entrevistas), encontra-se a Associação dos Condutores de Visitantes de Pirenópolis (ACVP)¹⁰, uma instituição sem fins lucrativos e de utilidade pública, que objetiva conduzir os visitantes pela região dos Pireneus (municípios de Pirenópolis, Cocalzinho, Corumbá de Goiás e Vila Propício – que possuem uma ampla gama de atrativos naturais e culturais), de forma profissional e organizada, preconizando a educação ambiental e cultural desses turistas e vislumbrando o desenvolvimento do turismo de forma sustentável.

O estatuto da ACVP dispõe que, para ser condutor em Pirenópolis, a pessoa deve possuir o “Curso Básico para Condutores de Visitantes/Guia Local de Pirenópolis”, composto por diversas disciplinas que somam 156 horas-aula, além de, necessariamente, ser maior de 16 anos e residir em Pirenópolis há mais de dois anos.

Costa (*apud* CONFEEF, 2005) destacou que o esporte pode trazer doenças, traumatismos, riscos e levar à morte, e constatou, então, a exigência de uma formação de qualidade e segurança para a prática. Porém, ainda não soube dizer/ou não indicou qual seria a formação adequada, que abranja a complexidade de todas as práticas possíveis de ser realizadas junto à natureza.

Em 2005, após algumas reuniões, o Ministério do Turismo junto com a ABNT e o IH propuseram a criação de 19 normas – visando ao desenvolvimento do turismo no Brasil; essas normas foram elaboradas por comissões de estudo (CE)¹¹, compostas por representantes dos setores envolvidos (empresas, consumidores, institutos de pesquisa

⁹ ABNT NBR 15285:2005, ABNT NBR 15286:2005, ABNT NBR 15331:2005, ABNT NBR 15334:2006, ABNT NBR 15370:2006, ABNT NBR 15383:2006, ABNT NBR 15397:2006, ABNT NBR 15398:2006, ABNT NBR 15399:2006, ABNT NBR 15400:2006, ABNT NBR 15453:2006, ABNT NBR 15500:2007, ABNT NBR 15503:2008. Disponível em <<http://www.abntcatalogo.com.br/mtur>>. Acesso em: 13 ago. 2009.

¹⁰ Disponível: <<http://www.acvp.org.br/index.php?id=entidade&item=icqsp>>. Acesso em: 15 jun. 2009

¹¹ Em 2005, foram criadas 11 comissões de estudo no subcomitê e turismo de aventura do ABNT/CB 54. Disponível em: <www.abnt.org.br/cb54>. Acesso em: 15 out. 2009.

e universidades, além do governo). Atualmente, existem 33 normas brasileiras (NBR) elaboradas pelo Comitê Brasileiro de Turismo (ABNT/CB 54).

Em geral, esses são os discursos sobre a regulamentação do turismo de aventura no país. À medida que o tempo passa, não se observa em documentos oficiais, nem na mídia, tampouco nos órgãos gestores dessas práticas, qualquer novidade, avanço ou definição: as falas se repetem, os confrontos se mantêm e o campo de atuação profissional permanece indefinido.

Os profissionais de EF inseridos nas PCANs: conhecimentos e formação necessários para atuação nessas práticas

Para este estudo, a coleta de dados constituiu-se do levantamento de documentos (do CONFEF/CREF, do Ministério do Turismo e do Ministério do Esporte, além das obras dos autores relacionados); de reportagens de diferentes atores nessas práticas (autores, praticantes, esportistas); e também de questionários realizados via *e-mail* e de entrevistas embasadas no questionário.

Apresentam-se aqui as opiniões dos responsáveis/coordenadores das operadoras de turismo de aventura sobre a necessidade de haver ou não um profissional de EF no quadro de funcionários, sobre o papel que esses profissionais de EF têm em função das PCANs, e sobre a formação e os conhecimentos necessários para atuação com/nessas práticas.

Os questionários – devido às dificuldades com deslocamento – foram enviados por e-mail para algumas empresas de diferentes regiões do país que oferecem serviço de aventura. A seleção dessas empresas se deu conforme sua importância no mercado do turismo e a relevância das cidades onde elas se instalaram para “qualificar” o Brasil enquanto país que tem investido nessas práticas, uma vez que tais atividades têm se apresentado como importante alternativa econômica para essas regiões. Porém, do total enviado, obteve-se retorno apenas de 30%.

As operadoras foram questionadas a respeito dos seguintes itens: (a) se possuem ou não profissional de EF em seu quadro de funcionários; (b) quais são os saberes e a formação que elas veem como necessários para os profissionais que dirigem as práticas de aventura/ecoturismo; (c) se elas reconhecem ou não que o profissional de EF assume algum papel relevante na realização das PCANs, justificando tais afirmações.

Paixão, Costa e Gabriel (2009) constataram que é necessário que os condutores busquem – e consigam – conscientizar os indivíduos que realizam tais práticas de que elas lhes proporcionam fortes emoções e superação de limites, mas também os colocam diante de riscos.

Concordando com os autores mencionados e com Greta Escudeiro (2009) – que também considerou que quem pratica e conhece o esporte tem melhor preparo para falar e ensinar –, um dos respondentes destacou a necessidade de haver

[...] ampla experiência na atividade que deseja ser guia. Curso em primeiros socorros. Fluência em Inglês. [...] O tipo de profissional envolvido com atividades de aventura requer sólida experiência na atividade, independente da sua formação escolar. Então, no caso de guias para atividades de aventura, o item mais importante é a sua experiência na atividade que deseja guiar. [...] O profissional de Educação Física somente irá assumir um papel relevante se este tiver experiência na atividade específica [em] que ele/ela estiver envolvido. [...] A sua formação em Educação Física contribui somente com seus conhecimentos em torno do corpo humano e sua reação quando em atividade física. Esta poderia ser considerada um valor agregado ou diferencial, mas ele precisaria do obrigatório (conhecer práticas de liderança de grupos e comunicação, e ter curso de primeiros socorros de pelo menos 40 horas de duração). Caso o profissional satisfaça os requisitos acima, o seu conhecimento tácito em Educação Física seria um valor agregado valioso! (Indivíduo C).

Inácio (2008, p. 5) também considerou que muitas atividades se aprendem por meio da experiência, pelo “fazer-fazendo”:

[...] os saberes técnicos, os quais também podemos chamar de específicos, tais como fazer e desfazer nós diversos, escalar, remar em caiaques e botes, mergulhar com técnicas de retenção do ar, se orientar por bússolas, entre muitíssimos outros, não são mais do que vários outros saberes necessários aos múltiplos campos de atuação profissional, e que são apropriados em cursos extracurriculares, em cursos de pós-graduação e em atividades fora dos contextos formalmente educativos, marcadamente pelo método mais antigo de aprendizagem: o aprender-fazendo.

Por meio dos questionários recebidos, observou-se que apenas duas empresas possuem profissionais de EF em seu quadro de funcionários, mas que, dessas duas, apenas uma vê uma necessidade mais concreta desse profissional:

Com certeza, sim!!! O profissional de EF hoje em dia, além das várias capacitações que adquire na universidade, como conhecimento do corpo na prática dos exercícios, o saber lidar com o público, ainda tem aulas de esportes radicais e primeiros socorros, o que os torna mais aptos a trabalharem (*sic*) na área (Indivíduo D).

Por sua vez, a outra empresa que possui profissional de EF declarou que “[...] na verdade, não foi por opção, e sim dois condutores fizeram Ed. Física” (Indivíduo K).

Os respondentes, em sua maioria, reconheceram o papel da EF no turismo de aventura apenas como recreação e entretenimento; disseram que a formação em EF não é uma exigência nem um requisito de seus funcionários que dirigem/guiam as PCANS.

Para a maioria dos respondentes, a formação necessária baseia-se em existir uma formação ética; possuir capacitação na área que vai dirigir; ter conhecimento das técnicas e de primeiros socorros, pois sua empresa foca bastante a prevenção de acidentes. Mas há também aqueles que entenderam ser importante a presença da EF em função de que:

É preciso saber tudo sobre primeiros socorros, conhecer e dominar as técnicas necessárias para a realização de tais eventos, ter uma formação mais especializada neste ramo e seria interessante ter um profissional de Educação Física na equipe [...] porque antes de qualquer atividade que se exija do seu corpo físico se faz necessário que algumas técnicas sejam aplicadas, tais como: alongamento, aquecimento, respiração etc. (Indivíduo E).

Entretanto, percebeu-se que a opinião mais recorrente é a de que a formação em EF não é suficiente. Nessa mesma linha de argumentação, há aqueles que entendem as práticas apenas como turismo de aventura e criticam o fato de o CONFEF só ter se posicionado a respeito quando viu que o setor estava crescendo:

Não contamos com profissionais de Educação Física. Existem muitas regras no setor de turismo de aventura (como eu falei, TURISMO), as normas da ABNT e [do] Ministério do Turismo são claras sobre o conceito profissional e requerimentos básicos para a condução e exercício da atividade, pois o Ministério do Turismo que segurou a pasta do setor de aventura, como uma vertente turística, o que segue os conceitos de outros países que estão bem mais à frente que o nosso neste ramo. Não entendo por que no início da atividade o Conselho de Educação Física não abriu os olhos para o setor e deixou como estava, como o setor cresceu e virou um grande atrativo, logo apareceram vários representantes de diferentes setores querendo regulamentar e abranger em suas normas, mas só o MTur que realmente entrou firme no setor, auxiliando e dando condições para a regulamentação (Indivíduo F).

Dessa forma, por meio dos questionários e das reportagens apresentadas e discutidas ao longo da pesquisa, constatou-se que os representantes das operadoras têm uma visão diferente das apresentadas por Consolo (2006) e Vageler (2006), pois

estes cobram um posicionamento do Ministério do Esporte por entenderem que as atividades que realizam são práticas corporais – objeto de estudo da EF. Enquanto aqueles – indivíduos que responderam aos questionários –, em sua maioria, consideraram tais práticas como turismo de aventura, havendo, inclusive, quem alegasse que o Ministério do Esporte e o sistema CONFEE/CREFS só se posicionaram quando observaram que o setor está crescendo muito.

Nozaki (2005), no artigo “Mundo do trabalho, formação de professores e conselhos profissionais”, tratou exatamente da profissionalização em EF, e a citação “Hoje as atividades nestes segmentos são TERRA DE NINGUÉM, SÃO ESPAÇO VAZIO. Sendo espaço vazio, qualquer um pode ocupá-lo [...]”, de Steinhilber (1996, p. 50), por ele utilizada, representa exatamente o que o indivíduo F e Aragão Júnior alegaram ter acontecido por parte do Ministério do Turismo sobre as PCANs, considerando-se que o Ministério do Esporte não tomou as providências que lhe cabiam.

Percebeu-se também que duas empresas não possuem profissionais de EF em seu quadro de funcionários, mas que, em alguns tipos de atividades, terceirizam o serviço e, nesse caso, as empresas contratadas apresentam profissionais de EF.

Obteve-se ainda a indicação de que, por não ser uma atividade que exige muito dos indivíduos em termos de esforço físico, a operadora não possui profissional de EF, destacando que o indivíduo H declarou que “eles” (operadora a qual representa) têm interesse por guias da região, o que se relaciona ao que Inácio (2008) defendeu:

[...] o setor do ecoturismo acaba por incorporar muitas pessoas sem formação. Este é um aspecto significativo e positivo quando estas pessoas são do próprio lugar onde as travessuras ocorrem, num processo de distribuição da riqueza gerada pela atividade turística, num formato que a literatura identifica como “turismo de base local” ou “turismo comunitário”. Este processo de incorporação da comunidade local é aceito e incentivado pelos críticos do turismo de massa, e me incluo entre estes (2008, p. 7).

Para tanto, Inácio asseverou não ver a necessidade de formação para atuar nas PCANs, mas sim de qualificação. Porém, ao contrário do que alguns dos indivíduos responderam, um dos respondentes deixou claro que acreditava na existência de um espaço para profissionais de EF nas PCANs: “O profissional de Educação Física é desejável em qualquer atividade que trabalhe o corpo” (Indivíduo H).

Portanto, constatou-se que, dos respondentes e entrevistados, apenas duas empresas contam com profissionais de EF em seu quadro de funcionários; quanto à opinião sobre a necessidade desses profissionais, sete deles declararam achar que tais funcionários podem realizar/dirigir algum tipo de atividade dentro das PCANs. Em relação aos saberes e à formação que consideram necessários, destacaram o cumprimento

das normas ditadas pela ABNT, mesmo que, quando não mencionadas, os indivíduos citem algumas das características que, ao longo do trabalho, foram apresentadas – necessidade de qualificação nas práticas, e não de formação relacionada a cursos de graduação. Para a questão sobre o papel dos profissionais de EF e a relevância da atuação destes nas práticas, observou-se que a maioria relacionou esses profissionais apenas à recreação ou ao direcionamento de exercícios/alongamentos.

Considerações finais

Inácio (2008, p. 5), ao tratar das PCANS enquanto conteúdo da EF, seja no âmbito da formação, seja da EF escolar ou do lazer, viu três possibilidades implícitas nessas práticas: “[...] a experiência; a relação de alteridade com a natureza e com outros seres humanos; e o diálogo ético com os elementos (relação de composição)”. Então, assim como Sant’Anna, o autor em referência considerou que há uma relação de composição não só entre os seres humanos, mas também com a natureza e com os equipamentos utilizados em tais práticas, por meio da experiência.

O debate sobre essa questão tem levado a que se concorde com a não necessidade da formação em EF para direção das PCANS, mas destaca-se que essa formação pode, sim, acrescentar qualidade ao trabalho do profissional, agregando valor ao serviço prestado.

Assim como outros autores, pensa-se que, por ser uma atividade que envolve diferentes grupos sociais – profissionais de EF, empresários, políticos, operadoras ou organizadores de passeios/excursões de aventura e outros –, há diversas considerações que respondem ao interesse de cada um. Como disse Vageler (2006), seria necessário que cada grupo percebesse e respeitasse que “a competência de um setor termina onde começa a do outro”. Contudo, não há consenso nem mesmo quanto à melhor forma de definição sobre o que é tal prática e qual sua abrangência, dificultando, então, a delimitação dos espaços e o atendimento às necessidades dos interessados.

Entendendo a atualidade do tema aqui trabalhado, percebeu-se que existem poucas produções acadêmicas que o abrangem, porém tentou-se ir além da descrição do mesmo – foram buscados os diferentes discursos quanto à profissionalização/capacitação e à atuação dos profissionais com as PCANS.

Para Marinho (2003, *apud* NASCIMENTO & SANTOS, 2005), a atividade de aventura engloba as diversas práticas esportivas manifestadas privilegiadamente nos momentos de lazer, com características inovadoras e diferenciadas dos esportes tradicionais, pois as condições de prática, os objetos, a própria motivação e os meios utilizados para sua realização são outros. Encontra-se, em tais práticas, a busca por aventura, diversão, alegria, companheirismo, superação, prazer, cooperação, solidariedade, dentre outros aspectos.

Segundo Aragão Junior, no turismo de aventura, as atividades são oferecidas comercialmente para as pessoas que não praticam o esporte, havendo, assim, a necessidade de um condutor que as auxilie nas atividades, o que constitui uma relação cliente/fornecedor. Já o esporte de aventura, para ele, envolve as atividades lúdicas praticadas espontaneamente pelos praticantes ou esportistas, seja por lazer, seja por recreação ou em competições, não ocorrendo a relação cliente/fornecedor.

Vale aqui também ressaltar a principal diferença entre esporte de aventura – no qual a interação homem-natureza se dá diante de incertezas em relação ao meio, pois não há controle sobre as condições físicas e ambientais – e esporte radical – caracterizado por manobras arrojadas e controladas não necessariamente em ambientes naturais.

Ressalta-se também que, no âmbito das PCANS, existem duas vertentes: uma ligada à competição e outra mais ligada ao lúdico e, como já mencionado aqui, as mídias têm focado mais as práticas competitivas, potencializando, segundo Marinho (2004), um processo de esportivização. Contudo, tais vertentes podem ocorrer dentro de uma mesma prática, sendo que o diferencial destas está no foco/objetivo dos indivíduos que as realizam.

O que também diferencia essas práticas e foi mencionado nas respostas ao questionário é que há uma diferença na forma como esses indivíduos veem a natureza. Quando se pratica um esporte competitivo na natureza, na maioria das vezes, esta passa a ser apenas um local para a realização de tal prática, enquanto, em atividades lúdicas, busca-se interagir com o meio, realizar a conscientização dos envolvidos, uma apreciação da natureza.

Percebe-se que a necessidade de regulamentação tanto de “profissionais” quanto de equipamentos se fez necessária a partir da constatação de que muitos acidentes estavam acontecendo na realização de tais práticas, além de ocorrer séria degradação do meio ambiente.

Do embate entre os campos de atuação dos ministérios envolvidos, observou-se que os indivíduos e empresas analisados pregaram que deve haver a divisão de funções, cabendo ao Ministério do Turismo a coordenação da parte de alimentação e hospedagem, dentre outros aspectos, certificando a qualidade das mesmas; e ao Ministério do Esporte, a regulamentação das práticas em si, sendo que qualquer atividade esportiva/recreativa ocorrida em ambientes naturais é de competência do profissional de Educação Física (CONFEEF, 2005). Concordando com Inácio (2008), assevera-se que as PCANS vêm passando por um processo de regulamentação, especialmente por meio de ações do Ministério do Turismo, cabendo, então, aos atuantes nesta área conhecer tais regulamentações, debata-las, transformá-las e implementá-las, uma vez que tais práticas proporcionam um campo fértil de atuações de diferentes profissionais e de trabalhadores comunitários.

Quanto às críticas feitas por Consolo (2005; 2006; 2009) e Vageler (2006), entendeu-se que algumas são equivocadas, e que eles representam poucos dos esportes que possuem alguma confederação. Apesar disso, compreendeu-se que Consolo e Gretta Escudeiro¹² criticaram corretamente a regulamentação “imposta” pelo CONFEF para o profissional que dirige tais práticas, e, ao lado de outros importantes autores, optou-se por um posicionamento favorável à necessidade de qualificação, e não de formação acadêmica.

De modo geral, percebeu-se que a disseminação de um modelo de atividades voltadas à relação homem-natureza pelas mídias tem aumentado, e que os sujeitos que trabalham com tais práticas devem possuir os seguintes pré-requisitos: (a) conhecimento teórico e prático da atividade a ser realizada; (b) domínio da região onde tais práticas ocorrem; (c) experiência em primeiros socorros; (d) sabedoria para lidar/relacionar-se com os indivíduos que as procuram; (e) capacitação para conscientizar tanto a população local como visitantes da importância da conservação ambiental; (d) reconhecimento das limitações e habilidades dos indivíduos, preocupando-se com a integridade física e mental destes; (e) entendimento da certificação dos equipamentos etc.

Aqui, faz-se coro com Tardif e Raymond (2000 *apud* PAIXÃO, COSTA & GABRIEL, 2009), os quais constataram que as experiências por meio da vivência/prática são fundamentais para a direção de tais atividades, pois assim são aprendidos e produzidos saberes práticos essenciais ao exercício da profissão. E, ainda segundo Inácio (2008), muitas coisas não se aprendem com uma formação acadêmica, mas pelo fazer. Mesmo que a formação em EF abranja domínios relacionados ao corpo e a atividades como alongamento, reconhecimento de habilidades, de diferenças comportamentais e físicas, tal formação pode acrescentar qualidade aos guias/condutores nas PCANS, de sorte que, assim, não deve ser obrigação das operadoras de turismo contar com esse tipo de profissional em seu quadro de funcionários.

Reconhece-se, também, que tais práticas possibilitam a realização de trabalhos educativos, seja por meio da EA, seja até mesmo pelas diferentes formas de se realizar uma atividade, com materiais diversos ou a partir de realidades distintas. Segundo Inácio (2008, p. 2), [...] mesmo sendo uma prática ainda pouco acessível à população, mesmo sendo uma prática que é gerida e organizada muito mais no âmbito do turismo que qualquer outra, as PCANS vêm se apresentando como importante campo de atuação profissional para a Educação Física”.

Para ele, as PCANS ou “Travessuras” – como o referido autor preferiu chamar – podem ser conteúdo da EF seguindo três dimensões: “na formação, na Educação Física escolar e nos espaços não formais, ou seja, no lazer” (INÁCIO, 2008, p. 5).

¹² *Op. cit.*

Portanto, assim como Inácio (2008), constatou-se que, no âmbito das PCANS, há um vasto campo de atuação profissional em expansão. E, como relatado por alguns indivíduos da pesquisa, esse campo “aceita” o profissional da EF e, também, profissionais de outras áreas.

O setor do ecoturismo acaba envolvendo pessoas que não possuem formação e, mais uma vez concordando com a assertiva de Inácio, o fato de não haver uma formação acadêmica não tira méritos de quem as realiza/dirige desde que o indivíduo possua a qualificação necessária para guiar as PCANS com segurança e qualidade, trabalhando com a EA e com um compromisso ético, político e ambiental.

Referências

- ARAGÃO JUNIOR, Felipe. Carta ABETA à sociedade. Belo Horizonte, 2006. Disponível em: <http://www.abeta.com.br/pt-br/pgn.asp?id_pg=61&nivel=1>. Acesso em: 8 out. 2009.
- CONSELHO FEDERAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA – CONFEF. Esporte de aventura é diferente de turismo de aventura. *Revista E.F.*, ano 5, n. 18, Rio de Janeiro, nov., 2005. Disponível em: <<http://www.confef.org.br/extra/revistaef/show.asp?id=3602>>. Acesso em: 6 ago. 2009.
- CONSELHO FEDERAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA DA 7ª REGIÃO – CREF/7. *CREF em Ação*, ano I, n. 1, Goiânia, set./out., 2008. Disponível em: <http://www.cref14.org.br/revista/jornal_cref.pdf>. Acesso em: 6 ago. 2009
- CONSOLO, Cláudio R. Esportes de aventura contra o Ministério do Turismo. *360 Graus*, Campinas, mai., 2005. Disponível em: <<http://360graus.terra.com.br/parapente/default.asp?did=13366&action=relato>>. Acesso em: 19 ago. 2009
- _____. Presidente da ABP critica a regulamentação dos esportes de aventura. *360 Graus*, Campinas, mai., 2006. Disponível em: <<http://360graus.terra.com.br/geral/default.asp?did=19345&action=relato>>. Acesso em: 25 ago. 2009
- _____. Esporte radical é turismo? *ESPN*, São Paulo, out., 2009. Disponível em: <http://espn.es-tadiao.com.br/eliseufrechou/eliseufrechou/post/78130_ESPORTE+RADICAL+E+TURISMO>. Acesso em: 20 out. 2009.
- COSTA, Vera L. M.; MARINHO, Alcyane & PASSOS, Kátia C. M. Esportes de aventura e esportes radicais: propondo conceitos. *Revista Motriz*, v. 13, n. 2 (suplemento), Rio Claro, mai./ago., 2007.
- DAMIANI, Iara Regina. & SILVA, Ana Márcia. As práticas corporais na contemporaneidade: pressupostos de um campo de pesquisa e intervenção social. In: SILVA, Ana Márcia & DAMIANI, Iara Regina (Orgs.). *Práticas corporais: gênese de um movimento investigativo em Educação Física*. Vol. 1. Florianópolis: Nauembla Ciência e Arte, 2005.
- FARAH, Soraya D. Políticas de incentivo ao turismo de aventura no Brasil: o papel do Ministério do Turismo. In: UVINHA, Ricardo R. (Org.). *Turismo de aventura: reflexões e tendências*. São Paulo: Aleph, 2005 (Série Turismo).

INÁCIO, Humberto L. de D. Travessuras na natureza: perspectivas de formação e atuação profissional no Centro-Oeste. In: III CONGRESSO CENTRO-OESTE DE CIÊNCIAS DO ESPORTE – CONCOCE. *Anais...* Cuiabá: Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte – CBCE-MT, 2008. Disponível em: <http://www.imve.org.br/concoce/trabalhos/conferencias/perspectivas_de_formacao_e_atuacao_profissional_no_centro-oeste.pdf>. Acesso em: 17 jun. 2009.

INÁCIO, Humberto L. de D.; PERETTI, Eden S.; SILVA, Ana Paula S. & LIESENFELD, Patrícia. Travessuras e artes na natureza: movimentos de uma sinfonia. In: SILVA, Ana Márcia & DAMIANI, Iara Regina (Orgs.). *Práticas corporais: trilhando e compar(trilhando) as ações em Educação Física*. Florianópolis: Nauembru Ciência e Arte, 2005. p. 81-105. v. 2.

INÁCIO, Humberto L. de D.; SILVA, Ana Paula S.; PERETTI, Eden S. & LIESENFELD, Patrícia A. Bastidores das práticas de aventura na natureza. In: SILVA, Ana Márcia & DAMIANI, Iara Regina (Orgs.). *Práticas corporais: experiências em Educação Física para outra formação humana*. Florianópolis: Nauembru Ciência e Arte, 2007. v. 3.

INÁCIO, Humberto L. de D. & MARINHO, Alcyane. Educação Física, meio ambiente e aventura: um percurso por vias instigantes. *Revista Brasileira de Ciências do Esporte*, v. 28, n. 3, p. 55-70, Campinas, 2007.

LAZZAROTTI FILHO, Ari; ANTUNES, Priscila J.; SALLES SILVA, Ana P. & SILVA, Ana M. O termo práticas corporais na literatura científica brasileira e sua repercussão no campo da Educação Física. In: XVI CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DO ESPORTE – CONBRACE & III CONGRESSO INTERNACIONAL DE CIÊNCIAS DO ESPORTE – CONICE. *Anais...* Salvador: Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte – CBCE, 2009. p. 01-12.

LE BRETON, David. Aqueles que vão para o mar: o risco do mar. *Revista Brasileira de Ciências do Esporte*, v. 28, n. 3, p. 9-20, Campinas, mai., 2007.

MACEDO, Simoara F. de & ARAUJO, Siomara F. M. de. *Esportes de aventura: lazer e esportização*. In: VI CONGRESSO GOIANO DE CIÊNCIAS DO ESPORTE – CONGOCE. *Anais...* Goiânia: Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte – CBCE, 2009. Disponível em: <<http://www.efdeportes.com/efd137/esportes-de-aventura-lazer-e-esportizacao.htm>>. Acesso em: 29 out. 2009.

MARINHO, Alcyane. Atividades na natureza, lazer e educação ambiental: refletindo sobre algumas possibilidades. *Motrivivência*, n. 22, p. 47-69, Florianópolis, 2004. Disponível em: <<http://www.periodicos.ufsc.br/index.php/motrivivencia/article/viewFile/1184/1919>>. Acesso em: 9 jun. 2009

MAUSS, Marcel. *Sociologia e antropologia*. São Paulo: Cosac & Naify, 2003. p. 399-422.

NOZAKI, Hajime T. Mundo do trabalho, formação de professores e conselhos profissionais. In: FIGUEIREDO, Zenólia C. C. (Org.). *Formação profissional em educação física e mundo do trabalho*. Vitória: Gráfica da Faculdade Salesiana, 2005. p. 11-30.

PAIXÃO, Jairo A. da; COSTA, Vera Lúcia M. & GABRIEL, Ronaldo Eugênio C. D. O instrutor de esporte de aventura no Brasil: implicações ligadas ao processo ensino aprendizagem. *Lecturas Educación Física y Deportes*, v. 14, n. 134, Buenos Aires, jul., 2009. Disponível em: <<http://www.efdeportes.com/efd134/o-instrutor-de-esporte-de-aventura-no-brasil.htm>>. Acesso em: 11 ago. 2009.

POCIELLO, Christian. Os desafios da leveza: as práticas corporais em mutação. In: SANT'ANNA, Denise B. de. *Políticas do corpo*. São Paulo: Estação Liberdade, 1995. p. 115- 120.

SANT'ANNA, Denise B. Passagens para condutas éticas na vida cotidiana. In: SANT'ANNA, Denise B. *Corpos de passagem: ensaios sobre a subjetividade contemporânea*. São Paulo: Estação Liberdade, 2001. p. 87-101.

UVINHA, Ricardo R. Esportes radicais nas aulas de Educação Física do ensino fundamental. In: MOREIRA, Evandro C. (Org.). *Educação Física escolar: desafios e propostas*. Jundiaí: Fontoura, 2004. p. 99-110.

VAGELER, Carlos. A questão das agências de turismo promoverem esportes de aventura. *360 graus*, Campinas, mai., 2006. Disponível em: <<http://360graus.terra.com.br/montanhismo/default.asp?did=18686&action=coluna>>. Acesso em: 20 ago. 2009.

GRÁFICA PAYM
Tel. (011) 4392-3344
paym@terra.com.br

Ministério do
Esporte



ISSN 2179-5371



9 772179 537007 >